

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



Nº 60

REVISTA

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO

DO ESPÍRITO SANTO

REVISTA

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO

DO ESPÍRITO SANTO



Nº 60

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

PRESIDENTE : Sebastião Teixeira Sobreira

VICE-PRESIDENTE : Leonardo Passos Monjardim

2º VICE-PRESIDENTE : José Tristão Calmon Fernandes

3º VICE-PRESIDENTE : Antonio José Miguel Feu Rosa

4º VICE-PRESIDENTE : Aylton Rocha Bermudes

SECRETÁRIO GERAL : Victor Biasutti

SECRETÁRIO ADJUNTO : Osvaldo Ovídio dos Santos

TESOUREIRO GERAL : Gilberto Neves Sudré

TESOUREIRO ADJUNTO : Assunta Baliana Zamprogno

CONSELHO FISCAL : Rômulo Salles de Sá, Anderson Barbosa e Marcelo Paes Barreto

CONSELHO EDITORIAL : Sebastião Teixeira Sobreira (Coordenador), Gabriel Augusto de Mello Bittencourt, Getúlio Marcos Pereira Neves, Hormízio Santos Muniz, José Tristão Calmon Fernandes, Leonardo Passos Monjardim.

Editor : Marien Calixte

Capa: Projeto Gráfico e Editoração: Hormízio Santos Muniz

Catálogo : Ana Maria Matos Mariani- CRB 12/ES 425

Revisão dos Textos : pelos autores dos artigos.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo – N. 59

(dez. 2005). – Vitória: O Instituto, 1917-.

260 p. ; 20,5

Anual.

1. Espírito Santo (Estado) – História – Periódicos. 2. Espírito Santo (Estado) – Geografia – Periódicos. 3. Ensaio brasileiro – Periódicos.

CDU: 94(815.52)(05)

IHGES

Av. República, 374 – Ed. Domingos Martins

Parque Moscoso – Vitória, ES – CEP : 29060-620

Tel.: (27) 3223-5945 – e-mail : ihges.vix@gmail.com.br

EDITORIAL

Os 90 anos do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, comemorados neste ano de 2006, marca um fabuloso lastro de realizações, desde a sua fundação, a 12 de junho de 1916, data alusiva a Domingos José Martins, quando um grupo de intelectuais capixabas, liderados por Antônio Francisco de Athayde, Carlos Xavier Paes Barreto e Archimimo Martins de Mattos, reunidos no então Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo, fundaram a associação cultural destinada ao estudo da História e Geografia, especialmente no que se refere à área regional.

A pesquisa sistemática da história no Brasil, instituída por órgão próprio, pode se afirmar, nasceu com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, no Rio de Janeiro, então Capital do Império do Brasil, em plena Regência, e logo tomado sob os auspícios de Pedro II. Instituição fundada com o objetivo da pesquisa da memória nacional, que com ela se funde desde então. Antes existia apenas a pesquisa individual, o trabalho de um ou outro estudioso que tentava encontrar, em arquivos nacionais ou estrangeiros, novas fontes que fundamentassem os temas por desenvolver. Dessa forma, o IHGB não surgiu como uma organização meramente acadêmica, mas com o objetivo de investigar, organizar os documentos históricos e publicação dos resultados no plano das pesquisas na Revista do Instituto, cujo primeiro nº data de 1839. Por conseguinte, coube ao Instituto Brasileiro a inspiração aos Institutos Históricos estaduais para o início da pesquisa histórica e geográfica

regional e lançar os fundamentos de um sistema de investigação em prol da elucidação do passado nacional e da cultura dessas duas ciências afins.

Como fruto dessa mesma matriz, o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, desde 1917, a exemplo do congêneres nacional, deu início a publicação do periódico regional com a impressão nº 01 da Revista, um ano após à fundação da entidade espírito-santense, como resultante dos estudos dos intelectuais locais. Trabalhos valiosos à memória capixaba que, em paralelo às atividades diretas de seus membros, floresceram e deram bons frutos.

A Revista, anual, é dedicada a estudos, ensaios, discursos, conferências, documentos da nossa história etc. É o veículo, por excelência, da história e historiografia capixabas. Aberta aos estudiosos, sócios e não sócios, teve sua publicação interrompida apenas na década de 1970, em razão da construção da nova sede da Casa de Domingos Martins, só voltando a funcionar a partir de 15 de novembro de 1980; e, sobretudo reeditando sua Revista (nº 34 em maio de 1983).

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, a exemplo do periódico nacional, do IHGB, que tem sido publicada, ininterruptamente, sob os auspícios do Ministério da Justiça, sempre contou com o patrocínio do Poder Público, atualmente pela Prefeitura Municipal de Vitória. Incólume, tem atravessado os momentos políticos os mais difíceis sem que o apoio lhe seja retirado, seja por governos autoritários ou democráticos. Uma tradição de mútua colaboração entre a Administração Pública e o Instituto que lhe tem permitido a manutenção da Biblioteca Augusto Lins, a restauração do mobiliário e obras de arte que

compõem o seu acervo, a instituição de prêmios de incentivo à cultura, o apoio ao próprio governo na “Questão de Limites”, seminários sobre o ensino de história e geografia, a perspectiva de fundação de um Centro de Memória – oral e visual, palestras, conferências a portas abertas, publicações de interesse para os estudos regionais etc.

Atualmente, presidido pelo desembargador Sebastião Teixeira Sobreira, eleito para o triênio 2005-2008, o IHGES vem sendo temporariamente administrado pelo 1º vice-presidente Leonardo Passos Monjardim, seu substituto legal, em razão do afastamento temporário daquele presidente titular, por motivo de doença.

Leonardo Passos Monjardim
Presidente em exercício do IHGES.

SUMÁRIO

NOS NOVENTA ANOS DO IHGES Getúlio Marcos Pereira Neves	11
DOMINGOS JOSÉ MARTINS: Sua origem e a conjuntura de 1817 Gabriel Augusto de Mello Bittencourt	21
A RELÍQUIA HISTÓRICA LOCALIZADA NA IGREJINHA DE VILA VELHA Jair Santos	33
PESQUISA DA HISTÓRIA DO ESPÍRITO SANTO E O IHGES Gabriel Augusto de Mello Bittencourt	65
O OCEANO ATLÂNTICO NA CIDADE DE LINHARES: Influência das flutuações do nível do mar na história do município Maria Lúcia Grossi Zunti	101
NOS 50 ANOS DA GRANDE GUERRA OS COMANDOS ATACAM EM BEDA-LITTORIA Zoel Correia da Fonseca	113
ANOTAÇÕES SOBRE O MAR E O OCEANO NO PARALELO DE VITÓRIA Ricardo Brunow Costa	119
CONFRARIAS RELIGIOSAS NA CIDADE DE VITÓRIA Wallace Bonicenha	131

O “MARTELLO” - Primeiro jornal rural do Espírito Santo	
José Carlos Mattedi	171
ANTIGA ESTAÇÃO PEDRO NOLASCO	
José Mário Tironi	183
O ESPÍRITO SANTO E A GUERRA DO PARAGUAI	
Getúlio Marcos Pereira Neves	187
O SÉCULO DO DESCOBRIMENTO: Suas profundas raízes	
Yvonne Amorim	217
DA “CASA DA MEMÓRIA” AO MUSEU “QUARTEL DO MOSCOSO” DA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO	
Gelson Loiola	233
A ESCRAVIDÃO E SUAS CONSEQÜÊNCIAS	
Anaelisa Aarão Marques	245
130 ANOS DE ESPÍRITO SANTO: Traços biográficos de Vittorio Piva e Rosa Benatti	
Rogério Frigério Piva	255

NOS NOVENTA ANOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO.

Getúlio Marcos Pereira Neres

Juiz de Direito

Associado Efetivo do IHGES

Membro da Academia Espírito-Santense de Letras

Autoridades presentes,
Meus caros consócios,
Minhas Senhoras e meus Senhores:

Não tenho como exprimir a honra que é, para mim, ter sido distinguido com a designação para fazer a homenagem dos associados à nossa instituição, a essa instituição que amanhã, 12 de junho, completa noventa anos de fundação e de atividade produzindo cultura sobre o Espírito Santo, para o Espírito Santo e para o Brasil.

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, a Casa do Espírito Santo, epíteto que lhe é conferido no art. 1.º do nosso Regimento Interno, é, como se sabe, a mais antiga instituição cultural aqui em funcionamento, e publica a mais antiga revista ainda em circulação no Estado. Nas viagens que tenho feito pelo Brasil visitei alguns congêneres, notadamente do Amazonas, do Pará, de Alagoas, e pude constatar que nada ficamos a dever mesmo às maiores Casas no que diz respeito a organização, a atividades, a produção científico-literária.

Felizmente a idéia norteadora da fundação desta Casa mostra-se imorredoura. Vem atestá-lo o respeito, a consideração e até mesmo a curiosidade de tantas pessoas que hoje afluem a esta comemoração, por um ou outro motivo. E esta idéia imorredoura é atual porque, não tenham dúvidas, uma Casa como esta será sempre necessária. De onde viemos? O que somos? Questões religiosas e metafísicas à parte, o IHGES procura responder a estas perguntas tendo como objeto de cogitação o Espírito Santo e os espírito-santenses.

Tempos atrás me debrucei sobre a investigação do como e do por que do Instituto, movido por pesquisas que então realizava na nossa revista, veículo de expressão dos trabalhos e das idéias surgidas nesta Casa. E o interessante é notar que a organização inicial do Instituto foi justamente uma maneira de canalizar idéias e trabalhos produzidos por um grupo de intelectuais contemporâneos, que, faz noventa anos, conseguiram angariar a simpatia e a adesão das melhores personalidades locais à sua causa.

Na verdade os que à época, em 1916, acorreram ao chamamento dos idealizadores, foram pessoas gradas, gradas no sentido de que tinham todas elas o que oferecer em prol do ideal que era posto naquele dia por Anthonio Francisco de Athayde, por Archimino Martins de Mattos e por Carlos Xavier Paes Barreto, os idealizadores do Instituto. É este último, o relator daquela tarde, que nos dá no seu discurso o sentido, o móvel, da criação da Casa. Quero aqui me deter mais pormenorizadamente neste ponto do que propriamente em crônica de acontecimentos.

Porque este ponto, o que se refere à idéia imorredoura a que me referi acima, é o que nos reúne aqui hoje.

Nos anos iniciais da República o Espírito Santo já engrenara nos esforços de sair de uma hibernação que lhe fora imposta pelo fatalismo histórico de apresentar-se como barreira natural ao avanço para o interior do território aurífero. A vida cultural se incrementava, e nos meados do dezenove e início do vinte, esta vida cultural nada ficava a dever a outras regiões do país, à exceção, logicamente, das metrópoles. É fato, constatável por meio de qualquer comparação estatística, e, no entanto, preferimos nos lamentar e repetir, até mesmo em trabalhos sérios, que o Espírito Santo era pobre, a última província do Império, o último Estado da Federação etc.

Desculpem-me os repetidores desta idéia, mas quero crer que de fato não foi assim. Das Capitânicas originais, a do Espírito Santo é uma das poucas que não foi englobada pelas metrópoles. Que restou da de São Vicente? Da de Ilhéus? Da de Porto Seguro? Da de Itamaracá? Mas se a lógica do discurso que levou a esta supressão de centros regionais parece ter calado bem fundo nos espírito-santenses de uma maneira geral, não o fez nos fundadores da Casa, que simplesmente vinham propor meios de desmarcar sua individualidade da do resto do país. Principalmente, da dos vizinhos poderosos.

Porque, se de fato havia na Vitória da época uma demanda pela organização de grêmios literários, que prosseguiria na fundação logo posterior da Academia Espírito Santense de Letras e da Associação Espírito Santense de Imprensa, as razões

urgentes para a organização do Instituto eram mesmo de caráter prático e diziam respeito à disputa de terras com o Estado de Minas Gerais, para garantia da integridade do território; do resgate da naturalidade de Domingos José Martins, herói da Revolução Pernambucana de 1817, cujo nascimento no Espírito Santo era contestado, e da defesa dos prédios históricos existentes na Capital, que na época, e à exemplo do que ocorria no Rio de Janeiro, vinham sendo postos abaixo como tributo que deveríamos pagar pelo progresso da cidade.

Com relação à questão de Domingos José Martins, é interessante como incide aí essa lógica supressora, a que me referi acima. Se os autores locais, por exemplo Basílio Carvalho Daemon, já em 1878 provava a naturalidade capixaba do revolucionário de 1817, muitos outros, repetindo informação equivocada de Tollenare, o davam como baiano (Varnhagen inclusive). Como curiosidade registro que numa obra de 1893, chamada “Contos Amazônicos”, Inglês de Souza, grande político do Império, Deputado à Assembléia Provincial de São Paulo, Presidente da Província de Sergipe em 1881, Presidente da Província do Espírito Santo em 1882, fundador da Academia Brasileira de Letras, de cujo projeto de Estatuto foi redator, caracteriza o personagem principal de um dos seus contos como “um soldado fiel do capitão Domingos José Martins, o espírito-santense”.

Ora, não é possível que tantas personalidades da cultura brasileira da época¹ desconhecessem Inglês de Souza, que juntamente com Aluísio Azevedo introduziu a estética realista

na nossa literatura. Assim, o que parece viger aí, nessa negação da naturalidade de Domingos Martins, posta corretamente por vários autores, é a idéia de que - o Espírito Santo, como lugar de nascimento de um pretenso herói, de fato existe? Para ser menos chocante, relembremos que tínhamos um território cuja integridade continuava ameaçada por mais de cem anos e um povo cuja memória quase não existia.

Espero ter dado a noção de quão imensa era a tarefa a realizar. E como se propuseram os iniciadores da Casa a realizar esta tarefa? Como fora feito no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, principalmente pela reunião e catalogação de fontes primárias, e algumas delas tiveram publicidade na revista. Pela organização e pela participação em certames nacionais, a exemplo dos contemporâneos congressos nacionais de Geografia, cuja oitava edição teve lugar no Espírito Santo, em novembro de 1926. Pela comemoração das datas nacionais, havendo registros na revista das várias solenidades pela passagem do aniversário da Independência e da República. Pela criação – ou resgate, depende do ponto de vista - de um mito fundador baseado, inicialmente, no resgate do exemplo de vultos notáveis do Espírito Santo e que hoje prossegue no debate acerca da identidade e da individualidade capixabas. Por último, pela divulgação de todo esse trabalho e de todas essas atividades, por meio da nossa Revista.

Por este motivo é que em “Notícia do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo” cuidei de apresentar a história da Casa sob o enfoque da análise da publicação. Na edição, e

para edição, da Revista, estão refletidas dificuldades de funcionamento do Instituto, os momentos de maior e menor atividade, a importância do Instituto como órgão de resgate e de guarda das tradições do Espírito Santo e de seu povo. Das suas páginas vê-se patente, por exemplo, a necessidade inicial de afirmação da classe dirigente estadual frente à nação, e da legitimação dessa mesma classe dirigente frente ao povo capixaba. Vê-se patente a posterior adesão àquela idéia inicial - e assim fundada - de “capixabismo” pelo descendente do imigrante europeu, que em dado momento passa ao resgate de sua memória, em inúmeros trabalhos publicados. Vê-se patente, ainda, a paulatina profissionalização da escrita e da produção científico-literária, denotando o fato da abertura da Casa a um quadro associado menos elitizado e mais ligado, profissionalmente, a estes afazeres, pela criação da Universidade Federal. Ainda, e paralelamente a esta última constatação, a paradoxal abertura de suas páginas a uma escrita de muito menor rigor científico, o que colocava a questão de compatibilizar a crescente importância acadêmica da revista com o direito estatutário do associado de publicar trabalhos (desde que passem pelo crivo do Conselho Editorial).

Como instituição, o IHGES incorpora os esforços de todos quantos se devotaram à sua causa. Dos idealizadores já nominados, Anthonio Francisco de Athayde, Carlos Xavier Paes Barreto e Archimino Martins de Mattos; dos demais fundadores, cujos nomes não declinarei por constarem quarenta e três da ata de fundação, mas relembrando um só dos que emprestaram

o inegável prestígio de seu nome ao início da instituição, Afonso Cláudio de Freitas Rosa; dos reformadores, o mesmo Archimino Martins de Mattos – que o foi, inclusive, na Academia Espírito Santense de Letras – e Eurípides Queiroz do Valle; dos planejadores, como Christiano Ferreira Fraga, em cuja gestão se deu um basta nas precárias instalações anteriores da Casa; daqueles que mantiveram viva a idéia, como Alberto Stange Júnior, que presidiu o Instituto quando, a rigor, não havia mais do que só uma idéia a presidir, no longo período de reforma da nossa sede; dos gestores eficientes, como João Bonino Moreira, exemplo de tesoureiro; daqueles cuja atividade nesta Casa encarna a essência mesma do Instituto, como Guilherme Santos Neves, Ceciliano Abel de Almeida, Elmo Elton Santos Zamprogno, Renato José Costa Pacheco.

Os esforços desses consócios ilustres fizeram frente principalmente às dificuldades que existiam e que existem em manter uma Casa com este perfil em funcionamento por tanto tempo. E a história do Instituto inegavelmente é mais uma história dessas dificuldades, dificuldades na busca por uma sede condigna, dificuldades na sua manutenção financeira, dificuldades na convivência com o associado distante.

Às vésperas do maior período de decréscimo nas atividades do Instituto, o período de reforma física da nossa sede, de 1969 a 1980, o Presidente Christiano Ferreira Fraga dava uma idéia do panorama da Casa. Não vem ao caso colocar em relevo, hoje, o problema da sede, que considero resolvido para a demanda atual. Mas sim os outros dois, de que à época, 1969, dizia referido presidente (Revista n. 28/30, 1969): sobre o primeiro, “Temos

aguardado esperançosamente que todos os associados sejam pontuais em suas mensalidades, permitindo-nos ao menos a publicação regular da Revista...”. Com relação ao segundo, um lamento: “E esse crônico desinteresse pela cultura... Se conseguimos trazer até aqui alguma notabilidade de renome nacional ou internacional, nunca podemos contar com a numerosa e interessada assistência, esperável”, citando exemplos das palestras proferidas na nossa Casa pelos Profs. Curt Lange, musicólogo, e Dieter Woll, filósofo, ambos de renome mundial e que fizeram visitas ao IHGES por aquela época.

A partir daí, desse estado de coisas, o Instituto partiu para a reformulação da sua sede, reinaugurada em 15 de novembro de 1980. Partiu para um Convênio com o Poder Público Municipal de Vitória, assinado em 1991 e só extinto neste ano de 2006. Partiu para a ampliação, muito discutida, do seu quadro de associados. Ao fausto da primeira administração de Miguel Depes Tallon, época de efervescência e de grande produção cultural, seguiu-se o desencanto que restou do seu falecimento em pleno exercício da presidência, ao iniciar-se seu segundo mandato. Logo depois, o falecimento de alguns dos consócios que faziam a ligação no tempo entre o que enxergo como a segunda fase do Instituto (depois da revitalização promovida por Eurípides Queiroz do Valle) e a terceira (iniciada com a reinauguração da sede): os saudosos João Bonino Moreira e Renato Pacheco, cujo passamento foi a razão mais recente do nosso desalento.

Mas então são estes, novamente, tempos sombrios? Não, porque a idéia continua viva, e é o que importa. Mas, como

associado, digo que o IHGES depende principalmente do associado. Particularmente, considero que não de sua presença obrigatória em todas as reuniões das quartas-feiras: de minhas visitas constatei que outras Casas pelo Brasil afora reúnem-se numa frequência de uma vez por mês e até menos. Não é a quantidade de frequência que importa porque, como lucidamente reconhecia o Presidente Christiano Fraga, mesmo no corpo daquela sua desalentadora análise a que me referi acima: “[...] a contribuição científica dos associados, que nunca será assídua pois têm suas prementes ocupações”. Importa é estar presente nos momentos de deliberação, de decisão, de dificuldades, importa produzir, concorrendo para o engrandecimento da Casa, como impõe a letra h do art. 6. do Estatuto. Importa, Senhores, não declinar dos encargos com que for distinguido, como impõe a letra c do mesmo art. 6. do Estatuto.

É essa não possibilidade estatutária de declinar do encargo que me fez atrasar sobremaneira a duração desta cerimônia. Ao passo que tomo à conta unicamente da gentileza da platéia o ter suportado este atraso até agora. Com estas reflexões mínimas, e com os meus parabéns à nossa Casa pela passagem de seus noventa anos de fundação, é que deixo os senhores novamente nas mãos do nosso Mestre de Cerimônias.

Muito obrigado.

· Texto da palestra proferida na Assembléia Geral de 11 de junho de 2006, em homenagem aos 90 anos do IHGES

¹ Em “Domingos Martins e a Revolução Pernambucana de 1817” Norbertino Bahiense lista entre estes, além do citado Varnhagen, Joaquim Pereira da Silva, Mattoso Maia “História

do Brasil”; João Ribeiro, “História do Brasil”; Sérgio Macedo “História do Brasil”; Cláudio Maria Tomás “História do Brasil”; Paulo Egídio de Azevedo e José Antônio de Carvalho Batalha (op. cit., pág. 122). De se registrar que não faltou quem desse a naturalidade de Martins como portuguesa, repetindo informação de Pierre Larrousse, em seu Grande Dicionário Universal.

DOMINGOS JOSÉ MARTINS: Sua origem e a Conjuntura de 1817.¹

Gabriel Bittencourt²

Doutor em Direito e Livre Docente em História

Associado Efetivo do IHGES

Membro da Academia Espírito-Santense de Letras

Os textos em homenagem a Domingos José Martins privilegiam em cores vibrantes os quadros biográficos do herói capixaba, desprezando, porém, os tons pastéis da infra-estrutura que se encontra substrato à conjuntura de 1817.

A complexidade do processo histórico pertinente aos movimentos precursores da Independência, no entanto, só pode ficar devidamente retratada no quadro em que todos estes tons se combinem.

No espaço de tempo que corresponde às balizas entre as últimas décadas do século XVIII e as primeiras do século XIX, o período em que viveu Domingos Martins, a economia brasileira viveu uma fase diferenciada, já que apresentava uma pauta de exportações diversificada. É que as diversas regiões da América Portuguesa, produzindo cada uma um ou dois produtos exportáveis, ganharam importância ao mesmo tempo. A análise das causas iniciais (baixa oferta dos produtores tradicionais) e da recessão posterior (recuperação da concorrência internacional) mostra claramente o funcionamento dos mecanismos que mantêm sujeita uma economia colonial e as fraquezas básicas que ela apresenta.

Ao findar o período colonial a economia brasileira já ultrapassara a lusitana. As exportações de Portugal eram constituídas, na sua maioria, de produtos reexportados sem qualquer beneficiamento na metrópole. A própria população da colônia, 3 milhões e 500 mil habitantes, já era superior à de Portugal (3.000.000) que passara a desempenhar o papel de intermediário entre o Brasil e o mercado internacional, sobretudo a Inglaterra.

Em princípio, o crescimento cada vez mais acelerado da procura de matérias-primas pelos países europeus em industrialização, principalmente a Inglaterra cujo setor têxtil exigia cada vez mais algodão indiano, pelo que os preços subiam estimulando a produção brasileira; depois a redução da produção ou a interrupção das exportações de economias coloniais concorrentes como a do Haiti que, com a revolta dos escravos, em 1791, inicia um período de doze anos de luta contra os franceses, paralisando quase completamente as exportações de açúcar; ou ainda a guerra pela independência dos Estados Unidos, que, reduzindo as exportações de fumo, arroz, anil, das colônias britânicas, amplia as perspectivas à produção brasileira desses produtos. Acrescente-se, também, o estado de guerra constante que caracterizou a Europa entre 1792 e 1815, e a necessidade de manter forças armadas consideráveis e de compensar as perdas de guerra.

Tudo isso contribuiu para que a economia brasileira ampliasse momentaneamente seu mercado e se recuperasse da recessão em que caíra com o esgotamento da mineração aurífera desde os fins dos anos 1770. Em 1780 as exportações do Brasil

não ultrapassavam a £ 3.000.000. Em 1815, porém, seu valor corresponde a mais de £ 4.000.000, cabendo ao açúcar 37%, 20% ao algodão e menos de 8% do total ao ouro. No entanto, já na primeira década do século XIX, esta situação começa a mudar, não em razão de movimentos internos, mas reflete acontecimentos externos, sobre os quais, mais uma vez, nem Portugal ou o Brasil teriam quaisquer influências, cessando os estímulos ao fomento da economia brasileira desse período, com a recuperação da concorrência internacional.

Visto por outro ângulo, a invasão francesa a Portugal, incluída no contexto das guerras napoleônicas, provocaria a vinda da corte para o Brasil, conforme provocou, com mais de 15.000 emigrados, aumentou ainda mais as importações brasileiras que, inevitavelmente, ocorreram com a internacionalização do Brasil; isto é, com a “Abertura dos Portos”. O resultado foi um acúmulo de déficits na balança comercial brasileira, que seria agravado, posteriormente, com a guerra da Independência, no período que compreende os anos de 1820 a 1850. Logo, do ponto de vista da política financeira, a transmigração da corte portuguesa para o Brasil representou, também, a transposição de gastos e abusos praticados em Portugal. A receita pública que em 1808 não ultrapassava de 2.250 contos, subiu a mais de 9.715 em 1820.

Tratou-se, portanto, de transferir toda uma máquina administrativa com todo seu corpo de funcionários. Para muitos, a transposição do “gigantismo português”, como forma de justificar a presença de tantos fidalgos aqui aportados. Como foi o caso da instituição no Brasil da Mesa do Desembargo do Paço

e da Consciência e Ordens (Alvará de 22 de abril de 1808) ou do Conselho da Fazenda do Rio de Janeiro (28 de junho de 1808), que nunca se reuniram ou decidiram.³ No entanto, muitas dessas repartições, terminaram por contribuir para o dinamismo de várias atividades importantes, especialmente na Corte do Rio de Janeiro.⁴

Em 1815, com a derrota de Napoleão, a elevação do Brasil a Reino Unido (Carta de Lei de 16 de dezembro), permitiu Portugal figurar como grande potência no Congresso de Viena (que reuniu as forças mais retrógradas na tentativa de restaurar o que sobrou da “velha ordem” européia, abalada pelas revoluções burguesas). Para Portugal, “consciente de suas dificuldades, o reino unido deveria ser apenas uma fachada, com restabelecimento do monopólio do comércio, com a reabertura do mercado exclusivo e com a dissociação do centro de poder em territórios americanos autônomos”.⁵ Para o Brasil, porém, o fato só irá contribuir para o fortalecimento do núcleo brasileiro. A supremacia portuguesa, em vigor até 1808, fora suplantada com a quebra do estatuto colonial e a concentração dos instrumentos fiscal-administrativos no Rio de Janeiro. Portugal necessitava do Brasil para reanimar sua economia, mas a recíproca não era verdadeira.

A ausência de realismo do plano restaurador, que se sucede, conforme Raymundo Faoro, não se evidencia apenas com o fortalecimento e a homogeneidade do núcleo brasileiro, “o capitalismo industrial, conduzido hegemonicamente pela Inglaterra, fizera da ex-colônia um elo internacional de um movimento econômico irreversível, indestrutível.” Fato já

compreendido por D. João VI, que prolongará sua permanência no Brasil certo de que sua ausência do Rio de Janeiro precipitará a separação.⁶

Assim sendo, quer pelo impacto da máquina administrativa portuguesa, que provocou a “inversão brasileira”, conforme assinalou Sílvio Romero, quer pelo alcance das providências tomadas no período joanino – um processo de autonomização econômica e de formação de quadros de dirigentes no Brasil – apressou-se o lançamento das bases da independência política da qual a Revolução de 1817 foi precursora.

Sob o aspecto teórico, o Brasil como colônia de Portugal, estava subordinado às condições impostas pela política econômica mercantilista expressa no “pacto colonial”. E é no processo da luta para a ruptura do “pacto”, que se insere ao Movimento de 1817. Um movimento liderado por Domingos José Martins, cuja atividade comercial à época, exercida em Pernambuco, não deixará de ser inoculado pelo ambiente revolucionário que efervescia na capital pernambucana.

A “ventura flamenga”, denominação que lhe deu Capistrano de Abreu ao se referir ao episódio dos holandeses, despertou na capitania de Pernambuco, desde o século XVII, manifestações de sentimentos nativistas e autonomistas que a elite atuante não deixou de expressar principalmente na Guerra dos Mascates, em 1710.

Esse potencial revolucionário, apesar do freio que sofreu, paradoxalmente em uma época tão fértil em agitações, aflora novamente em fins do século XVIII, agora alicerçado por um

conteúdo ideológico que a filosofia da ilustração espaiara e tivera sua cristalização na Revolução Francesa, com a primazia da independência dos Estados Unidos.

A base da economia pernambucana, o algodão e o açúcar, sofrera abalos sensíveis com a transmigração, justamente quando os efeitos da concorrência internacional provocaram preços que baixaram os índices críticos. Assim sendo, os direitos alfandegários pesavam fortemente sobre a saída de produtos imediatos da agricultura, acentuando o abismo entre os interesses de Portugal e Brasil: um não poderia viver sem o monopólio; o progresso do outro exigia sua supressão.

A rudeza e avidez do sistema colonial respaldavam favoravelmente a expansão das idéias revolucionária que não se adstringia aos intelectuais, mas já repercutiam nos meios econômicos e, também, militares, impressionando oficiais como o capitão Domingos Teotônio Jorge. É verdade que a massa da população não possuía educação política – se é que possuía outra modalidade de educação – em face do descaso da Metrópole com a educação da Colônia. Era por conseqüência, o movimento revolucionário de 1817 de uma elite pensante. Uma elite onde atuavam o pe. João Ribeiro, Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, ouvidor-mor de Olinda; o erudito Miguel Joaquim D’Almeida Castro e Domingos José Martins, espírito-santense educado na Europa e ex-comerciante em Londres, onde conheceu o venezuelano Francisco Miranda, o precursor da independência das colônias espanholas, de cujo clube revolucionário sofreu a influência doutrinária.

A chegada de Domingos Martins a Pernambuco foi de grande significação para o movimento em articulação. Enérgico, homem de

ação, estava mais capacitado para dirigir os acontecimentos dos que os seus companheiros, homens de gabinete.

Quase às escâncaras propagavam—se as idéias libertárias, tanto que, em reuniões constantes em sua casa ou em atuações nas academias e sociedades secretas existentes, onde na realização de banquetes, as iguarias e bebidas do Reino eram proscritas, usando-se somente os produtos da terra sob os brindes patrióticos de “Morra Portugal”.

Consumado o golpe, constituiu-se o Governo Provisório à maneira do Diretório da França, com Domingos Martins representando o Comércio, e criou-se uma Lei Orgânica estabelecida nos moldes da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, “a primeira Constituição feita no Brasil por brasileiros” no julgamento de José Honório Rodrigues.

Mas, ao otimismo inicial dos revolucionários, sucedeu a realidade da repressão. A Corte do Rio de Janeiro, alarmada com a notícia do levante, levada em seus detalhes por Caetano Pinto de Miranda Montenegro, governador deposto de Pernambuco, desencadeia a contra-revolução, assim como, simultaneamente, na Bahia, onde governava o conde dos Arcos.

Sobrevindo o inevitável dismantelamento do Movimento, Domingos Martins foi julgado e condenado à morte, tendo sido fuzilado em Salvador, para onde foram também enviados o pe. Miguelino e José Luiz de Mendonça que tiveram igual fim, no campo da Pólvora, hoje Campo dos Mártires.

Erroneamente, o *Gran Dictionnaire Universel*, de Pierre Larousse, o dá como português, assim como Joaquim Pereira da Silva e Varnhagen o tomam como baiano. No entanto abalizados historiadores corrigiram este erro. Domingos José Martins nasceu

no Espírito Santo em 9 de maio de 1781 (data presumida), no sítio Caxangá, nas proximidades de Itapemirim, local hoje circunscrito ao município de Marataízes. Filho do capitão de milícias Joaquim José Martins e D. Joana Luíza de Santa Clara Martins, prima do marido e nascida na Bahia. Nessa época comandava o capitão Joaquim José comandava o “Quartel”, quase em frente à Ilha das Andorinhas, ao Sul de Marataízes, ali localizado para fiscalizar e impedir o desembarque clandestino de africanos.

A área de nascimento de Domingos Martins, em que pese às referências de ocupação desde o século XVI, Antônio Marins credita seu povoamento aos pioneiros Domingos de Freitas (Caxanga), Pedro Silveira e outros, só se instalaram no Itapemirim por volta de 1700, “vindo da Bahia atraídos pela propaganda que dessas terras faziam os sucessores do donatário Francisco Gil de Araújo”. Sendo, portanto, conforme esse autor, a família Freitas Caxanga “proprietária de vasta aldeia, onde fundara engenho de açúcar, aí vivendo por muitos anos, passando depois o domínio a pertencer aos seus sucessores que a transferiram ao sargento-mór Inácio Pedro Cacunda, o qual por sua vez a vendeu a Baltazar Carneiro e Pedro Bueno, este parente dos Caxangas”.

Também, Maria Stella de Novaes afirma que a penetração do território espírito-santense tomou impulso pelo Sul da Capitania com a instalação de Cristóvão de Sá e de Pedro Bueno Cacunda, no Itapemirim. Tendo este vindo da região do rio das Mortes (MG) para se dedicar também à mineração no rio Caxixe, na localidade de Castelo. De qualquer forma, esse foi um período de grande dinâmica para a ocupação da Capitania, por meio do desbravamento do solo virgem capixaba, com a conseqüente profusão na distribuição

de sesmarias, sem que se dar conta ali da existência ancestral do elemento indígena.

O elemento indígena, aliás, é uma constante nessa região, habitando o litoral da terra, entre a Muribeca e o Itapemirim: “uma região infestada por índios considerados antropófagos”, pelos quais foi induzido o viajante e naturalista francês Saint-Hilaire a fazer-se acompanhar por homens bem armados, quando da sua viagem ao Espírito Santo

Já anteriormente a Saint-Hilaire, o temor suscitado em relação aos índios antropófagos ficara registrado nos apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro, d. José Caetano da Silva Coutinho, quando de sua visita à Capitania do Espírito Santo em 1812, especialmente sobre a mesma região entre a Muribeca e o Itapemirim:

Toda esta fazenda e o deserto até Itapemirim é cruelmente infestada por gentios antropófagos, da raça dos puris, ou antes botocudos, sendo mais expostas às imediações do presídio da Boa Vista, aonde jantamos, e nos contaram o triste caso da comida do soldado no dia 23 de julho deste ano.⁷

Talvez, devido a essa “rudeza”, não tenha permanecido por muito tempo o capitão Joaquim José nas terras “inóspitas” do Itapemirim, tendo voltado à Vitória onde, depois de dar baixa da carreira militar, passou a exercer atividade comercial em casa assobradada na antiga rua das Flores.

Na Capital do Espírito Santo, Domingos Martins iniciou seus estudos primários, complementando sua formação, posteriormente, em Portugal, seguindo depois para Londres, onde se empregou na firma portuguesa Dourado Dias & Carvalho, chegando a condição de sócio do mesmo estabelecimento comercial. Voltando ao Brasil, como gerente geral da firma,

entusiasmou-se com a idéia de independência e passou a liderar o movimento separatista, iniciado em Pernambuco em 6 de abril de 1817. Movimento que chegou a termo 74 dias após ter sido iniciado.

Quis o destino, no entanto, que a mesma Casa reinante que reprimiu a Revolta de 1817, assistisse ao intensificar do processo da Independência, que culminou com a adesão decisiva do príncipe D. Pedro, para quem o Império do Brasil significaria também a perspectiva de uma solução monárquica já posta em xeque pelos movimentos precursores da emancipação política do país.

Para estudo do herói capixaba, patrono do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, além do trabalho de Norbertino Bahiense (1974), pode encontrar inúmeros subsídios na **Revista do IHGES**, que vem sendo publicada desde 1917. Também o IHGES fez publicar em 1981 um pequeno texto e cunhou uma medalha em homenagem ao bicentenário deste espírito-santense ilustre, precursor da Independência do Brasil, hoje homenageado.

NOTAS

¹ Discurso em homenagem ao herói capixaba ao pé de seu monumento em 12 de junho de 2006.

² Professor adj. da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (apos.), ex-prof. da UFES. Doutor em Ciências Jurídicas e Livre Docente em História da UGE. Membro do IHGB, Presidente de Honra do IHGES e Vice-presidente da AEL.

³ No mesmo ano da chegada da corte foram ainda criados o Real Arquivo Militar do Brasil (Decreto de 7 de abril), a Real Academia dos Guardas-Marinha (Decreto de 13 de maio) e, por iniciativa do conde de Linhares, fundou-se o primeiro Banco do Brasil. Um banco de emissão, desconto e de depósito, cujos estatutos, publicados a 8 de outubro, determinou-lhe o papel de servir ao erário, destino que o levou à falência vinte anos depois, em 1829.

⁴ AVELLAR, Hélio de Alcântara. **História administrativa e econômica do Brasil**. Rio de Janeiro : MEC/FENAME, 1970. p. 187-9.

⁵ FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3 ed. Porto Alegre : Globo, 1976. p. 264.

⁶ As conseqüências das medidas administrativas de S. João foram consideráveis para a transformação do Brasil. Em poucos anos o Rio passa de 60 mil a 150 mil habitantes e se converte numa verdadeira capital, realçada pela presença de diplomatas estrangeiros. O Teatro São José é inaugurado em 1813 e, em 1816, chega a Missão Artística Francesa, para estabelecer aqui a Academia de Belas artes. As principais capitânias são elevadas a dignidade de províncias (1817), enquanto, ainda em 1816, ficaram incorporados em um só escudo as três armas dos Reinos Unidos - Portugal, Brasil e Algarve. Mesmo período em que falece D. Maria I, mas cuja aclamação solene do rei D. João VI somente ocorrerá em 1819 (adiada em parte pela revolução republicana de Pernambuco).

Hostil a República, D. João VI intervém no Prata, e faz ocupar militarmente Montevideú. Curiosamente no mesmo ano em que foi devolvida a Guiana Francesa, após a restauração dos Bourbon no trono francês (1817). Mas ainda no âmbito dos Negócios Estrangeiros importante passo será dado em 1815, com a concordância de D. João em assinar com a Inglaterra a interdição aos súditos portugueses do tráfico de escravos em qualquer ponto da costa africana ao Norte do Equador. O que faz cessar praticamente o fornecimento de sudaneses da Guiné.

⁷ COUTINHO, José Caetano da Silva. **O Espírito Santo em princípios do Século XIX** : apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando da

sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819 / José Caetano da Silva Coutinho ; transcrição do original e coordenação da edição de Maria Clara Medeiros Santos Neves ; estudo introdutório de Luiz Guilherme Santos Neves. Vitória : Estação capixaba e Cultural-ES, 2002. p. 44.

RELÍQUIA HISTÓRICA É REVELADA NA IGREJINHA DE VILA VELHA

Jair Santos
Arquiteto, pesquisador e escritor
Associado Efetivo do IHGES

No ano de 2005, a descoberta de um papel agitou a população de Vila Velha. Um Documento do Vaticano, com data de 1771, grafado em latim, dado como perdido, ressurgiu como um milagre nas mãos da mesma pessoa que o tirou do lixo, na igreja de Vila Velha, ES.

Para começar a narrativa dessa história precisei recolher-me no silêncio do meu canto de estudos. As primeiras horas foram dedicadas à pesquisa de um Documento e muita atenção, como quem deseja prender entre os dedos o fio da meada de um assunto pouco conhecido. O começo pareceu-me coisa difícil, as horas se transformavam em dias, mexendo em livros, perguntando aos amigos, professores e o tradutor que, acredito, incomodei bastante. E, mais cedo do que previa, me envolvi em trilhas, títulos, teorias, ritos e sacramentos, e acabei colhendo o conteúdo de mais dois ingredientes, as Santas Relíquias e a Pedra d'Ara que, juntos, revelavam este capítulo inédito da **História da Doutrina da Igreja Católica no Século XVI**, tempo das Capitânicas Hereditárias.

No início desse estudo difícil, mas instigante, já percebia a importância desse papel enviado do Vaticano e, tendo a história como uma narração crítica dos fatos da humanidade, procurei evitar possíveis enganos, tratei de buscar a ajuda de

amigos, estudiosos da história do Estado do Espírito Santo, e lhes relatei a estranha novidade, logo recebida com interesse e expectativa. A partir daquele instante esse grupo me deu apoio e a certeza de que, juntos, traríamos à luz todo um conteúdo de fonte inquestionável. Por isso, no dia 05 de junho de 2005, alguns desses companheiros passaram a fazer parte da equipe, que ficou organizada assim:

Jair Santos – Coordenação Geral, pesquisa e texto.

Geraldo de Moura – Leitura e tradução do documento.

Renato Ximenes Bolsanello - Scanner e arquivo de imagens.

Gether Quintaes Freitas Lima – Investigação, internet e tratamento de imagens.

Artelírio Bolsanello - Revisor de texto.

Clínica Radiológica Santana – Raios X.

Luiz Cláudio Bagatelli – Abertura do relicário contido na pedra d'Ara.

Márcio Oliveira Jorge, André Oliveira Jorge, Solange Fonseca Santos e Jair Santos – Testemunhas da abertura do relicário contido na pedra d'Ara.

Durante as investigações de uma época de poucos registros, surge o enredo de coisas aos quais a história raramente se refere. No meio de algumas possibilidades destaquei aquela que me pareceu a mais importante: a grande preocupação de Prelados Católicos com o “possível” aparecimento de religiões alienígenas no recém descoberto continente americano. Para que isso não acontecesse os mandatários da Igreja idealizaram um projeto com o objetivo de reanimar o culto aos santos da própria

Igreja, uma cultura conhecida na Europa desde o tempo das catacumbas e que, no século XVI, ressurgia com a finalidade de aumentar o número de fiéis católicos no Novo Mundo. Com o aval do Concílio de Trento, criaram as Santas Relíquias ou Partículas Consagradas, uma idéia de duração tão longa que alcançou o século vinte (1963)! Mas, não satisfeitos, criaram, quase simultaneamente, o tal Regime de Padroado. – Como isso começou?

Era o ano de 1385. Tempo final da Idade Média, nascia um novo estado político, Portugal, dividindo a península Ibérica, em luta dramática, reconquistada aos mouros que lá se estabeleceram e a dominaram desde o ano 718. Eram os árabes muçulmanos que desde 711 haviam iniciado seu lento processo de expansão. Durante dois séculos (XIII e XIV) o novo Estado de Portugal alcançou a custa de muitos esforços e perigos, notáveis avanços na conquista do grande oceano, mar desconhecido (Tenebroso) até que aprenderam os segredos da navegação e desenvolveram melhores técnicas com os quais subjugaram mitos, crenças e medos. Depois de dominar o Atlântico, Portugal empreendeu viagens de longas distâncias, tornando-se um país forte e reconhecido, cujos achados e conquistas mostraram ao mundo da época (séculos XIV e XV) seu grande projeto do Reino Ultramarino. Esse ideal da Casa de Avis entrou como uma luva nas mãos dos chefes da Igreja Católica que logo alimentaram a “sagrada” vontade de ver a expansão ultramarina do Cristianismo.

Ao plano ambicioso dos lusitanos juntaram-se os Reis Católicos, da Espanha e o Sumo Pontífice; nascia o tal

compromisso a que denominaram Padroado. Uma espécie de contrato no qual competia ao Papa ajudar a colônia enviando evangelizadores, missionários, artesãos, educadores e até pessoas que quisessem ajudar em qualquer tipo de trabalho. Por outro lado, o Rei de Portugal (Fidelíssimo) ou os Reis da Espanha (Católicos) tinham o dever de garantir a segurança e a sobrevivência dessas pessoas como se fossem seus funcionários, além de remessas em dinheiro para cobrir custos com paramentos e o culto nas igrejas recém construídas. Mas, nessa crescente responsabilidade coube ainda ao Rei Fidelíssimo (de Portugal) a obrigação de anunciar por todos os mares a presença da Igreja Romana com o desenho da cruz de Cristo nas velas dos navios lusitanos. As modificações e ajustes desse contrato foram sendo feitos ao longo de muitos anos e, como se não bastasse, competia ainda ao Rei de Portugal a construção da primeira capela ou igreja católica em cada terra descoberta ou conquistada. E assim, para a alegria de todos, como a ação de duas forças atuando na mesma direção, as Santas Relíquias e o Padroado, conseguiram aquilo que tanto queriam; o rápido aumento do número de fiéis católicos no novo continente. Esta era a primeira conclusão, com a ajuda de livros, consultas, indagações e apontamentos. Mais adiante, revendo o arquivo da memória, outra longínqua lembrança me fez voltar no tempo, quando li sobre a conquista do grande oceano, tido como intransponível, antes do século XVI. Eram homens destemidos, aventureiros, nautas incríveis, teocratas, povos e reinos em formação..., teimosamente tangidos pelos fantasmas do teologismo “infiel”. Vindos do continente africano, os mouros já haviam colocado um pé no sul da Itália

e, num pulo, batiam às portas dos Reis Católicos - Aragão e Castela (Espanha) e do Rei “Fidelíssimo” (Portugal) transfigurando-se em sombra ameaçadora. Tal qual muçulmanos moldados nas madraçais criadas desde o século XI, quatro séculos depois da preponderância política do Maometismo, a crença avançava sorrateiramente. Mas para alegria da grande parte dos mandatários católicos, grande luz surge no horizonte do século XVI, trazendo sólido movimento religioso, que teve sua militância voltada para o mundo profano, através de ações transformadoras capazes, sem dúvida, de influir na expansão da crença católica em qualquer parte do mundo, trabalho esse conhecido como Contra-Reforma, justamente quando as grandes navegações deram a conhecer povos pagãos, de crenças politeístas ou seitas até então não reveladas e consideradas campos virgens a serem doutrinadas para a Igreja de Cristo.

Foi assim que, tentando imprimir maior eficiência ao processo de colonização do Brasil, o Rei D. João III, “o fidelíssimo” recorreu à grande idéia da Companhia de Jesus e convidou-os a organizar uma Missão e destiná-la ao solo brasileiro. E, para bem cuidar do seu êxito, o Rei “Fidelíssimo” criou ainda a figura de um governo central para toda a colônia na América. Assim, já com o primeiro Governador Geral Tomé de Souza chegou, em 1549, o primeiro grupo de reformadores chefiados pelo Padre Manoel da Nóbrega. Pouco depois, em 1553, novo contingente veio com o segundo Governador Dom Duarte da Costa, trazendo entre os novos missionários, Brás Lourenço e José de Anchieta.

Na trama dos acontecimentos de um mundo ainda em organização a Igreja Católica se via na incômoda posição de quem precisava proteger um exército inteiro, portanto, era preciso manter as sentinelas em alerta permanente. Como nada de ruim aconteceu a belonave do Rei “fidelíssimo” conquistava o grande mar e deixava para trás os fantasmas do talibã ameaçador..., e o barco de El Rei, içava a bujarrona, navegando no mar da tranqüilidade com sua colônia progredindo e avançando confiante no alvorecer da era moderna; tempo em que El Rei Fidelíssimo adotava novas diretrizes, criando na colônia as Câmaras Municipais a fim de melhor administrar as questões entre os cidadãos e as terras por eles ocupadas. Mas, era importante que os Conselhos de cada uma das Câmaras desempenhassem seu importante papel na vida de governantes e governados, pois era deles que emanavam as soluções para os mais variados problemas. Por isso recomendou: esses Conselhos devem ser integrados por pessoas “de bem”, que sejam nobres, não pelo sangue nem pela categoria social, mas pelo caráter; e mais, que sejam naturais da terra, descendentes de pais e avós brasileiros, que saibam ler e escrever, e de sangue limpo, isto é, sem raça de hebreu, de mouro ou negro e sem ofício de mecânico (grifo meu), nítida evidência de que o Islamismo “infiel” precisava ser detido a todo custo, pois qualquer descuido seria fatal, e a América, um continente perdido.

Pesquisa e investigação

Considerando esses e outros registros da história e de posse do Documento Romano começamos as reuniões para

debater dúvidas e dar início às primeiras investigações. Já no primeiro dia, alguém perguntou, - por que você ficou envolvido com esse tipo de coisa? E eu respondi; atribuo meu envolvimento com esta história ao fato de ser conhecido como autor do livro sobre a Igrejinha do Rosário, construída na Prainha. É onde moro e tenho como vizinho o casal Roberto e Raquel, pais de Márcio Oliveira Jorge, professor de história pela Universidade Federal do Espírito Santo que, um dia, me trouxe um papel muito velho, encardido e roto, mas ainda legível, e perguntou: Isso lhe interessa? Achei no lixo, ao final da obra de reparos da igrejinha, feita no governo do Dr. Max de Freitas Mauro, por volta de 1979. Ele estava no chão, todo dobradinho, cheio de poeira da última jornada das vassouras ao término da obra. E o Márcio continuou: veio de Vaticano e se refere às Santas Relíquias de São Colombo, irlandês, e São Liberato, italiano. Elas (as Santas Relíquias) devem estar em um “ostensório”, guardado ou esquecido em algum lugar..., finalizou meio reticente. Falou outras coisas, desenhou o formato do imaginário ostensório que o latim do Documento revelava. Naquelas alturas, antes que o Márcio encerrasse a apresentação do tal documento, eu já pensava na tradução daquele achado. Conversamos mais um pouco, e o Márcio foi para seus afazeres. Enquanto isso a curiosidade aguçava meu espírito e uma longínqua recordação despertava minha memória para um fato ocorrido por volta de 1938. Eu tinha 12 anos, estava ali naquela igreja para receber a primeira e festiva comunhão. No adro da igrejinha, o Padre Raimundo Pereira de Barros pegou-me pela mão e disse: - Meu filho, por favor, vai lá dentro apANHAR meus óculos, estão em cima do altar.

Apanhei seus óculos, mas quis arrumar a toalha do altar, que a ventania desarrumou e vi uma estranha pedra embutida no altar. Jamais alguém me disse o que ela significava. Mais tarde sim, lendo sobre a história da arquitetura religiosa, mas sem entrar em detalhes. Lembrei também que todas as pessoas com quem conversava só se referiam a tal “pedra-de-altar” como se ela fosse uma pedra fundamental, isto é, algo que representasse a “fundação ou o princípio” de uma obra muito importante para a cidade ou para o povo do lugar, um sinal evidente que estávamos diante de algo desconhecido. E todos concordaram. Combinamos então começar esta pesquisa pela tradução deste documento que veio do Vaticano. Liguei para o amigo da Universidade Federal do Espírito Santo, Lauro Venturini, professor de latim, mas ninguém atendeu. Recorri ao vizinho, professor de português Artelírio Bolsanello, também da UFES, que, ainda, ao telefone, pediu para ver do que se tratava! Examinou com cuidado, conversamos e concordou dizendo: - é, vou falar com o professor Geraldo de Moura, aposentado, da universidade, “cobra” em língua morta, disse. E posso fazer isso agora mesmo, pela Internet. Seu filho Renato que estava atento trouxe a máquina digital, fotografou as duas faces do tal diploma, e assim começamos o trabalho de investigação: - era o dia 10 de junho de 2005. De posse do original do documento fui à copiadora onde solicitei nova foto que, depois de revelada, foi ampliada e copiada em papel fotográfico. A partir daí, o original foi guardado para que não se deteriorasse mais. Enquanto isso o jovem Renato Bolsanello (filho do Artelírio), preparou um arquivo em CD-R, que me trouxe no dia 18 de julho seguinte. Mas, que documento é esse, datado de 1771?!

O Documento

É o diploma que dá autenticidade à partícula consagrada, espécie de certidão passada pela Igreja de Roma, trazendo o nome do santo da referida partícula e a chancela de autenticidade, passada por Prelado Católico, no verso da folha. Uma vez na igreja de destino, ele (o Documento) e as Santas Relíquias deveriam ser guardados juntos em lugar especial. O lugar propício, na escolha do Concílio de Trento, era sobre o altar e diante do Sacrário, por ser ali o ambiente “santo”, onde ficam guardadas, também, as hóstias consagradas que sobram de cada celebração. Por isso, o mesmo Concílio de Trento criou novo ingrediente, a Pedra d’Ara, especialmente preparada para esta finalidade (veja adiante). Esta associação de coisas do passado começava indicar as primeiras coincidências e, nada mais deveria ser feito sem a prévia tradução do latim que o diploma revelava. Assim, vejamos a leitura da tradução deste importante título, feita pelo Professor Geral de Moura:

Parte Frontal

Pio Belingério

Pela graça de Deus e da Santa Sé Apostólica, bispo de Tuncsem E.U., preposto do douto colegiado da Igreja e da Cúria Episcopal de Pápia, como Vigário Geral do Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor Arcebispo Amasiense, nos assuntos temporais e espirituais, etc. A todos e a cada um que lerem as nossas presentes cartas tornamos indubitável a nossa Fé e atestamos, tendo-nos sido mostradas as várias sagradas relíquias,

as quais reconhecemos terem sido tiradas dos seus autênticos lugares, das quais uma grande parte da urna funerária de meritíssima memória de Santo Colombo e São Liberato. Reverentemente recolocamos, e pusemos dentro de duas caixas retangulares, de fina lâmina branca porém prateada na parte anterior, protegidas por vidro, e amarradas por um fio de bronze prateado, chanceladas com nosso selo, impresso em cera vermelha hispânica, para sua identidade, para a maior glória de Deus entregamos e ofertamos à veneração de seus santos. Para efeito e com poder de conservar junto de si, de dar aos outros, em qualquer igreja, oratório ou capela, de pôr e expor à pública veneração dos fiéis. E para a verdade do exposto, dado em Pápia, do Palácio Residencial do predito Ilustríssimo e Reverendíssimo Arcebispo, no dia 27 de setembro de 1771 (2)

Reverendíssimo Dom Belingério.

Tradutor: Geraldo de Moura, telefone:3325.9398.

Parte posterior

As Sagradas Relíquias de meritíssima memória de Santo Colombo e São Liberato postas dentro das duas caixas retangulares descritas anteriormente que igualmente incluídas no presente e existe em conchas e em duas caixas maiores de fios metálicos mostrando a forma de braço, carimbada e foram reconhecidas e existem em selo com cera vermelha hispânica, do Ilustríssimo, Reverendíssimo e Digníssimo Pio Belingério Tuncsem e do Vigário Geral Papiense e portanto podem ser expostas livremente a veneração dos fiéis.

Da Cúria Episcopal de Pávia, no dia 21 de novembro de 1879.

Cônego Marchelli Aloysius
Conselheiro Episcopal

As supraditas (?) caixas para a veneração foram abertas no ano de 1895 e novamente fechadas e firmadas com o selo de D. Lyri.

Pávia, 19 de agosto de 1895. Excelentíssimo(?)

Tradutor: Geraldo de Moura, telefone:3325.9398

Em observação verbal e final, o tradutor disse ter encontrado um pouco de dificuldade, por se tratar de latim tardio, com uma ou outra palavra medieval, mas dá para entender.

E termina com a rubrica, Gmoura.

Depois, conversando com Renato Bolsanello, outro companheiro da equipe, o professor Geraldo de Moura, teceu algumas considerações que descrevo a seguir:

- 1) Pávia, depois Pávia, cidade de Ticino, na Lombardia, Gália Cisalpina, na Itália.
- 2) Amasiense, Amásia, cidade da Ásia Menor (provável Turquia).
- 3) Tomaseno, de Tomaso, cidade de Chipre.
- 4) Belingério – Berenger(?) A interrogação significa; persiste a dúvida.
- 5) S. Colombo – Era Monge irlandês, foi martirizado no século VIII, mas existiu outro chamado S. Columbano. Dois nomes que podem causar confusão, concluiu.

Observações do autor do presente texto.

A – O verso da folha documental era usado para o “reconhecimento de tudo a que se referia a parte frontal – uma espécie de chancela cartorial”.

B - Onde existe o ponto de interrogação entre parêntesis é sinal de dúvida na grafia da letra, número ou palavra.

C - O tradutor disse tratar-se de documento em latim um pouco medieval, mas que dá para entender a sintaxe.

D – Sendo Geraldo de Moura, de grande erudição, teceu amplo comentário sobre uma provável geopolítica da região desde o mediterrâneo até o oriente próximo, onde foram construídas abadias, templos e lugares de perseguições aos monges e simpatizantes da igreja romana.

E – Anos dos Concílios: Trento = 1542, no século XVI; Ecumênico Vaticano I = 1890, século XIX e Concílio Ecumênico Vaticano II = 1963, no século XX.

E – Ainda o verso do Documento trazia minucioso detalhamento referente a “duas caixas retangulares”, tudo feito com esmero artesanal que, nada mais eram que pequenos estojos, usados especialmente para o transporte das Relíquias Consagradas, para serem transportadas por sacerdote ou pessoa por ele credenciada.

São Colombo e São Liberato

Depois de lida a tradução do Documento do Vaticano uma pergunta ficava sem resposta entre os membros da equipe

– Quem eram São Colombo e São Liberato? Dois santos que ninguém conhece! Esta informação ficou em aberto, por tempo suficiente para que, Renato Bolsanello e Gether Quintaes Freitas Lima procurassem a resposta na Internet. Poucos dias depois Gether fez a leitura em reunião exclusiva para esta finalidade e do que foi lido transcrevo a seguir.

São Colombo e Seus Companheiros – Autor: Antônio Borelli.

“O martírio do abade Porcário e de seus 500 monges, de Lérins, famosa abadia beneditina localizada na ilha de Lérins, na Provença (sul da França, N.T.) fundada no ano de 410 por S. Honorato, é datado do VIII século, período em que as lutas entre muçulmanos e francos transtornaram a Provença. Nos anos de 736 e 739, Patrício Mauronto, se rebela contra Carlo Martel (689 – 741), filho de Pepino Héristal, a quem sucedeu em 716 como comandante d’Áustrasia, pedindo ajuda aos muçulmanos, que se disseminaram por toda a região (Provença) saqueando tudo. Por sua vez os francos de Carlo Martel, ajudados pelos longobardos acabaram de destruir a região em revolta, superando em muito a destruição causada pelos muçulmanos. É neste horrível contexto de violência e destruição, que se dá o martírio do Abade Porcário e seus monges.

Naquele tempo a abadia beneditina de Lérins, localizada na ilha de Saint-Honorat no Mediterrâneo em frente de Cannes, contava com mais de 500 monges, número tão elevado se dava ao fato de que monges da redondeza se refugiavam ali. Quando o abade Porcário deu a notícia da aparição do anjo e

sua mensagem, os monges disseram que estavam dispostos a morrer, exceto dois jovens monges, Colombo e Eleutério, que se esconderam em uma gruta de uma encosta. O santo abade Porcário se dispôs, então, em colocar a salvo as relíquias conservadas no mosteiro e também enviou à Itália trinta e seis noviços e dezesseis alunos, com a intenção de que, algum dia, retornassem para reconstruir a abadia. Por volta de 739, os sarracenos desembarcaram sobre a ilha, destruíram o mosteiro e as capelas, matando todos os monges (como era de costume fazer nas invasões), exceto quatro monges, que resolveram poupar para serem vendidos como escravos. Da caverna na qual se escondera com Eleutério, o jovem monge Colombo, assistia aterrorizado ao martírio de seus coirmãos, vendo as suas almas subindo aos céus; tomado pelo remorso se apresentou aos sarracenos que logo o decapitaram, sendo o último dos mártires. A narrativa prossegue contando que os quatro jovens prisioneiros conseguiram fugir, quando estavam no porto de Agare, pelos bosques, até o vilarejo de Ara Lucis, (hoje Arluc), de onde voltaram a ilha, reencontrando Eleutério, que aterrorizado não havia ainda abandonado o esconderijo.

Os cinco monges então começaram a enterrar a Lérins, o abade e os cerca de 500 monges assassinados, depois do término desta piedosa e cansativa tarefa, partiram para se juntarem aos noviços enviados a Itália, chegando até Roma para relatar ao Papa a morte dos monges e a destruição da famosa abadia. Vinte anos depois, todo o grupo retornou a Lérins e como havia previsto o abade Porcário, reconstruíram a abadia. Sem dúvida nenhuma, os mártires foram vítimas da guerra política entre muçulmanos,

mas naquele período, o VIII século, todos os homens da igreja, que morriam de morte violenta eram considerados mártires, já que os históricos não conseguem estabelecer o exato número de vítimas, é de supor que realmente entre a invasão muçulmana e o contra ataque franco longobardo, os mártires tenham sido cerca de 500, embora não necessariamente todos no mesmo momento. Porcario, Colombo e seus irmãos sempre foram venerados na Lérins como santos e mártires, com celebração no dia 12 de agosto, data referida pelo “Martirologio Romano”.

Na abadia existe uma capela do século X, que marca o lugar em que a maior parte dos monges foram mortos. Certamente dado ao grande número as relíquias foram levadas a outros lugares da Europa, onde recebiam culto local.

São Liberato - Autor: Antônio Borelli.

Proveniente de um elenco do “Martirologio Jeronimiano”, o nome do mártir S. Liberato foi também inserido no dia 20 de dezembro, no “Martirologio Romano”, composto no século XVI, pelo grande historiador cardeal Cesare Baronio. Apesar de todos os códigos o apontarem comum no Oriente, ele é (ao invés) um autêntico mártir de Roma; seu nome é mais precisamente Liberale, em latim Liberalis, traduzido depois equivocadamente como Liberatis. Ele está certamente sepultado no cemitério de Via Salária Vecchia, onde repousam também os mártires Giovanni e Festo, os “itinerários” do século VII, que relatavam aos fiéis peregrinos as basílicas e as catacumbas com as tumbas dos mártires, citam S. Liberato sepulto no subsolo da basílica, dedicada ao mártir Giovanni. São Liberato era cônsul,

descendente de uma nobre família, que se apaixonou por Cristo, fazendo-se cristão, abandonou a carreira, a política e o esplendor da nobreza... seguindo um novo caminho, o caminho do amor fraterno e da fé em Deus. Foi preso e condenado à morte, sob o reinado de Cláudio “o Gótico” (269-270). Um certo Flório construiu um mausoléu em honra do mártir, com a esperança de obter de Deus um prêmio justo pela sua veneração aos santos. Em uma lápide feita pelo mesmo Flório, encontra-se relatada a profanação do sepulcro durante o reino de Alarico no ano 410, que ele (Flório), fiel devoto, havia restaurado. O nome Liberato (Liberalis), de origem latina, significa libertado da escravidão, muito citado pelo cristianismo por indicar “libertado da escravidão do pecado e do paganismo”. (Atenção – Sobre São Colombo e São Liberato, foi mantido o texto do autor).

Observação do autor do presente texto

Sabe-se que o grande martirologio vem desde o tempo das grandes perseguições aos cristãos, dos tempos remotos do catolicismo, fato narrado em livros da Historia Sagrada, adotados no Curso Fundamental, depois mostrado em filmes, também.

No Contexto desse achado sempre aparece alguém fazendo perguntas, como por exemplo: - Por que São Colombo e São Liberato vieram parar em Vila Velha? – A estas perguntas recomendei o que disseram, em reunião anterior, os professores Carlos José Fernandes e Márcio Oliveira Jorge, observe no parágrafo seguinte.

De posse do Documento, conhecida sua tradução, o próximo passo é saber se as Partículas Consagradas estão

guardadas no devido lugar. Mas, o que vem a ser uma Santa Relíquia ou Partícula Consagrada?

As Santas Relíquias.

Conta a história que no século XVI, o Concílio de Trento as instituiu para que fossem espalhadas no Novo Mundo. Elas (as Santas Relíquias) tinham por finalidade reanimar o combalido culto aos santos da igreja romana, com o objetivo de, o quanto antes, mostrar a presença da Igreja Católica em todos os quadrantes do continente americano, disse o historiador Carlos José Fernandes.

Elas, são partículas mínimas das vestes ou dos ossos dos mártires da Igreja ou das pessoas cuja trajetória de perfeição ao longo da vida se fizeram merecedoras da canonização pela Igreja Cristã, completou o professor Márcio Oliveira Jorge. Segundo a Igreja, hoje, só recebem a Consagração, as pessoas falecidas, de vida quase perfeita e que jamais tenham negado os ensinamentos do Messias (Jesus Cristo), e acrescenta: depois de Consagrados, todos os Santos são iguais, isto é, sem qualquer tipo de graduação porque, a Consagração é referida às suas almas, a parte espiritual e imortal do ser humano. Mais tarde a expansão da fé cristã no mundo passou a exigir um número sempre crescente desses procedimentos, resultando na sua revogação pelo Concílio Ecumênico Vaticano II, no século XX (1963). Cada partícula consagrada vinha do Vaticano (Roma), trazida por Prelado ou clérigo por ele credenciado. Mas, onde eram guardadas essas coisas santas? Quem tomava conta? A resposta está no passo seguinte. Neste ponto, dois integrantes da equipe

acharam muito difíceis fazer pesquisa sobre coisas “nebulosas”. Não concordei dizendo, nada disso, só coisas antigas, muito antigas e concluí dando os seguintes exemplos: - desde o fim da idade média e começo do século XVI, era costume dar sepultura aos sacerdotes, aos leigos martirizados e às pessoas muito especiais, no interior das igrejas católicas, consideradas “a casa de Deus”, uma cultura tão arraigada na Europa que ainda no século XVI acabou transbordando para o Brasil. Sobre isso, achei que valia a pena lembrar dois exemplos que ficaram conhecidos entre nós, na capitania do Espírito Santo. O primeiro exemplo, com Frei Pedro Palácios, idealizador e construtor do Convento da Penha. Segundo o maior historiador da Província Franciscana, Frei Basílio Röwer afirma que, “o irmão Pedro desceu ao túmulo preparado em nível logo abaixo do altar da ermida a Nossa Senhora da Penha, em Vila Velha...” O segundo exemplo, com o Padre José de Anchieta, cujo corpo foi trazido, a pé, desde Reritiba, no sul do estado, para o sepulcro da antiga igreja de São Tiago, no Colégio dos Jesuítas, em Vitória, onde estão guardados seus restos mortais.

A Pedra d’Ara

Ou Pedra de Altar, vinha de Portugal, quase sempre trazida pelos donatários das capitanias hereditárias ou nas caravelas que viajavam ao longo do litoral. Segundo o comentarista da história Espírito-Santense, Mário Aristides Freire, a Pedra d’Ara da igreja da capitania do Espírito Santo, foi trazida por Vasco Fernandes Coutinho. Era uma pedra preparada na origem (Portugal) e chegava à igreja de destino sempre vazia. Tinha por

finalidade guardar as partículas consagradas na origem (Vaticano). Ela nada mais era que um pequeno pedaço de mármore ou granito para ser embutida na mesa de madeira do altar mor das igrejas antigas. Podiam ser preparadas em diversos tamanhos, mas a da igreja de Vila Velha foi feita com as seguintes medidas: 30x22 centímetros, com 2,5 centímetros de espessura. Na face superior, mais polida, havia uma pequena porta de 4x4 centímetros de lado, com 1,5 centímetro de profundidade e terminava num pequeno rebaixamento; em tão reduzido espaço eram colocadas as partículas consagradas. É o que se chama **relicário** inserido na própria pedra. Seu fechamento hermético era feito com outro pedaço do mesmo material, com 4x4 centímetros de lado e colado com uma espécie de cimento ou cola da época. Por fim, uma vez na igreja de destino, a pedra ficava aguardando a chegada das Santas Relíquias e do Documento, trazidos por clérigo ou pessoa especialmente credenciada, como dissemos antes. Junto com as partículas consagradas, costumavam acrescentar um ou dois fragmentos de resina de incenso, para evitar a formação de fungo ou mofo, informou Frei Ladi Antoniazzi.

Abertura do Relicário contido na Pedra d'Ara.

A pesquisa e o estudo transcorriam com alegria, e os membros da equipe sempre solícitos. Restava ainda a parte mais importante da investigação; abrir o relicário contido na pedra de altar da nossa igreja de Vila Velha. A meu pedido, o nosso Pároco, Frei Ladi, autorizou a retirada da pedra do altar indagando o seguinte:

- Só não sei como você poderá fazer isso porque, na igreja, nós não dispomos de espaço nem ferramenta apropriada para esse procedimento. - Eu gostaria de levar a pedra para o meu ateliê (pequena oficina); respondi. O trabalho foi entregue ao assistente Luiz Cláudio Bagatelli e durou pouco mais de duas horas, contou com a presença das testemunhas Jair Santos (autor do presente texto), sua esposa Solange Fonseca Santos, Hilka Maria Gomes Machado Netto, Márcio Oliveira Jorge (professor que guardou o Documento achado no lixo), André Oliveira Jorge, Renato Ximenes Bolsanello e o próprio Cláudio. Era o dia 29 de junho de 2005, e lá estavam as partículas consagradas! No exato momento da abertura do relicário houve um misto de surpresa, revelador espanto e até um tímido “só isso”? Realmente eram pedaços mínimos, tal qual pedacinhos de unha, tudo oxidado, já muito escurinho. O material foi fotografado juntamente com as testemunhas citadas. Qual o próximo passo? Fazer o exame de raios X para saber que tipo de material miúdo era aquele ali guardado.

No dia 15 de julho de 2005, levamos, eu e Gether Quintaes Freitas Lima, a pedra à Clínica de Radiologia Santa Ana, localizada na rua Carolina Leal nº 345, no centro de Vila Velha (CEP. 29100-360), cujo laudo diz o seguinte: “Declaro para os devidos fins que foram radiografados dois fragmentos contidos na Pedra d’Ara, no dia 15.07.2005, concluindo após análise tratar-se de peças de densidades cálcicas, sugerindo fragmento ósseo. Segue anexa a radiografia efetuada.”

Esse laudo era a confirmação de que a nossa igreja, a do Rosário guardou durante alguns séculos todos os ingredientes

de um fantástico capítulo da história da Doutrina da Igreja Católica, do Brasil Colônia. Neste ponto das investigações a equipe toda tratou de se reunir para festejar o acontecimento; **estavam todos diante de uma Fonte Primária!** No dia seguinte à comemoração, como fizemos anteriormente, foi levado ao conhecimento do Frei Ladi Antoniazzi, nosso vigário.

Antecedentes da Divulgação

A novidade começava tomar conta da cidade; a comunidade da região da Prainha não dava sossego ao guardião do templo, Antônio Lino Mamedes perguntando mil detalhes sobre o achado, e ele só encontrou um jeito de se livrar dos curiosos dizendo o seguinte: - só quem sabe explicar essas coisas é o vigário lá no Santuário, porque foi ele que autorizou o pesquisador dessa história, o professor Jair Santos, tirar a pedra daqui do altar da igreja para estudos, eu só sei isso! Estas palavras chegaram muito rápido aos ouvidos do pessoal da imprensa.

As primeiras notícias saíram nos principais jornais de Vitória:

Em “A Tribuna” do dia 19 de agosto de 2005, na página 09.

Em “A Gazeta” do dia 27 de agosto de 2005, na página 10.

Na quarta feira, dia 31 de agosto do mesmo ano, recebemos ligação telefônica de Brasília dizendo ter lido na imprensa do Estado matéria sobre assunto que nos remete ao período da colonização do Brasil e de interesse para divulgar em

rede Brasil, mesmo sabendo tratar-se de assunto pouco conhecido. Identificou-se como sendo Liliane@oficinadapalavra, escritório que trabalha para empresa de notícias, em Brasília, com telefone (61) 3322.6753. Solicitou imagens de boa resolução e fotos novas da equipe envolvida. Imediatamente após esse pedido, contratamos o trabalho do fotógrafo profissional Adriano, localizado, na rua Henrique Moscoso, esquina com Carolina Leal, no centro de Vila Velha. O material desse Adriano de tal foi imediatamente enviado pela Internet aos cuidados do companheiro de equipe Gether Quintaes Freitas Lima, no dia 8 de setembro de 2005. Na última reunião da equipe foi muito bem recebida, a idéia de apresentar, por escrito, um relatório com todas as nuances deste acontecimento ao senhor Bispo Diocesano, Dom Luiz Mancilha Vilela.

A Diocese de Vitória inaugurou, neste ano de 2005, importante Centro de Documentação. Logo depois, levei todo este material para possível registro, mas por se tratar de coisas abolidas desde o Concílio Vaticano II (1963), hoje, o nosso achado, só tem valor histórico, disse a senhora Geovana, Diretora do Museu Diocesano. Sendo assim, só o Documento seria interessante para o centro recém inaugurado, finalizou. Naquela oportunidade, deixei uma cópia do Documento enviado de Roma, feita em papel fotográfico.

Em novembro e dezembro de 2005, foram gravadas para a Rede Gazeta de Televisão duas reportagens, ambas na própria igrejinha, matéria veiculada no noticiário local, causando raquítica repercussão, nada mais que isso.

Adenda

Enquanto avançava com a equipe nas investigações, anotei uma dúvida do nosso Pároco, que revelava o seguinte: - até hoje, nós, sacerdotes, só festejamos em Vila Velha, o dia da padroeira. Depois desta descoberta só fica faltando descobrir a data do decreto que guindou a igreja à condição de paróquia, concluiu.

Para não interromper a pesquisa preferi deixar este assunto para ser respondido, pessoalmente, numa próxima oportunidade, quando mostrei um registro de fonte importante da história capixaba, onde leu: “A igreja de Nossa Senhora do Rosário, de Vila Velha, levantada pelo Padre Afonso Brás, em 1551, foi elevada à sede de paróquia, em 1750”, citação da professora e historiadora Maria Stella de Novaes, no seu livro “História do Espírito Santo”, composto e impresso nas oficinas da Empresa Gráfica de “O Cruzeiro S. A”; rua, do Livramento, 189/203 – ZC 05, – Rio de Janeiro, GB, para o Fundo Editorial do Espírito Santo. Aproveitando a oportunidade mencionei os nomes dos primeiros vigários enviados para Vila Velha, foram eles, Manoel Lopes de Abreu, o primeiro, Francisco dos Reis, o segundo, Antônio Martins Guerra, o terceiro e Manoel Gonçalves da Vitória, o quarto vigário, no ano de 1795, tudo devidamente anotado em, “O Espírito Santo em princípios do século XIX”, de autoria da professora Maria Clara de Medeiros Santos Neves – em apontamentos feitos pelo bispo, D. José Caetano da Silva Coutinho, do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819. Considerando estas

informações de boas procedências foi proposto ao Frei Ladi Antoniazzi, que na igreja de Vila Velha, a partir de 2005, sejam comemorados, no mesmo dia sete de outubro, dois importantes acontecimentos; o dia da padroeira e o ducentésimo quinquagésimo quinto ano de vida paroquial, ou seja; (2005-1750=255 anos) de atuação de um vigário nesta comunidade católica, lembrando, ainda que, o dia dedicado a Nossa Senhora do Rosário começou a ser festejado em 07 de outubro de 1206, quando Ela foi Consagrada pelo Papa Gregório III.

Conclusão

Primeiro: A equipe deste trabalho deu total apoio à sugestão de Gether Quintaes Freitas Lima em trocar duas imagens da igreja de Vila Velha por outras duas, de São Colombo e São Liberato, em razão deste achado histórico que ela (a igreja) guardou por tanto tempo. Sugeriu ainda que, para a troca das imagens seja consultada a vontade de todos os paroquianos da região da Prainha.

Segundo: As Santas Relíquias, o Documento e a Pedra d'Ara são os três ingredientes de um importante capítulo da Doutrina da Fé Cristã no continente americano. Mas, neste momento, parece que o mais importante dos três, é o Documento, trazido do Vaticano, dado como perdido. Seu aparecimento funcionou como um propulsor à pesquisa e à narrativa desta revelação, fonte primeira, cujo conteúdo a partir de agora poderá ser visto como mais uma peça a compor o painel descritivo da formação do homem da cultura pós-colombiana – que o digam aqueles que se ocupam da antropologia e da etnografia.

Notícias sobre as primeiras igrejas do Brasil colonial

Em 20 de março de 1950, a igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Vila Velha, foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Livro de Tombo Histórico e das Belas Artes (processo nº 422-T, inscrição nº 268, f. 46 e inscrição nº 354, f. 72).

Afinal, o que sabemos nós, capixabas e brasileiros sobre a igreja de Vila Velha? Uma coisa os capixabas respondem – é a primeira e mais importante obra construída no século XVI, tempo das capitanias hereditárias.

Por que, quando a relacionamos com outras igrejas da mesma época ouvimos histórias tão diferentes? Sobre esta e outras igrejas do Brasil colônia, a maioria dessas perguntas continuam sem resposta conclusiva, como por exemplo;

- em que dia ela começou a ser construída?
- quando foi sua obra concluída?
- igrejas ou capelas do Brasil do século XVI, qual delas continua de pé?
- será que vem de fontes confiáveis o que nos contam sobre elas?

Tentando dirimir controvérsias transcrevo as principais citações de livros e comentaristas antigos com um único intuito, o de ajudar o leitor no esclarecimento de informações importantes da nossa história.

No principal livro da “História do Estado do Espírito Santo”, segunda edição – composta e impressa em 1975, editada pela Fundação Cultural do Espírito Santo, José Teixeira de Oliveira, p.36, faz esta citação: “Portugueses, portanto filhos fervorosos da Igreja de Cristo, foi à capela que, por certo dedicaram o melhor da sua arte rústica. Consagrada a Nossa Senhora do Rosário era pequena e situada próximo à praia e no fim da mesma, pouco mais ou menos no lugar hoje denominado, rua São João”, informa Daemon em “Província do Espírito Santo”, 55.

Em, “A Igrejinha do Rosário e a presença de Vasco Fernandes Coutinho”, ano 2003, Editora Ita, da minha autoria, eu mesmo informei assim: uma segunda igreja do Rosário foi levantada em Vitória (ES), pelos jesuítas alguns anos mais tarde e não deve ser confundida com a ermida de Vila Velha, onde trabalharam o primeiro donatário e seus colonos, em 1535. A de Vitória foi obra dos padres jesuítas, em 1551, quando chegaram ao Espírito Santo.

Outra referência é feita sobre uma igrejinha construída em Igarauçu, Pernambuco, dizendo ser “uma das primeiras do Brasil”, mas por falta de citação de fonte esclarecedora não devemos considerá-la como tal, pois que, Igarauçu é hoje, cidade da Grande Recife, mais distante de Olinda onde começou realmente a colonização da capitania pernambucana. A única notícia dessa região, século XVI, diz que: “Cristóvão Jacques, em 1536, fundou na margem do Rio Igarauçu, uma feitoria”, e só! Ora, feitoria não é fundação de vila, tão somente um ponto de apoio à navegação dos navios portugueses. Se lá existe igreja ou

capela “antiga”, só pode ser obra tardia porque quem estabelecia feitoria, jamais construiria igreja ou capela, por mais importante que fosse.

Entre os mais alvissareiros estão aqueles que falam maravilhas sobre igreja de Porto Seguro (Bahia) e também do litoral nordestino, onde surgem notícias pouco esclarecedoras por falta de uma ou outra informação complementar, por exemplo: segundo o livro “História da América Portuguesa” (São Paulo, Editora Brasiliense Limitada), 1950, página 88, parágrafo 77, o historiador Rocha Pita comenta: “Em altura de dezesseis graus e meio, está a Província do Porto Seguro, primeira terra e primeiro porto que os portugueses descobriram e tomaram no Brasil, como tem mostrado nossa história. Contém duas vilas, uma que deu o nome a toda aquela província, e outra que se intitula Santo Antônio do Rio das Caravelas. Na do Porto Seguro há boas igrejas, a matriz, invocação de Nossa Senhora da Pena, a Misericórdia, a de Nossa Senhora do Rosário, e um hospício dos padres da Companhia (grifos meus). Duas léguas, distante da vila está a igreja de nossa Senhora da Ajuda, célebre pelo milagre de uma copiosa fonte,” etc.

1º - Neste caso do Porto Seguro, acima descrito, é bom assinalar as diferenças entre o que existiu na região sul da Bahia e o que dizem outros comentaristas, pelo seguinte. 1º - Ninguém tem dúvida de que “Porto Seguro foi o primeiro lugar que os portugueses descobriram e tomaram no Brasil”, em 23 de abril de 1500, com a frota de Pedro Álvares Cabral. Dali, a frota rumou na direção norte e se estabeleceu na Baía de Todos os Santos que, mais tarde, ficou sendo a capital da colônia, mesmo sem a

nau de Cabral que tomou o caminho das Índias e nunca mais aqui voltou. É bom salientar que as primeiras construções só tiveram início, trinta e cinco anos depois com a vinda dos donos das Capitanias Hereditárias. A de Porto Seguro, de Pero de Campos Tourinho, foi fundada em 1535, teve início promissor, mas por morte do seu donatário a viúva, logo a vendeu ao duque d'Aveiro, quando enfrentou alguns anos de decadência. Parece que Rocha Pita se antecipou em muitos anos, dando ao seu comentário conotação de coisa incompleta. Mais adiante afirma: “Na do Porto Seguro há boas igrejas,” etc... – Da matriz? Ora, matriz é aquela que dá origem às outras, é o mesmo que mãe! E mais, em qualquer lugar da colônia, igreja só deveria ser construída pelo respectivo donatário da capitania, em respeito ao regime de Padroado. Considerando tais questões concluímos que faltou citação de datas, o que ajudaria sanar, de pronto, as primeiras dúvidas. Mais adiante cita: - “... e um hospício dos padres da Companhia”, linha que transcrevi grifando, neste caso deve estar citando a Casa ou Colégio da Companhia de Jesus, cujos missionários só vieram para o Brasil a partir de 1549 quando aqui chegou o Primeiro Governador Geral, o que é fato indiscutível. Portanto, não há como entender a existência de uma primeira igreja “matriz” em Porto Seguro. Se, em Porto Seguro existe igreja “antiga” é de acreditar que só tenha sido construída em 1549 ou depois.

2º - Aproveitando outra informação da página 91, desse mesmo livro, parágrafo 82, oitava linha: “Na do Espírito Santo há a Misericórdia, que serve de matriz e dela vai Nosso Senhor

pôr viático aos enfermos”. A da Conceição tem igreja matriz da mesma invocação,... e prossegue comentando sobre as fortalezas de Vitória, no Espírito Santo. Aqui faço idêntico comentário; – Parece que, para o autor, todas as igrejas do início da colonização eram igrejas matrizes, induzindo ao erro os leitores menos avisados.

3º - Neste final de comentário outra citação nos parece certa, quando diz, “Na do Espírito Santo, há a Misericórdia que, não era matriz e dela vai Nosso Senhor pôr viático aos enfermos”, etc. Sobre isso transcrevo do livro “Devoção e Caridade”, de Wallace Bonicenna, na página 32, o seguinte; “em 1545, para atender aos colonos nos tratamentos de moléstias, socorrer feridos e providenciar os sepultamentos foi fundada na vila do Espírito Santo a Santa Casa da Misericórdia com a missão de realizar os trabalhos assistenciais”. E eu acrescento dizendo que a igreja de Vila Velha, recebeu uma construção anexa que abrigou a Casa da Misericórdia ou Casa da Caridade, como mostra a foto do nosso arquivo. Essa construção alcançou o alvorecer do século XX, quando ruiu por falta de conservação. A essa tal Casa da Misericórdia de Vila Velha, foram dadas as mesmas atribuições da congênere de Lisboa, isto é, ajudar aos pobres, enfermos e moribundos, a quem levava a Sagrada Comunhão (o mesmo que distribuir Nosso Senhor, pôr viático), além de dar sepultura aos mortos. Essa casa depois foi transferida para a ilha de Vitória onde cresceu e se transformou no Hospital da Misericórdia e funciona ainda hoje (2006). Portanto, a referencia à igreja de Vila Velha da vila do Espírito Santo está correta, exceto quando diz que a

igrejinha Vila Velha era “matriz”. Esta igrejinha existiu como freguesia durante pouco mais de três séculos, só foi guindada à condição de paróquia a partir de 1750, (comentado anteriormente).

Existe também notícia de que a primeira igreja construída no Brasil é a matriz de Salvador (Bahia), ao que parece sem confirmação de historiadores. Na Baía de Todos os Santos e adjacências, quando muito, houve a celebração da Primeira Missa em solo brasileiro. Por quê? Porque as construções na colônia só começaram quando aqui chegaram os donatários e seus colonos, a partir de 1535. Prosseguindo pesquisa do pós-descobrimento, anotei do eminente Professor Joaquim Manoel de Macedo, em “Lições de História do Brasil”, editora Garnier (Paris – Rio de Janeiro), páginas 30,31 e 32, o seguinte resumo: Empenhado em iniciar os trabalhos da colonização Dom João III, Rei de Portugal, preparou uma esquadra e deu seu comando a Martim Afonso de Souza e concedeu-lhe poderes extraordinários para fundar vilas e povoados, etc. Em 1532, desembarcou em São Vicente, na região sul e fundou a primeira colônia, onde colocou marco de posse, mandou erguer casas e, certamente, a primeira igreja, tudo em obediência às ordens recebidas. Cumpridas ali as obrigações do Regime de Padroado, Martim Afonso rumou algumas léguas na direção norte e fundou a segunda colônia, em Piratininga, e ali procedeu da mesma forma. 1532, pelo visto, ficou sendo o ano do início da nossa colonização, mas Martim Afonso, por ser o homem da plena confiança do Rei, não teria condições de prosseguir fundando vilas ao longo do litoral imenso. Assim, depois dele vieram os donatários das

Capitanias Hereditárias e, o segundo deles foi Vasco Fernandes Coutinho, com cerca de 60 homens, para criar a Vila do Espírito Santo, em 1535. Fincou marco de posse, construiu fortaleza, ergueu casas e uma capela, mesmo não tendo trazido nenhum sacerdote. Depois dos primeiros anos de luta pela sobrevivência ele (o donatário) e seus companheiros, ante a sistemática ameaça dos naturais da terra, não podia trabalhar direito. Em razão desse clima de hostilidades, doente, já quase vencido, a ele só restou uma alternativa; abandonar tudo e se transferir para a segurança da ilha. Assim, tudo que fizeram foi deixado para trás, mas a pequenina vila não desapareceu, transformou-se em decadente povoado de pescadores e catadores, quando ganhou o nome de Vila Velha. Dezesseis anos depois (1551), os arautos do destino anunciaram um novo tempo..., tempo de paz entre os homens (índios e portugueses) e de progresso para o lugar. Em 1551, chegavam à Vila Velha os padres jesuítas Afonso Brás e o irmão Simão Gonçalves (leigo), dois missionários da Companhia de Jesus, dispostos a abraçar o trabalho da reconstrução da capelinha, deixada pelo senhor capitão Vasco Coutinho, quando foi modificada e ampliada por esses dois missionários, com perda enorme da sua originalidade, passando a ter quase as mesmas características externas que apresenta hoje. Foi nesse início da colonização que tudo ali cresceu, depois junto com a vila, a igrejinha do Rosário, toda branquinha pela aguada de cal se mostrou engalanada, a nos contar tudo que acontecia desde os tempos remotos do século XVI, um testemunho da nossa rica história, ainda presente neste novo milênio.

Por fim, a igreja de Vila Velha, mais antiga do Estado do Espírito Santo, deverá estar sempre entre os mais importantes monumentos construídos no alvorecer da história do Novo Mundo e, a partir de hoje, revela uma história jamais vista em qualquer outra igreja, por mais antiga que seja! No contexto deste achado foi, a única que guardou por muitos e muitos anos todo um conteúdo da **História da Doutrina da Igreja Católica no Novo Mundo** e a mim coube o privilégio desta revelação.

Jair Santos – É autor dos livros “**Vila Velha – Onde Começou o Estado do Espírito Santo**”, lançado em 1999, impressão Gráfica Santo Antônio e “**A Igreja de Vila Velha e a presença de Vasco Fernandes Coutinho**”, impresso pela Gráfica Ita, lançado em 2003. Neste trabalho atuou como coordenador da equipe, investigador e autor do presente texto que, a partir de hoje é dado à posteridade.

Vila Velha, ES, primavera de 2006.

A PESQUISA DA HISTÓRIA DO ESPÍRITO SANTO E O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO¹

Gabriel Billencourt²

Doutor em Direito e Livre Docente em História

Associado Efetivo do IHGES

Membro da Academia Espírito-Santense de Letras

A conjuntura desfavorável que caracterizou o Espírito Santo na fase colonial e nas primeiras décadas do Século XIX parece haver refletido não apenas na economia local e regional mas, também, na imprensa local e, por conseqüência, na sua própria historiografia que só tardiamente se fez presente na região, urgindo, desde então, a produção de trabalhos e pesquisas de interesse local que privilegiassem a nossa formação histórica.

Em uma breve análise da historiografia capixaba, podemos afirmar que, no Espírito Santo, a exclusão dos cronistas e viajantes, como, por exemplo, Frei Vicente do Salvador (**História do Brasil**), ou Fernão Cardim (**Tratado da terra e da gente do Brasil**)³, entre outros, que esporadicamente se reportam à região, podemos datar apenas do meado do Século XIX o surgimento de trabalhos impressos sobre a História capixaba. Entretanto, não é de se desprezar os relatos desses mesmos cronistas e viajantes que, desde o período que permeia o Século XVI, vêm emitindo pareceres e testemunhos de uma época em que o Espírito Santo apresentava-se apenas como uma promessa favorável à colonização.

Começamos pelos jesuítas, que a historiografia regional registra como marco da sua presença em terras capixabas o ano

de 1551, quando aportaram na Capitania o padre Afonso Braz e o irmão Simão Gonçalves, os fundadores do Colégio dos Jesuítas de Vitória. Embora tenham eles sido precedidos pelos padres Leonardo Nunes e Diogo Jácome, no ano anterior. Acrescente-se ainda Antônio Pires e Afonso Brás, naquele ano, afirmando o primeiro ser a terra de Coutinho a “mais abastada, a melhor de toda esta costa” e a Afonso Brás o comentário: “é esta terra onde ao presente estou a melhor e mais fértil de todo o Brasil”.

Entre esses religiosos da Companhia de Jesus, Brás Lourenço, que substituiu Afonso Brás, permanecerá como provincial de 1553 até 1564, dando continuidade à construção do Colégio de Vitória em bases bem mais sólidas, assim como à extensão do trabalho missionário pela Capitania. Foi graças ao Colégio dos Jesuítas que por aqui passaram inúmeros desses religiosos que deixaram, nas suas cartas, as impressões tão caras à historiografia colonial. A começar pelo próprio padre Manoel da Nóbrega, em 1560, que não fora menos gentil com o Espírito Santo que os que o precederam, afirmando: “Esta Capitania se tem por a melhor cousa do Brasil depois do Rio de Janeiro...” Entretanto, noutra carta que escrevera anteriormente, consignou: “... Outro pecado nasce também desta infernal raiz, que foi ensinarem os cristãos ao gentio ao furtarem-se a si mesmos e venderem-se por escravos. Este costume, mais que em nenhuma capitania, achei no Espírito Santo”.

A propósito do tratamento dispensado ao indígena e dos conflitos daí advindos, o próprio pe. José de Anchieta, que não conhecera de perto a epopéia dos primeiros anos da colonização do Espírito Santo, principia a narração épica do seu poema **De**

gestis Mendi de Saa,⁴ descrevendo a bravura dos indígenas do Cricaré, que enfrentaram, em 1558, as forças comandadas pelo filho do Governador Geral, Fernão de Sá, que encontrara a morte ali mesmo, na ‘Batalha do Cricaré’, região do atual São Mateus. Mem de Sá, 3º Governador Geral do Brasil, conforme Frei Vicente,⁵ culpou o Capitão Donatário pela morte de Fernão e, magoado, jamais perdoou a Capitania onde residiam aqueles que negligenciaram com a vida do seu filho. Anchieta, aliás, teve a consagração que nenhum outro vulto jesuítico conseguiu atingir, particularmente no Espírito Santo. Suas informações, fragmentos históricos e sermões, reunidos em coletânea editada pela Editora Itatiaia em co-edição com a Universidade de São Paulo, em 1988, jamais foram superados pelos seus pares que por aqui passaram, durante sua existência.

Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica escrita pelo padre Fernão Cardim (1540?-1625), supracitado, e publicados sob a denominação geral de **Tratado da terra e gente do Brasil**, é outro estudo básico dos primeiros tempos do Brasil. Cardim que fez companhia a Anchieta por algum tempo, antes que este viesse morrer em Reritiba, a 7 de junho de 1597, tem na sua obra muitos pontos de contato com as Informações do taumaturgo, quer pela contemporaneidade dos escritos quer pelos conceitos que coincidem. Ao lado de Anchieta e Cardim, é de se destacar, ainda, as **Cartas** do Padre João de Azpilcueta Navarro, Leonardo Nunes, Antônio Pires, entre outros, que são documentos do amanhecer do Brasil, muitos trazendo impressões sobre o Espírito Santo, e que também ficaram reunidos em coletânea publicada pela Itatiaia/Edusp, em 1988, na **Coleção reconquista do Brasil** (Cartas jesuíticas; v. 2).⁶

Também Pero de Magalhães de Gândavo, autor da primeira história do Brasil em português e impressa em Lisboa, em 1576, intitulada **História da Província de Santa Cruz** que traz inúmeras referências à Capitania do Espírito Santo. Mas a primeira história do Brasil escrita por um brasileiro e com amplas repercussões na pesquisa histórica do Espírito Santo foi mesmo a **História do Brasil** de Frei Vicente do Salvador (1564-1639?), anteriormente citado, embora sua obra só tenha sido publicada em fins do século XIX. É nesse século, aliás, que aparece a verdadeira historiografia capixaba.

Quanto à historiografia capixaba propriamente dita, até há bem pouco tempo, localizávamos a publicação pioneira nas **Memórias para servir a história até o ano de 1817, e breve notícia estatística da Capitania do Espírito Santo... escrita em 1818**, e publicada por “Um Capixaba”, atribuída tradicionalmente ao governador Francisco Alberto Rubim (1768-1843), e que teria produzido o texto em 1818, mas só publicado em Lisboa, em 1840.⁷ Dúvida esclarecida pelo saudoso historiador Renato Pacheco, ex-presidente do IHGES que, também, faz referência a dois outros documentos transcritos por Braz Rubim na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** que, “dentro das regras de crítica de atribuição, dirimem a questão dando a Rubim a autoria (ao menos intelectual, como governante da época) da **Memória Estatística**”.⁸ O primeiro faz referência a um ofício de 20 de julho de 1817 “o qual acompanhava uma notícia do estado presente dessa Capitania, que S.M., estimou muito ver e o manda louvar por ter dado informações tão circunstanciadas”. O segundo, “por Aviso de 30

de maio de 1818 o mandou el-rei louvar por ter escrito a estatística da capitania, procurando a este respeito obter noções mais exatas do que as anteriormente se haviam transmitido”. Concluindo Pacheco pela inexistência de um texto produzido em 1840 e denominado **Memórias de um Capixaba** e, ainda, que “a publicação desta data, em Lisboa, reestampada no volume 13 das publicações do Arquivo Nacional, 1913, reproduz com pequenas variantes o manuscrito enviado à Corte em 25 de junho de 1816 (e não vinte de junho, como está em Braz Rubim) assim como a breve estatística encaminhada em 30 de março de 1818”. Assim sendo, salvo prova em contrário, continua Pacheco, “ambos os textos devem ser atribuídos a Francisco Alberto Rubim, fruto de seu zelo administrativo e empenho em bem servir a seu Rei”.

Ainda a propósito do texto de Francisco Rubim, Afonso Cláudio, considerou-o o “o primeiro escrito na Capitania sobre a história e a estatística da região”, opinião que encontrou seguidores em Levy Rocha, Maria Stella de Novaes e José Teixeira de Oliveira.⁹ Para José Honório Rodrigues, no entanto, não se iniciou com Rubim, em 1816 ou em 1818, a historiografia capixaba, mas sim com a **“Informação que Francisco Manoel da Cunha deu sobre a Capitania do Espírito Santo em 1811”** (RIHGB, 1842. pág. 240-247). Isto é, no ano seguinte à independência do Espírito Santo da Bahia.¹⁰

Trabalho essencialmente descritivo, mas fonte primária rara, contemporâneo a um período em que a Capitania permanecia incógnita até mesmo para seus próprios habitantes. É um depoimento que apresenta a terra capixaba em um estado

lastimável, inclusive a própria sede da mesma, cujo comércio, realizado em pequena escala, refletia a penúria de seus habitantes, que não conseguiam sequer reedificar as casas arruinadas pela ação das intempéries.

José Joaquim Machado Oliveira, que governou a Província do Espírito Santo em 1840, no justo momento da criação da primeira tipografia de Vitória, interessado pelas coisas capixabas, fez publicar no jornal **O Semanário**, a “Memória do Convento da Penha”, de sua autoria, também divulgada no tomo XVIII da **Revista do IHGB**. Sócio-fundador do mesmo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Machado de Oliveira, produziu inúmeras outras monografias, algumas sobre a terra que governara. Levy Rocha, faz referência à “Notícia sobre a estrada de ferro que da província do Espírito Santo segue para a de Minas Gerais, etc.” Vitória, 1841. Trabalho, em sua opinião, que, na realidade, refere-se à antiga *Estrada do Rubim*, abandonada àquela época por falta de trânsito necessário entre as duas províncias. Opinião com a qual concordamos, considerando que a primeira ferrovia do Espírito Santo, a Estrada de Ferro Caravelas, só seria inaugurada em 16 de setembro de 1887.¹¹ Machado de Oliveira divulgou, também, em 1845, no tomo VII da **Revista do IHGB**, estudos sobre o rio Doce que foram realizados pelo major-engenheiro Luiz d’Alincourt (Documentos, 1845). E, em 1856, fez publicar na mesma revista as “**Notas, apontamentos e notícias para a história do Espírito Santo**”. Prestou, conforme Levy Rocha, inestimável contribuição ao acervo da história regional. Seus estudos constituem mananciais imprescindíveis aos que se ocupam do tema.

Braz da Costa Rubim, que nascera em Vitória quando o pai governou a Capitania, não está apenas limitado, sob o ponto de vista da historiografia, à polêmica da autoria da **Memória estatística**. Publicou, em diversos tomos da **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, em cujos quadros figurava, o resultado da sua incansável atividade intelectual: “**Notícia cronológica dos fatos mais notáveis da Província do Espírito Santo**, desde o seu descobrimento até a nomeação do governo”, foi publicado em 1856 (XIX, p. 336-348), seguido de “**Memórias históricas e documentos da Província do Espírito Santo**” (1861, XXIV, p. 171-316). Trabalhos que precederam ao **Dicionário Topográfico da Província do Espírito Santo** (1862), entre outros textos. Para Afonso Cláudio, seus escritos, embora inferiores aos do pai sob o ponto de vista estatístico, inegavelmente, complementam a obra do velho governador. Sua obra, dispersa e fragmentada, conforme Levy Rocha, é fonte indispensável aos estudiosos da Historiografia Capixaba.¹²

Dessa mesma época podemos, também, destacar a **Memória estatística e documentos da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828**, da lavra de Inácio Acioli de Vasconcelos, que presidiu a província nos albores da Independência, entre 1823 e 1829.

O tema Rio Doce, na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, pode ser também encontrado nos “Apontamentos sobre a vida do índio Guido Pocrane e sobre o francês Guido Marlière”. Guido Tomas Marlière, brasileiro naturalizado e comandante dos *Quartéis do Rio Doce*, tornou-se importante figura na pacificação dos botocudos, que tanta

atenção despertava aos viajantes estrangeiros que por aqui passaram no Século XIX (Apontamentos, 1896).

É no contexto do Rio Doce capixaba que, entre os viajantes estrangeiros que por aqui passaram, agiganta-se a figura de Saint-Hilaire. Sua excelente **Voyage dans le district des diamans et sur le littoral du Brésil**, contém, nos capítulos VII ao XV (2º volume), a **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce** (1818), reeditados como obra isolada, em 1974.¹³

O naturalista francês ocupa-se dos mais variados aspectos dos locais visitados: sua história, seu povoamento; descrição de cidades, montes e rios; a fauna e a flora; governo, comércio, agricultura, indústria etc. Todas as características da qualidade de narração e julgamento de Saint-Hilaire estão presentes nesse animado relato de viagem à terra espírito-santense. É obra indispensável para o estudo da região no fim do período colonial.

Compatriota de Saint-Hilaire, quarenta anos depois, François Biard, relata nos capítulos terceiro e quarto do livro **Deux années au Brésil**, as peripécias por que passou em sua viagem pelo Espírito Santo, capítulos que foram reeditados, recentemente, sob o título **Viagem à Província do Espírito Santo**, com prefácio de Luiz Guilherme Santos Neves, do IHGES, e tradução de José Augusto Carvalho.¹⁴

O saudoso Levy Rocha, também membro do IHGES, resume, de maneira primorosa, a passagem de muitos estrangeiros ilustres pela Província do Espírito Santo, alguns eram naturalistas, entre estes o barão Georg Heinrich von Langsdorff, Johan Julius Linden, o barão de Tschudi, Charles Frederick Hartt, a princesa Teresa da Baviera, e, sobretudo, Maximiliano, Priz

von Wied-Neuwied, entre outros; em cujos relatos, é de se observar, a atração exercida pelos botocudos, que os motivavam a se interessar pela Província, particularmente, pelo Rio Doce. Mas apenas Maximiliano, pela importante obra para a historiografia capixaba, pode ser comparado a Saint-Hilaire.¹⁵ O Espírito Santo, que percorreu desde a barra do Itabapoana até o Mucuri, foi descrito por Wied-Neuwied, com minúcias, para valorizar a primitiva pujança da natureza capixaba.¹⁶

A **Viagem ao Brasil** do Príncipe Wied-Neuwied teve, originalmente, duas edições simultâneas em alemão, datadas de 1820 a 1821. O Espírito Santo é tema privilegiado no tomo primeiro, um relato minucioso, conforme afirmamos, da sua natureza que não restará mais que pálida reminiscência, após a explosão da cafeicultura e da atividade madeireira, particularmente, no legendário Vale do Rio Doce. Tendo antecedido ao sábio francês Saint-Hilaire (1816), sua obra é documento essencial para o estudo da Capitania no contexto da internacionalização do Brasil, no início do século XIX.

Não se tratando de publicações específicas sobre o Espírito Santo, os relatos dos viajantes valem como fontes primárias primordiais para o estudo da Capitania, mantido ainda intacto sertão, em seus recursos naturais, até o início do século XIX, paradoxalmente, graças ao exclusivismo português. Muito embora, maiores tenham sido a contribuição dada aos estudos sobre a fauna e a flora, devido ao fascínio exercido pela selva bruta, **habitat** natural dos botocudos. Os inúmeros outros cientistas citados por Levy Rocha, anteriormente referido, que por aqui passaram impelidos pelo imaginário europeu a

propósito do País, também não se furtaram a deixar, indelevelmente marcadas, suas impressões, nos livros, e demais trabalhos e estudos. Os materiais coletados da fauna e da flora, e da mineralogia, como os de Maximiliano, ainda se conservam, em grande parte, nos grandes museus do Velho Continente.

No Espírito Santo, as tímidas incursões dos temas capixabas no universo do livro e da publicação impressa só seriam ampliadas em 1849, quando Pedro Antônio d'Azeredo, iniciando a publicação do jornal **Correio da Vitória**, abre perspectivas às publicações locais, em decorrência da reativação daquela tipografia que fora criada em 1840, mas que ficara paralisada desde a sua inauguração.

Daí para diante, no século XIX, podemos citar como obras de maior interesse para a historiografia capixaba as publicações de José Marcelino Pereira de Vasconcelos, Misael Ferreira Pena, Cezar Augusto Marques e, sobretudo, Basílio de Carvalho Daemon.

José Marcelino Pereira de Vasconcelos, nascido em Vitória, em 1º de outubro de 1821, foi funcionário público, advogado, político e jornalista, tendo sido fundador do periódico **O Espírito-santense** do qual fora o seu primeiro redator. No entanto, é nos **Ensaio sobre a história e estatística da Província do Espírito Santo**,¹⁷ a primeira história impressa na província, que localizamos sua maior contribuição à historiografia regional, em que pese a crítica de Afonso Cláudio, de que o autor extraíra o texto das **Memórias** de Rubim. Sem rigor de cunho didático, os livros de José Marcelino, conforme Levy Rocha, pela linguagem clara, “desataviada e expositiva, foram de inestimável auxílio aos estudantes”.¹⁸

História da Província do Espírito Santo (1878) é a obra fundamental de Misael Ferreira Pena (o pai). Advogado, formado pela faculdade do Largo de São Francisco, de São Paulo, foi, aqui, deputado provincial e exerceu cargos de magistratura. Sob pseudônimo, colaborou na imprensa de Vitória com sátiras de grande repercussão na sociedade de então. Para Afonso Cláudio (1912), ele seguiu a mesma rota dos historiadores capixabas do século XIX, reincidindo nos mesmos defeitos apontados sobre Rubim, Vasconcelos e Daemon, entre outros.

Concomitante a Misael Pena, Cezar Augusto Marques (1826-1900), às expensas do governo provincial, editava em 1878, também no Rio de Janeiro, na Tipografia Nacional, o **Dicionário histórico e estatístico da Província do Espírito Santo**. Maranhense, conhecido por diversos trabalhos divulgados na imprensa e autor de um volume sobre a história e geografia da sua província, não correspondeu, conforme Afonso Cláudio (1912), “à confiança inspirada por suas credenciais e precedentes honrosos e, menos ainda justifica o inconsiderado dispêndio da avultada soma de vinte contos de réis...”, pelo contrato com o governo local, em 1875, para publicação da obra. Para o autor da **História da literatura**, a publicação de Cezar Marques é um trabalho sobre história, geografia e estatísticas baseadas em apontamentos limitados e falhos, com erros grosseiros que invalidam a obra.

O carioca Basílio Carvalho Daemon (1834-1893) é considerado o quinto historiador capixaba, na ordem cronológica de Afonso Cláudio. Trabalhando como revisor em diversos jornais do Rio de Janeiro, chegou a freqüentar os primeiros anos da

Faculdade de Medicina; conhecimentos que lhe valeram para prestar serviço como enfermeiro, durante epidemia de cólera **morbis**, em Paty de Alferes, em 1856 e, depois, em Cachoeiro de Itapemirm e em Vitória (ES), que foram assoladas pela varíola, nos anos de 1868 e 1874. Foi em Cachoeiro, que fundou o primeiro periódico a circular na cidade, **O Itabira**, em 1º de julho de 1866. Político, filiado ao Partido Conservador, através do qual atingiu a presidência da Câmara, Daemon, eleito para a Assembléia Provincial, transferiu-se para Vitória, onde terminou por assumir a redação e direção do principal órgão conservador da província - *O Espírito-santense*. Foi na mesma tipografia que imprimiu seu livro de 513 páginas: **Província do Espírito Santo - sua descoberta, história cronológica e sinopse estatística** (1879). Obra clássica que inspirou gerações de historiadores regionais, apesar das falhas grosseiras que lhe imputa Afonso Cláudio (1912). Livro obrigatório como fonte de pesquisas, conforme Levy Rocha (1977), tornou-se privilégio de uns poucos bibliófilos que possuem os raros exemplares remanescentes da única edição conhecida.

Eurípedes Queiroz do Vale, membro do IHGES, na sua obra **O Estado do Espírito Santo e os espírito-santenses**¹⁹ destaca, ainda, pela importância de suas publicações, os seguintes autores, no Século XIX: Padre Francisco Antunes de Siqueira, autor em 1844, do **Esboço histórico dos costumes do povo espírito-santense**, editado em Vitória; Heráclito Amâncio Pereira, **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Artes Gráficas, 1897; e Afonso Cláudio de Freitas Rosa, que aborda o tema escravidão com a **Insurreição de Queimados**, cuja primeira edição foi

impressa na tipografia de *A Província do Espírito Santo*, em Vitória, em 1885. Estes dois últimos são autores da transição ao Século XX. Aquele, com destaque para os estudos sobre a imprensa (**Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo** n^os III, IV, V e VII) e este, para a **História da literatura espírito-santense**, editada em Portugal, em 1912.

Afonso Cláudio foi escolhido primeiro governador do Espírito Santo, onde viveu até 1920, quando foi aposentado no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça, seguindo daí para o Rio de Janeiro, ingressando no magistério jurídico como professor de Direito Romano, na Faculdade de Direito de Niterói. Sua **Insurreição do Queimado**, que já conta com três edições, aborda a revolta de escravos ocorrida dez anos antes de seu nascimento, em março de 1849, no distrito de São José do Queimado, no município da Serra (ES). Dessa revolta, de duração efêmera, mas plena de lances dramáticos, resultou o sacrifício de inúmeros negros daquela localidade e de regiões circunvizinhas, onde atuava o vigário Gregório José Maria Bene, pivô dos acontecimentos. Esta obra, embora pequena, mas escrita com garra de quem pugnava pelo abolicionismo, vem sendo, de uns tempos para cá, reestudada e até dramatizada por outros autores locais.²⁰

Para Levy Rocha (1977), “nenhum escritor já exerceu tanta influência sobre os seus co-estaduanos como Afonso Cláudio”. A sua **História da literatura**, afirmou, “é ainda o melhor roteiro crítico-literário, um bom paradigma das conferências de última hora”.

Seguindo o mesmo plano esboçado por Sílvio Romero, na **História da literatura brasileira**, Afonso Cláudio metodizou o estudo da literatura espírito-santense, dividindo-a em dois momentos, sendo o primeiro de 1770 a 1870, e o segundo de 1871 à data da publicação do livro, incluindo, ali, como vimos, não só capixabas natos mas, também, os que aqui viveram e produziram. Seu prefaciador, Clóvis Bevilacqua, assinala que Afonso Cláudio “não quis inculcar que nesse pedaço do Brasil tenha florescido uma literatura vigorosa e autônoma, já que pretendeu apenas mostrar que também aí têm vivido e trabalhado cultores conspícuos das letras, alguns dos quais influíram na evolução do pensamento geral do Brasil; outros, mais modestamente dotados, apenas formaram o plano de onde se destacaram aquelas figuras maiores”.

É bem certo, porém, que, nesse volume de 560 páginas, do qual muito nos valem, figurem, um a um, todos os legítimos representantes da cultura até então, poetas, romancistas, ensaístas, teatrólogos, jornalistas e historiadores, nomes alguns que, não fosse o cuidado do autor situá-los no contexto da nossa literatura, já agora estariam totalmente esquecidos, com grave perda desta ampla visão que hoje podemos formar, concluída a leitura do livro, de todo processo evolutivo de nossas letras até o início do Século XX.

Em que pese, porém, o valor das obras publicadas no século XIX para a memória capixaba, elas formavam, no seu conjunto, um quadro historiográfico insatisfatório para a interpretação da formação espírito-santense; caracterizado pelo autodidatismo e técnicas de pesquisa e de investigação quase sempre superadas,

calçadas, via de regra, nas mesmas fontes e temas. Essas obras tradicionais, ficavam apegadas à cronologia e aos eventos, sem a preocupação das conexões estruturais ou, ainda, da História cultural, não se questionando o passado em nível e profundidade exigidos pela sociedade contemporânea. Muito embora, em termos nacionais, também, o quadro geral da historiografia não se apresentasse muito diferente.

Melhores perspectivas surgem no Século XX, embora persistisse grande parte dos problemas anteriores, surgindo uma série de edições versando sobre assuntos municipais ou regionais, custeados, com algumas exceções, pelas municipalidades ou, ainda, pelos próprios autores. É dentro deste contexto que nasce o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, em 1916. Criado na mesma diretriz do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com a inspiração de conquistar os documentos e de estabelecer um método lógico e racional para a pesquisa histórica regional.

No Espírito Santo, o Instituto Histórico e Geográfico, desde a sua fundação, vem acompanhando as transformações sociais. Chegando aos nossos dias com grande lastro de realizações no plano da pesquisa histórica; realizações cristalizadas, sobretudo, na publicação de trabalhos constantes em mais de meia centena de edições da sua **Revista** - aberta à colaboração de pesquisadores. Neste periódico, desde a publicação do seu n.º 1, em 1917, um anos após a fundação da entidade, tivemos trabalhos valiosos que, paralelo às atividades diretas de seus membros, floresceram e deram bons frutos.

A **Revista**, hoje semestral, é dedicada a estudos, ensaios, discursos, conferências, documentos para nossa história etc. É o veículo, por excelência, da memória capixaba; teve sua tiragem interrompida apenas na década de 1970, em razão da construção da nova sede da *Casa de Domingos Martins*, só voltando a funcionar a partir de 1980. Instalado em sua nova sede, desde 15 de novembro de 1980, saiu de uma longa *hibernação*, que o tornara latente por, aproximadamente, toda uma década.

Entretanto devido a sua estreita conexão com a Academia Espírito-santense de Letras, que data de 23 de setembro de 1923, cujo acadêmicos, via de regra, também transitam em seus quadros, tem mudado o perfil da **Revista** do IHGES, apresentando um conteúdo de *estudos e ensaios, palestras e discursos, contos e crônicas, traduções, resenhas, poesias e memória*, ao contrário das antigas edições que se destinavam apenas à pesquisa histórica, geográfica e antropológica. A edição de n.º 50 desse periódico é bem um exemplo da nossa afirmação.

Em paralelo à edição da Revista, vinha o IHGES, nos últimos tempos, o IHGES vinha promovendo trabalhos avulsos que enriquecem a biblioteca capixaba. A série **Cadernos de História**, editada em convênio com o Município de Vitória, suplantou a mais de uma dúzia de publicações, entre estas a obra de Geert Banck, **Dilemas e símbolos Estudos sobre a cultura política do Espírito Santo** (Cadernos de História n.º 13, 1998). A Prefeitura de Vitória, aliás, por intermédio de sua Secretaria de Cultura, vinha promovendo nas coleções *Escritos de Vitória* e *Elmo Elton*, a publicação de textos de interesse à memória da cidade e da região.

Anteriormente à fundação do IHGES, além da **História da Literatura Espírito-santense** de Afonso Cláudio, em 1912, algumas obras de peso já haviam surgido na mesma década de sua criação. Deve-se, sobretudo, a Amâncio Pinto Pereira (**Homens e coisas do Espírito Santo**) e a Artur E. Margarinos Torres Filho (**O Espírito Santo e seu desenvolvimento econômico**). Este, em nossa opinião, o mais importante ensaio sobre a economia capixaba até então produzido, aquele, educador e escritor, destacou-se principalmente como biógrafo.²¹

Mais recentemente, Maria Stella de Novaes, Luiz Serafim Derenzi, Eurípedes Queiróz do Vale, Cícero Moraes (**Geografia do Espírito Santo**, 1974), Neida Lúcia Moraes, todos membros do IHGES, e José Teixeira de Oliveira podem ser destacados. Este último, autor da **História do Estado do Espírito Santo** (2 ed. Vitória, Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975), obra respaldada em grande massa de fontes primárias, é um dos mais notáveis trabalhos editados sobre a história regional. Também não se pode esquecer Mário Aristides Freire, cuja publicação **A Capitania do Espírito Santo** (1945), é leitura obrigatória para estudo dos fatos coloniais. Na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo** encontramos importantes textos da sua lavra. Entre estes, **A República no Espírito Santo**, editado em separata da **Revista** (n.º XII), pela oficina da Vida Capixaba, em 1939.

Maria Stella de Novaes (1894-1981) destaca-se pela versatilidade dos temas que aborda em sua incansável produção - mais de 100 obras publicadas, “abrindo caminho para as mulheres, dentro da trincheira, de dentro do sistema”, conforme

Francisco Aurelio Ribeiro, pois nasceu com a modernidade do final do século XIX e “o início do século XX, que traz a industrialização, inúmeros inventos e a transformação das idéias... [e] a escolarização das mulheres e crianças é um fenômeno da modernidade e, no Brasil, da República”.²²

Sua obra mais importante para nosso texto, **História do Espírito Santo**, registra 435 anos da história espírito-santense em ordem cronológica e metodologia como que inspirada na obra de Daemon. Foi, por algum tempo, um dos poucos grandes painéis da história regional em disponibilidade nas livrarias, devido ao esgotamento dos poucos livros aqui relacionados que se escreveram sobre a história da terra do Capitão Donatário Vasco Fernandes Coutinho. Elaborado em 1956 e concluído e atualizado em 1976, mas só publicado pelo Instituto Jones dos Santos Neves, em Vitória, em 1980, quando a autora já contava 86 anos de idade, **Os italianos e seus descendentes no Espírito Santo**, aborda aquele tema privilegiado na historiografia capixaba que é a epopéia vivida pelos imigrantes peninsulares que, a partir das últimas décadas do século passado até o início deste século, foram se deslocando para o território espírito-santense.

Derenzi, engenheiro civil e professor, nascido em Vitória ainda no Século XIX (1898), é, também, historiador de destaque da imigração italiana (**Os italianos no Estado do Espírito Santo**, 1974). Trabalho que, por certo, tornou-o merecedor da **Comenda da Ordem da Solidariedade da República Italiana**. Sua mais importante obra, no entanto, pode ser localizada nos estudos publicados sobre a cidade de seu nascimento, particularmente na **Biografia de uma ilha**; estudo fadado a

tornar-se um clássico da historiografia capixaba desde a publicação, em 1961. Dele afirmou Mário Aristides Freire: “Ninguém mais autorizado para escrever sobre a história de nossa terra, e falar sobre a gente criada ao sol que aqueceu um dia a Maria Ortiz, e viu nascer Domingos Martins.” Sua pequena **História do Palácio Anchieta**, de setenta e sete páginas, premiada pelo Governo do Estado, é um dos únicos escritos sobre a principal obra arquitetônica dos jesuítas no Espírito Santo.

Despretensiosamente, Eurípedes Queiróz do Vale, também nascido ainda no Século XIX (1897), na antiga Benevente, atual Anchieta, fez publicar, em 1959, “um punhado de informes, dados, fatos e curiosidades da História, da Geografia e da Literatura do Estado”, que ele mesmo definiu como “nosso *Pequeno Dicionário Informativo do Espírito Santo*”. O livro, porém, tornou-se leitura obrigatória, particularmente, para historiadores, geógrafos, literatos e mais aqueles interessados em estudar a terra capixaba. Tanto que, em 1971, já estava sendo publicada a sua terceira edição sob o título **O Espírito Santo e os Espírito-Santenses**. Livro que passou a representar um guia, pela sua abrangência, uma fonte de conhecimentos para o estudante capixaba.

Bem mais jovem que os autores supracitados, Neida Lúcia Moraes, filha do engenheiro e aplaudido geógrafo Cícero Moraes, embora venha se consagrando como romancista, sua vertente de professora de história liga-a aos temas históricos locais, particularmente, a partir da impressão de **O Espírito Santo é assim**. O livro, publicado em 1971 pelo Governo do Estado tornou-se, também, uma fonte de informação das realizações da

administração pública dessa época. Posteriormente, produziu também para o Estado o **Atlas escolar do Espírito Santo** (1986), um texto destinado aos alunos de 1º Grau mas que, embora simplificado, com certeza, presta-se para apoio ao professor, como instrumento auxiliar para conhecimento do Espírito Santo em seus aspectos históricos, geográficos, econômicos e sociais. Objetivo, por certo, que motivou a mesma Secretaria de Estado da Educação e Cultura a publicar, ainda em 1986, o texto **Espírito Santo minha terra, minha gente**, dos professores: Léa Brígida R. de A. Rosa, Luiz Guilherme Santos Neves e Renato Pacheco. Público este, de natureza fundamental, sobre o qual transita, de algum tempo, o geógrafo Miguel A. Kill (**Terra capixaba Geografia & História**, 1998).

Figuras isoladas do período, Levy Rocha, Norbertino Bahiense, entre outros, supra citados, quase todos têm em comum a característica que marca a produção historiográfica capixaba, qual seja, a ligação de seus autores ao IHGES, mas também, o patrocínio de seus próprios livros, à vista da falta de recursos financeiros e do desinteresse que campeiam nas instituições culturais e editoras, a propósito dos estudos regionais. **Viagem de D. Pedro II no Espírito Santo** (Rio, 1960), **Viajantes estrangeiros no Espírito Santo** (Brasília, 1971) e **De Vasco Coutinho aos contemporâneos** (1977), são temas destacados na obra de Levy Rocha. Enquanto **Domingos Martins e a revolução pernambucana de 1817** (1974) e **Caboclo Bernardo - O naufrágio do Imperial Marinheiro e outros - Rio Doce** (1971), foram as obras privilegiadas de Norbertino Bahiense, que elegera a biografia de vultos capixabas como tema.

É dentro desse momento da pesquisa histórica, a partir da conjuntura historiográfica do meado do século passado, que

surgiu uma forte tendência na historiografia brasileira que passou a privilegiar a micro-história ou história regional, seguindo aquela inspiração do grupo dos **Annales**, da França; traçando paralelas e contraste interregionais, através de pesquisas multidisciplinares das ciências sociais e até mesmo das ciências biológicas, para reversão daquela defasagem verificada na produção dos textos históricos tradicionais. Este também será um momento do aparecimento das faculdades de filosofia, ciências e letras e, com elas, os cursos de história; que virão juntar-se ao IHGES. A partir daí, em complemento aos estudos de mestres e alunos, a produção monográfica far-se-á em bases mais compatíveis com o desenvolvimento da pesquisa documental e da metodologia da história.

Embora sempre presentes em nossa historiografia, os estudos regionais ampliam-se com a expansão dos cursos de história nas faculdades de filosofia, cujo pioneirismo coube ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criador delas em 1919, gerando um movimento que, ampliado, chegou ao Estado e terminou por encetar, em 1953, a fundação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Espírito Santo, e com ela ingentes esforços no sentido de promover a pesquisa histórica.

Até então, o pouco que se estava escrevendo sobre a história espírito-santense era baseado, via de regra, em fontes localizadas noutros centros. A própria obra de José Teixeira de Oliveira, antes referida, foi redigida sem que o autor consultasse qualquer documento existente nos '**Arquivos Capixabas**'.

A partir de 1975, alguns professores do Departamento de História da UFES começaram a desenvolver seus cursos de pós-

graduação. Para complementação desses cursos surgiram trabalhos monográficos, com base nas fontes primárias existentes nos arquivos do Rio de Janeiro e São Paulo, mas, também, nas fontes do Arquivo Público e Biblioteca Pública, arquivos particulares, paroquiais, municipais e judiciários do Espírito Santo. Muitos, aliás, logo publicados: PACHECO, Renato José Costa, 'Os primeiros anos' (Conflitos nas colônias agrícolas espírito-santenses. 1847-1882). In: **Estudos em homenagem a Ceciliano Abel de Almeida**. Vitória, Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1978. pág. 123-148; BITTENCOURT, Gabriel A. M. **Esforço industrial na república do café** (O caso do Espírito Santo - 1889/1930). Vitória, 1982. (Dissertação de Mestrado apresentada no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, em 1979); DEMONER, Sônia Maria. **A presença de missionários capuchinhos no Espírito Santo - Século XIX**. Vitória, 1983; ROSA, Léa Brígida R. de A.. **Uma ferrovia em questão: A Vitória a Minas - 1890/1940**. Vitória, 1985; SIQUEIRA, Maria da Penha. **O desenvolvimento do Porto de Vitória**. Vitória, CODESA, 1984. (Dissertação de Mestrado em História apresentada na Universidade Federal de Santa Catarina, em 1980); ALMADA, Vilma Paraíso F. **Escravidão e transição: o Espírito Santo, 1850-1888**. Rio de Janeiro, Graal, 1984. (Dissertação de Mestrado apresentada ao ICHF da Universidade Federal Fluminense); CAMPOS, Mintaha Alcuri. **Turco pobre, sírio remediado, libanês rico**. A trajetória do imigrante libanês no Espírito Santo. Vitória, IJSN, 1987; MACIEL, Cleber. **Negros no Espírito Santo**. Vitória, DEC, 1994; CARVALHO, Regina Hees. **Santa Maria de Jetibá - Uma comunidade teuto-**

capixaba. (Dissertação de Mestrado apresentada à FFLCH da USP, em 1978); COSTA, Luciana Osório da. **A colônia do Rio Novo** (1954-1880). (Dissertação de Mestrado apresentada à FFLCH da USP, em 1981). ROCHA, Gilda. **Imigração estrangeira para o Espírito Santo** (1847-1896). (Dissertação defendida em 1984, na Universidade Federal Fluminense); BORGIO, Ivan Anacleto Lorenzoni. **Norte do Espírito Santo: Ciclo madeireiro e povoamento (1810-1960).** Ivan Anacleto Lorenzoni Borgeo, Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa, Renato José Costa Pacheco. Vitória: Edufes, 1996. 178 p.

Ainda no âmbito da Universidade Federal do Espírito Santo, mas fora do Departamento de História, outros professores vêm produzindo trabalhos não menos importantes à historiografia capixaba, entre estes até mesmo textos de docentes de outros estados, como é o caso de José Ribeiro de Araújo Filho que, em 1974, apresentou tese para provimento da cadeira de Geografia do Brasil, na Universidade de São Paulo, sob o título **O Porto de Vitória.** A partir daí podemos destacar os seguintes estudos, quase todos publicados no Espírito Santo: CARVALHO, José Antônio. **O colégio e a residência dos jesuítas no Espírito Santo.** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1982. 302 p.; MUNIZ, Maria Izabel Perini. **Arquitetura rural do século XIX, no Espírito Santo.** Vitória: Aracruz Celulose/Fundação Jônice Tristão/Rede Gazeta/Xerox do Brasil, 1989; _____. **Cultura e arquitetura: a casa rural do imigrante italiano no Espírito Santo.** Vitória: EDUFES, 1997. 217 p. il.; ROCHA, Haroldo Corrêa. **Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985.** / Haroldo Corrêa Rocha, Angela Maria Morandi. Vitória: Fundação

Ceciliano Abel de Almeida, 1991; COUTINHO, José Maria. **Uma história da educação no Espírito Santo**. Vitória: Departamento Estadual de Cultura, 1993. 158 p.; GUALBERTO, João. **A invenção do coronel**. / João Gualberto M. Vasconcellos. Vitória: UFES, 1995. 233 p.; RIBEIRO, Francisco Aurelio. **Literatura do Espírito Santo: uma marginalidade periférica**. Vitória: Nemar, 1996; SALETTTO, Nara. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930)**. Vitória: Edufes, 1996. 252 p.; _____. **Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo**. Vitória: Edufes, 1996. 162 p.; LOPES, Almerinda da Silva. **Arte no Espírito Santo do Século XIX à Primeira República**. Vitória : Ed. do Autor, 1997. 242 p. : il.

Por outro lado, em que pese o pouco apoio de que dispunha o historiador, algumas instituições forneceram um certo respaldo à publicação e à pesquisa. Dentre estas, destacamos a Fundação Jones dos Santos Neves (atual IJSN – Instituto de Apoio a Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves) que, dentro de uma filosofia de planejamento urbano, procurou enquadrar, com a concessão de bolsas de estudos e a edição da ‘**Série Documentos Capixabas**’, o patrocínio e/ou produção monográfica sobre o passado e presente capixabas, sempre com a visão de um maior conhecimento das transformações que permeiam a nossa história.

O primeiro desta série, **Documentos Coloniais**, é resultado das pesquisas do professor e paleógrafo João Eurípedes Franklin Leal, em arquivos portugueses. Novos volumes foram editados - **Documentos Administrativos Coloniais e Informações**

Bibliográficas, ambos do mesmo autor, e **A Indústria de Energia Elétrica no Espírito Santo: 1889/1978**. Este último, de nossa autoria, é quase totalmente baseado em fontes primárias levantadas no próprio local regional e visa preencher o claro historiográfico que caracterizava o setor. Posteriormente foram ainda editadas **As Constituições do Estado do Espírito Santo**, de Milton Caldeira, volumes 5 e 6 e deu-se início à ‘Série’ Maria Stella de Novaes com a publicação **Os Italianos e Seus Descendentes no Espírito Santo**, da própria autora.

Franklin Leal publicou, também, pela Secretaria de Estado da Cultura e Esportes (1998), o **Catálogo de documentos manuscritos avulsos da Capitania do Espírito Santo (1585-1822)**. Trabalho resultante do levantamento da documentação avulsa do acervo pertinente ao Espírito Santo, no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa. Representa, sob o ponto de vista das fontes documentais, o preenchimento de uma lacuna nas fontes históricas para estudo da Capitania, considerando-se que a documentação mais antiga encontrada no Arquivo Público Estadual data apenas de 1770. O Arquivo Público Estadual que já havia editado um **Guia Preliminar**, em 1981, as **Fontes para a história da escravidão negra no Espírito Santo** (1988), o **ementário da Legislação Provincial - 1835-1888** (1988) e o **ementário da Legislação Republicana - 1889-1930** (1989), passa a contar, agora, com mais este instrumento de orientação aos pesquisadores que ali buscam, nos documentos, o embasamento das hipóteses formuladas nas suas pesquisas.

Em paralelo à Universidade e ao Instituto Histórico, surge uma série de edições versando sobre assuntos municipais ou

locais, patrocinada geralmente pelas municipalidades ou pelos próprios autores, ou ainda empresas, via de regra, instaladas no Espírito Santo. A Coleção Memórias, editada pelo antigo Departamento Estadual de Cultura, e as coleções Escritos de Vitória, Elmo Elton, ou Esporte Memória, da Prefeitura de Vitória, enquadraram-se neste ponto. Enquanto os autores dos temas municipais, já vislumbrados em Derenzi, encontraram paralelo, entre outros, em Heribaldo Lopes Balestrero, autor de **Subsídios para o estudo da geografia e da história de Viana** (1951, 236 p.). Trabalho que reúne em nada menos de 25 capítulos, a geografia, a política, a economia, desde 1813 a história do Município de Viana, a primeira colônia sistematicamente organizada no Espírito Santo, com a instalação de casais de açorianos, ainda no período colonial, ao tempo do Governador Francisco Alberto Rubim. Balestrero publicaria também, em 1979, pequeno mas importante texto sobre **A Obra dos Jesuítas no Espírito Santo** (146 p.) Estudos municipais que foram precedidos pelos de Antônio Marins (**Minha terra e meu município**, 1920) e Domingos Ubaldo Lopes Ribeiro (**Município de Cachoeiro de Itapemirm (Suas terras, suas leis, seu progresso, sua gente**, 1928), ambos voltados para o mesmo tema. Este último, no mesmo ano em que apareceu a **História do antigo Município de São Pedro do Itabapoana**, de Grinalson Francisco Medina. Publicações que foram seguidas, posteriormente, por **Um dos primeiros habitantes de Cachoeiro** (2 ed. 1966), de Joaquim Pires de Amorim.

Mais recentemente, entre outros autores, podemos citar **O Novo Arrabalde de Vitória**, de Carlos Teixeira de Campos Júnior

(1996), um estudo de fôlego sobre digno da tradição de Derenzi, cuja obra clássica (1965), abriu o caminho para os estudos capixabas (no sentido estrito da toponímia). Em maior quantidade ainda que os estudos municipais têm sido publicados os trabalhos sobre a imigração, de autores isolados.

Não sendo este um levantamento preciso, deixa-nos perceber, entretanto que, ao longo das modificações ocorridas no âmbito da historiografia capixaba, conforme podemos observar, mudou também a temática. Se antes era voltada aos fatos coloniais, agora sobressaem as imigrações, o café, a infraestrutura material, a transição para o trabalho assalariado, cujas balizas temporais privilegiam o século dezenove e as primeiras décadas do século vinte. É que no Espírito Santo, como vimos, a *imensa empresa comercial* que caracterizou a colonização brasileira ficou nos justos limites da ação dos interesses metropolitanos, que privilegiarão o Nordeste açucareiro, o centro-sul minerador, ou os centros administrativos da colônia ligados à economia predominante. Tudo isso relegou a terra capixaba a uma *economia de sobrevivência*, ou mesmo à condição de cinturão armado de sua própria hinterlândia, impedido, paradoxalmente, da exploração de seu território. O café foi decisivo para a modificação desse panorama, chegando a representar 94,33% das exportações espírito-santenses. Assim, também, entendemos a imigração européia, particularmente a italiana, estimada em 40% da população regional ao findar do século passado.²³

Dos aproximadamente 4 milhões e 800 mil imigrantes que entraram no Brasil entre 1850 a 1950, a maioria dos que

ficaram, acreditamos, vieram no século passado, quando a população brasileira atingiu a tão-somente 18 milhões de habitantes no ano de 1900. A influência estrangeira não portuguesa, portanto, a partir do século passado, marca, profundamente, o caráter nacional do país, sobretudo o centro-sul, onde o café, ávido de braços, era o motor da política da imigração.

Entre estes, a contribuição demográfica italiana foi decisiva para o crescimento econômico do Espírito Santo. Segundo Derenzi (1974), não há unanimidade quanto ao número de imigrantes dessa nacionalidade entrados na região. Estimando ele a contribuição de 45.900 pessoas em 1890, ou seja 33% da população recenseada naquele ano, de 135.998 *almas*. Algo de substancioso, portanto, da população do Estado, representando foi formidável fator de crescimento da economia cafeeira local.

Logo, a história do Espírito Santo não pode ser escrita sem um capítulo importante da larga contribuição dos imigrantes italianos e respectivos descendentes. Não só na agricultura cafeeira, mas em todos os setores do fazer humano da vida capixaba.

Assim, também, entendemos os trabalhos a propósito de outras etnias que compõem o quadro demográfico do Espírito Santo, cujos pesquisadores, muitos tendo adquirido os fundamentos metodológicos e historiográficos necessários para sua especialização na micro-história, noutros centros de pesquisas, particularmente, no Rio de Janeiro e em São Paulo, vêm seguindo essa mesma tendência da qual resulta a multiplicação de trabalhos, promovidos nos centros de pós-graduação do país e do exterior.

Esta é uma tendência que não deixa de influenciar os trabalhos já citados de Derenzi, Sonia Demoner, Luiz Busatto (“A imigração no Espírito Santo” In. **RIHGES**, n.º 38), de João Batista Cavati (**História da imigração italiana**, 1973), os trabalhos municipais de Zandonadi sobre **Venda Nova: Um capítulo da imigração italiana** (1980), entre outros títulos. Trabalhos surgidos a partir da valorização da micro-história, alguns já reforçados daqueles fundamentos metodológicos e historiográficos.

Estudos municipais sobre a imigração italiana podem ser vislumbrados, também, na publicação sobre o município de Castelo (2003), de André Casagrande e Maria Helena Barbiero. Enquanto Francisco Schwarz, capixaba de origem germânica, dedicou-se ao Município de Santa Leopoldina, produzindo, em 1992, título homônimo ao seu município de origem e, em 1994, **Famílias de Santa Leopoldina**. Schwarz publicou, ainda, em 1993, um texto sobre Santa Maria de Jetibá, “o município mais pomerano do Espírito Santo”. Trabalhos estes, inspirados, talvez, em Jean Roche, que, desde 1968, editou no Brasil **A colonização alemã no Espírito Santo**. Autores, todos precedidos por Antônio Aguirre que, em 1934, produziu um estudo sobre a imigração estrangeira no Brasil sob o título **Monografia sobre a imigração e colonização em geral e particular no Estado do Espírito Santo**.

São temas sobre etnias que vieram juntar-se ao português invasor, ao índio e ao negro africano, ainda muito pouco estudados e que Rogério Medeiros tenta sintetizar no **Espírito Santo encontro das raças** (s/d.). Algumas que, mesmo não

apresentando o mesmo desempenho de alemães e italianos, os mesmos padrões favoráveis que incrementaram a imigração europeia, não devem ter seus estudos negligenciados. É o caso, por exemplo, da imigração libanesa.

É de se destacar, ainda, sobre a imigração italiana para o Espírito Santo que, muitas vezes, estudos de história, biografia e genealogia confundem-se nessa temática, como a se pode observar na obra de Orestes Bissoli. Um imigrante italiano trocou, quando criança, a bacia do Pó pelas montanhas capixabas. Narra, já sexagenário, em 1933, as **Memórias de um imigrante italiano** (Vitória, Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1979).

Fato curioso, o texto de Eugene C. Harter, **A colônia perdida da Confederação** (Nórdica s/d), traz luz a presença de norte-americanos no Espírito Santo. Outro exemplo isolado encontramos em Ceciliano Abel de Almeida, um “plantador de trilhos” que, tendo participado decisivamente na construção da estrada de ferro Vitória a Minas, registra de feição indelével, nas suas memórias, **O desbravamento das selvas do rio Doce** (Rio de Janeiro, José Olympio, 1978), área onde também o café entrará, conforme assinalou Augusto Ruschi (Boletim n.º 42), como um conquistador inimigo, “matando as florestas, destruindo os animais que ali viviam, dizimando as tribos indígenas...”. Ruschi, aliás, mesmo não sendo historiador, não deixou de publicar, por intermédio do Museu de Biologia “Melo Leitão”, que criara em Santa Teresa, uma série de estudos a propósito dos imigrantes italianos circunscritos à área do município.

Neste mesmo enfoque, mas especificamente sobre a emigração do Trento, a obra do sociólogo e jornalista italiano

Renzo Grosselli, **Colonie imperiali nella terra del caffè - Contadini trentini (veneti e lombardi) - Nelle foreste brasiliane** Parte II - Espírito Santo 1874-1900, que contém 471 páginas, publicada em 1987 sob os auspícios do *Comitato Nazionale per le Celebrazioni del V Centenario della scoperta dell'America*, é, talvez, o mais importante painel sobre aquelas famílias oriundas no norte da península italiana. Finalmente, não se pode esquecer a publicação **A presença italiana no Brasil - II**, que contém os trabalhos de Luiz Buzatto, Sonia Demoner, Carlos Bussola e Valeriano Altoé, apresentados no Simpósio do mesmo nome, realizado sob o patrocínio da *Fondazione Giovanni Agnelli*, em Vitória, em outubro de 1988; em uma linha semelhante vemos a **Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora** (1998), organizada por Aurélia Castiglioni, Luiz Buzato, Maria Inês Faé e pela arquiteta Maria Izabel Perini Muniz; e, ainda, a **Arquitetura da imigração italiana no Espírito Santo**, de Júlio Posenato (Porto Alegre, 1997), obras de peso que podemos citar, entre outras.

Outras temáticas não menos importantes, sobretudo da economia e da política, vêm ocupando espaço destacado na historiografia capixaba. Entre estas, o trabalho de Marta Zorzal e Silva **Espírito Santo. Estado, interesse e poder** (1995) e o de Terezinha Bichara **História do poder legislativo do Espírito Santo 1835-1889** (1984); o de Carol Abreu et alii **Vitória: Trajetória de uma cidade** (1993), os **Estudos sobre estrutura agrária e cafeicultura no Espírito Santo**, obra póstuma de Vilma Paraíso F. Almada; os **Estudos espírito-santenses**, de Renato Pacheco (1994); **A capitania do Espírito Santo e seus**

engenhos de açúcar (1535-1700), de José Gonçalves Salvador (1994), que enfoca a presença dos cristãos-novos no Espírito Santo; ou a **História geral e econômica do Espírito Santo e A formação econômica do Espírito Santo**, de nossa autoria; publicações que abordam o problema da mão-de-obra, a industrialização, o fenômeno imigração, e a economia cafeeira. Também da nossa lavra, **Notícias do Espírito Santo** recria, em aspectos multifacetados, as conexões dos fatos regionais com os eventos nacionais e do exterior, sem que seja esquecido o patrimônio histórico do Espírito Santo. Tema no qual avulta a figura de Elmo Elton, poeta e literato, historiador dos costumes, dos tipos populares, e dos **Logradouros antigos de Vitória** (Vitória, IJSN, 1986). Escritor que admiro e aplaudo, nutria, também, profundo interesse pela memória regional, razão pela qual, certamente, fê-lo patrono de uma de suas coleção de textos publicados, a Prefeitura Municipal de Vitória.

Mais recentemente, surgiu a coleção “Grandes Nomes do Espírito Santo”. Coordenada pelo jornalista Antônio de Pádua Gurgel, está voltada para publicação de biografias de personalidades ligadas ao estado. Nela estão elencadas mais de uma dúzia de obras, publicada com recursos da Lei de Incentivo a Cultura, do Ministério da Cultura.

Assim sendo, a historiografia brasileira que tem passado por um processo de revisão, privilegia a micro-história, ou história regional, vem valorizando a produção de monografias locais e regionais, objetivando melhor interpretação da história nacional. Coerente ao momento historiográfico, o historiador capixaba tem procurado viabilizar e produzir projetos, muitos

dentro de uma metodologia apropriada e rigor científico comprovado e, ainda, embasados em fontes primárias apropriadas da história local.

Paralelamente a esse movimento, a produção de uma literatura *stricto sensu*, com caráter retrospectivo e enfoque temático regional, tem contribuído também para a moderna historiografia do Espírito Santo, cuja participação do seu IHG tem sido fundamental.

Notas

¹ Trabalho apresentado no Colóquio dos Institutos Históricos do Brasil e do Mercosul, comemorativo aos 110 anos de fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, em Florianópolis, em 08 de setembro de 2006.

² Gabriel Augusto de Mello Bittencourt, Doutor em Direito e Livre Docente em História, Vice-Presidente da Academia Espírito-santense de Letras, autor do livro História Geral e Econômica do Espírito Santo.

³CARDIM, Fernão, 1540?-1625. **Tratado da terra e da gente do Brasil** / Pe. Fernão Cardim; introdução e notas de Batista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. – 3 ed. São Paulo : Nacional (Brasília) : INL, 1978.

SALVADOR, Frei Vicente do (1564-1639): **História do Brasil : 1500-1627**. (por) Frei Vicente do Salvador, revista por Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia e Frei Venâncio Willeke, OFM. 6 ed. São Paulo : Melhoramentos; Brasília : INL, 1975.

⁴ ANCHIETA, José de S.J., 1534-1597. **Poema: De gestis Mendi de Saa**. Dos feitos de Mem de Sá. Original acompanhado da tradução vernácula pelo Pe. Armando Cardoso S. J. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 1958. p. 63-77.

⁵ SALVADOR, op. cit. p. 109-157.

⁶ **Cartas avulsas, 1550-1568 / Azpilcueta Navarro e outros.** Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

⁷ RUBIM, Francisco Alberto (1768-1843). Um Capixaba (Psed.) **Memórias para servir a história até o ano de 1817, e breve notícia estatística da Capitania do Espírito Santo porção integrante do Reino do Brasil.** Escrita em 1818, e publicada em 1840. Lisboa : Nevesiana, 1840.

⁸ **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro, Tomo XXIV, p. 294-296.

⁹ ROCHA, Levy. **De Vasco Coutinho aos contemporâneos.** [Rio de Janeiro], [s.n.], 1977.

NOVAES, Maria Stella de **História do Espírito Santo.** Vitória : Fundo Editorial do Espírito Santo, (s/d) p. 118.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo.** 2 ed. Vitória : (s.n.), 1975, p. 254.

¹⁰ RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil.** 3 ed. São Paulo : Nacional; (Brasília); INL, 1978.

¹¹ Levy Rocha (1977) op. cit..

BITTENCOURT, Gabriel. **Café e modernização (O Espírito Santo no Século XIX).** Rio de Janeiro : Cátedra, 1987. p. 95-96.

¹² CLÁUDIO, Afonso. **História da literatura espírito-santense.** Porto : Comércio do Porto, 1912. Edição Fac similar – Biblioteca Reprográfica Xerox. Rio de Janeiro : 1981, p. 158.

Rocha, 1977, op. cit.

¹³ SAINT-HILAIRE, Auguste de. , **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce;** tradução de Milton Amado. Belo Horizonte : Itatiaia, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1974.

¹⁴ BIARD, Auguste-François. **Viagem à Província do Espírito Santo.** Tradução de José Augusto Carvalho. Vitória : Aracruz Celulose/Fundação Jônice Tristão, s.d.

¹⁵ Levy Rocha, 1971, op. cit.

¹⁶ WIED, Maximilian, Prinz von. 1782-1867. **Viagem ao Brasil / Maximiliano Príncipe de Wied-Neuwied**; tradução de edgard Süsssekind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo. Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1969. (Coleção Reconquista do Brasil, 2. Série; v. 156).

¹⁷ Vitória : Tip. de P. A. d'Azeredo, 1858.

¹⁸ Rocha, 1977, op. cit.

¹⁹ Vale, Eurípedes Queiroz do. **O Estado do Espírito Santo e os espírito-santenses**. Vitória : APEX, 1971. p. 177-8.

²⁰ BITTENCOURT, Gabriel. **Notícias do Espírito Santo**. Rio de Janeiro : Cátedra, 1989.

²¹ VALLE, Eurípedes Queiroz do. **O Estado do Espírito Santo e os espírito-santenses**. Vitória : APEX, 1971, p. 47.

²² RIBEIRO, Francisco Aurélio. "Revolucionárias do Século XX : Mzria Stella de Novaes e Haydée Nicolussi". In: **Cadernos de pesquisas : Mestrado em Letras, Universidade Federal do Espírito Santo**, v. 1 (1997). Vitória : UFES, Centro de Estudos Gerais, Departamento de Línguas e Letras, 1997. p. 13.

²³ DERENZI, Luiz Serafim. **Os italianos no Estado do Espírito Santo**. 1974. p. 157.

O OCEANO ATLÂNTICO NA CIDADE DE LINHARES: influência das flutuações do nível do mar na história do município.

*Maria Lúcia Grossi Zanti
Associada Efetiva do Instituto Histórico e Geográfico do ES
Mestre em Educação/Ufes.*

Introdução

Este trabalho se propõe a refletir brevemente sobre a evolução geológica do rio Doce, as conseqüências para a história do surgimento do Povoado de Linhares e difundir, por meio da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, os resultados dessas reflexões.

Para isso, apóia-se principalmente em estudos veiculados em revistas e simpósios brasileiros na área da geociência bem como em autores da historiografia capixaba.

O objetivo final que se pretende apresentar é que o abaixamento do Oceano Atlântico durante a era do quaternário mudou as feições do percurso final do rio Doce e da sua foz no mar, influenciando diretamente na localização do povoado que deu origem ao município de Linhares.

1. Fatores históricos que deram origem a Linhares

O rio Doce estabeleceu-se como marco geográfico que, primeiro, impediu o povoamento colonizador português em suas margens e, segundo, após a suspensão da proibição que gerou tal impedimento, em final do século XVIII¹, o rio constituiu-se fator primordial do estabelecimento de aquartelamentos militares que deram origem aos primeiros assentamentos colonizadores

portugueses na região. Esses aquartelamentos eram necessários porque, ao ser ordenado pelo governo português o desbravamento e povoamento das margens do rio Doce, nas regiões banhadas pelo rio, principalmente na antiga Capitania do Espírito Santo, todo o vale do rio encontrava-se na posse de tribos nativas, a maioria delas bastante hostil aos colonizadores. Povoar a região implicava, então, no estabelecimento de fortificações com soldados que protegessem as populações nascentes dos ataques desses nativos.

Entre 1796 e 1801, era Ministro da Marinha e Negócios Ultramarinos do Reino de Portugal (DAEMON, 1879), D. Rodrigo de Souza Coutinho, Senhor de Pancas e Coutins em Portugal e, posteriormente, quando a Família Real Portuguesa já estava no Brasil, a partir de 1808, foi agraciado com o título de Conde de Linhares.

Ainda em Portugal, em 1800, ordenou o Ministro ao recém-nomeado Governador da capitania do Espírito Santo, Antônio Pires da Silva Pontes, que envidasse esforços para abrir um caminho fluvial pelo rio Doce até Minas Gerais. Silva Pontes, amigo e protegido do Ministro, vinha muito recomendado para agir no sentido de criar destacamentos militares com vistas a proteger a navegação e o povoamento nas margens do rio na área da Capitania. Assim, ainda em 1800, foi criado um Corpo de Pedestres com 300 soldados e, no mesmo ano, subiu o Governador pessoalmente o rio com esses soldados, fazendo também um estudo a partir da foz até a Cachoeira das Escadinhas (DAEMON, 1879).

Nesse percurso, foi o Governador estabelecendo pequenas fortificações militares (geralmente casas para aquartelamento dos soldados em locais estratégicos) e o assentamento dos primeiros moradores. Ver-se-á então a geografia do percurso do rio Doce influenciando diretamente no povoamento do que se constituiu depois o município de Linhares. Por que?

1º) Ocorreu que, em 1800, o Governador Silva Pontes saiu de Vitória pelo mar, subiu a costa Atlântica e entrou no rio pela foz. Ali, na desembocadura do rio, estabeleceu o primeiro Quartel Militar que chamou de “Regência Augusta”, homenageando nesta denominação príncipe D. João, na época, Príncipe Regente de Portugal, mais tarde D. João VI.

2º) Subindo o percurso do rio e, a mais ou menos 40 km da foz, encontrou, à margem esquerda do rio, um platô situado numa barranca em forma de meia-lua, a cavaleiro do rio, lugar ideal para uma vigilância militar de vasta área do rio. Neste platô, estabeleceu o Governador o segundo aquartelamento, ao qual deu nome de “Coutins (RUBIM, 1861), em homenagem ao Ministro D. Rodrigo, na época, Senhor de Coutins e Pancas em Portugal. Após este feito, prosseguiu-se na jornada rio acima e, entre “Coutins” e as terras mineiras, fundou-se outros quartéis: “Pancas”, “Porto do Souza” (este já na cachoeira das Escadinhas) e outros dois: “Lorena” e “Anadia” (CALMON JUNIOR, 1975).

Solicita-se aqui que se atente a esses dois fatos acima narrados, que serão retomados adiante quando se discorre a respeito da evolução do nível do mar.

A título de complementação, informa-se que o sonhado caminho fluvial pelo rio Doce entre as terras de Minas e a foz do rio não se efetivou - em que se pese as inúmeras tentativas - motivado pelas dificuldades apresentadas pela cachoeira das Escadinhas e pelos inúmeros tropeços que se efetivaram para vencer o trecho da desembocadura do rio para o mar. Além disso, não foi fácil garantir a segurança dos novos moradores das nascentes povoações. Nativos botocudos, que eram os antigos donos das terras, impuseram feroz resistência e ataques numerosos foram perpetrados contra esses povoaamentos. Tanto assim foi que, em 1808, grupos botocudos atacaram alternadamente o “Porto do Souza” e o de “Coutins”. Estes ataques que já vinham constantes motivaram o despacho de

uma Carta Régia que declarava uma ativa perseguição aos nela chamados de “selvagens” (ESPÍRITO SANTO, Província, 1843).

No ano seguinte, 1809, sendo Manuel Vieira Albuquerque de Tovar o Governador da Capitania do Espírito Santo, recebeu ordens de militarizar mais fortemente a região do rio visando uma tenaz oposição/perseguição aos nativos (RUBIM, 1861). Tovar, como seu antecessor, subiu pessoalmente o rio, via costa atlântica (TOVAR, 1961), e entrou pela foz levando mais soldados, provisões, munições e alguns novos moradores.

Parando em “Coutins”, reconstruiu o povoado atacado no ano anterior e, nessa reconstrução, mudou o nome para “Linhares”, ainda em homenagem a D. Rodrigo, agraciado na época com o título de Conde de Linhares (Zunti, 2000).

Os contrastes da expansão e extensão do povoamento, da política, da economia, da navegação e outros pelos quais a região passou não são tema dessa reflexão². Portanto, interrompe-se a evolução histórica de Linhares e atenta-se para o ponto central deste trabalho.

2. Evolução geológica do rio Doce

Nas décadas de 70 e 80 do século XX, vários estudos geológicos foram realizados em torno da evolução de algumas planícies costeiras brasileiras, notadamente a que fica entre os rios Mariricu e Doce³.

Esses estudos esclarecem que o Oceano Atlântico sofreu várias evoluções (as últimas entre 7 mil e 5 mil anos atrás) acarretando um rebaixamento do nível do mar entre 4 a 5 metros. Essas evoluções contribuíram para:

1º) a constituição de uma imensa laguna - ocasionada por barreiras que se ergueram (na área onde, hoje, encontra-se a costa atlântica), após o abaixamento do nível do mar – onde o rio passou a desembocar, depositando sedimentos ao longo de milhares de anos;

2º) as barreiras de cordões arenosos, ao contribuírem para a constituição da laguna (em forma deltaica¹), represou o rio e isso contribuiu para a elevação do nível de água dessa extensa laguna onde o rio desaguardava;

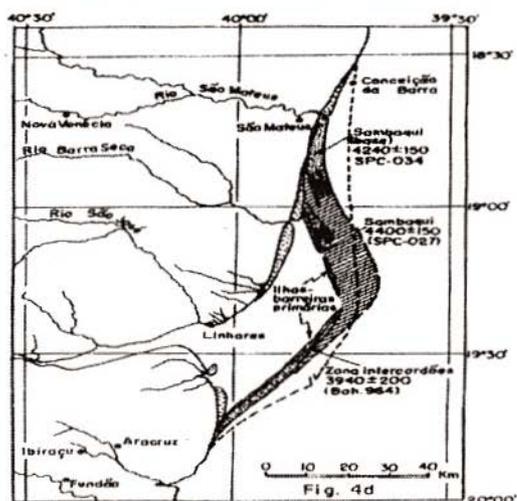
3º) a formação de um outro “delta”, agora de terreno constituído de sedimentos e outros detritos, alongado no sentido norte sul, entre os atuais municípios de Conceição da Barra e Aracruz;

4º) nessa fase foi-se configurando todo o complexo lacustre da imensa região do delta e limites, à medida que os detritos trazidos pelo rio foram fechando a desembocadura dos rios ou riachos na área do delta atual;

5º) nessa mutação constante e milenar de formação dos terrenos no delta, o rio mudou várias vezes a direção do seu caminho no percurso para o mar.

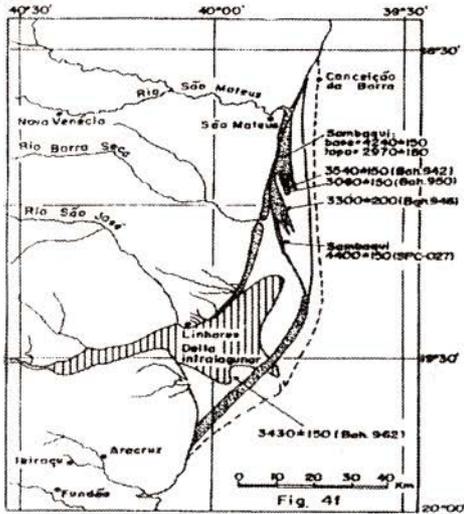
Os itens numerados acima podem ser melhor compreendidos ao se visualizar os Quadros de 1 a 4, complementados pelos Quadros 5 e 6 a seguir.

QUADRO 1 – Geração de cordões arenosos que represaram o rio Doce e formação da laguna onde o rio passou a desaguardar, entre 5.000 AP (anos passados) e os dias atuais.



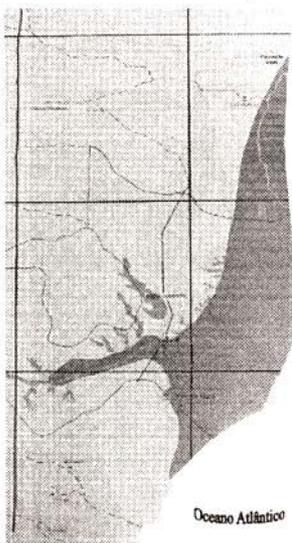
Fonte: SUGUIO et al, figura 4d, 1982, p. 106.

QUADRO 2 – Fase inicial do Delta Lagunar onde o rio passou a desembocar após formação dos cordões arenosos.



Fonte: SUGUIO et al, 1982, p.106.

QUADRO 3 – Aspecto atual de terrenos do Delta no percurso final do rio Doce (área escura), formado por depósitos sedimentares trazidos pelo rio e outros detritos.



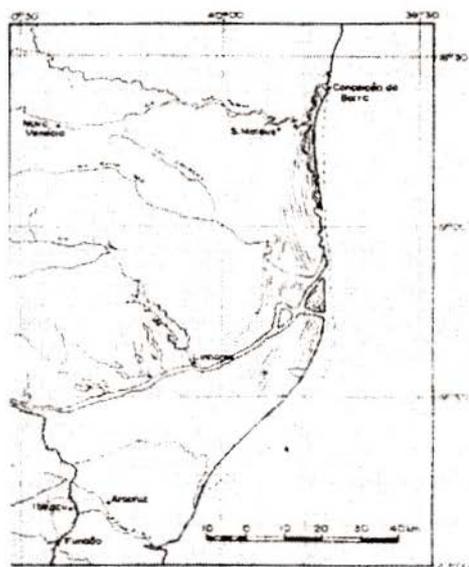
Fonte: SUGUIO et al, 1982.

QUADRO 4 – Foto aérea mostrando, abaixo do atual curso do rio, (ver marca em seta), um dos antigos canais cavados pelo rio no Delta na sua evolução em direção ao mar.



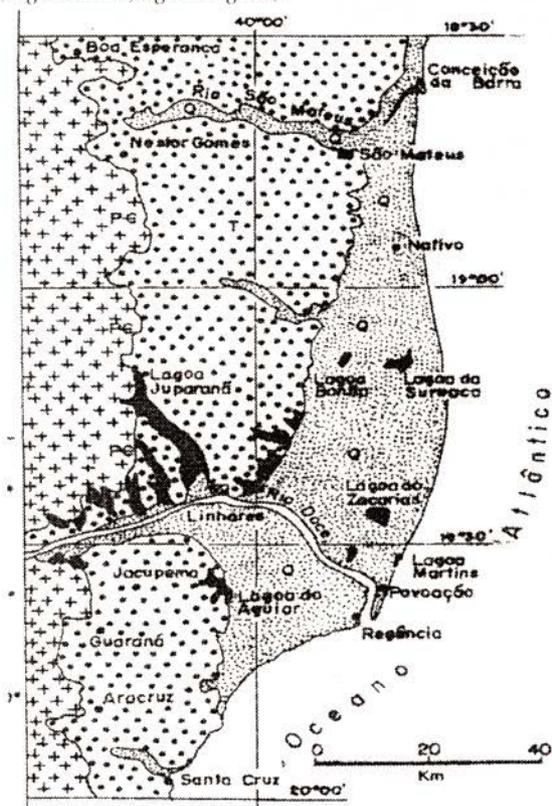
Fonte: Foto de acervo da Aracruz Celulose.

QUADRO 5 – Outra transposição antiga da desembocadura do rio, mais ao norte da atual.



Fonte: SOARES e LANDIN, 1977.

QUADRO 6 – Visualização de como a milenar sedimentação no delta fechou a desembocadura de numerosos rios e formou o complexo lagunar do atual município de Linhares (lagoa Juparanã e outras, à esquerda e direita, lagoa Bonita, lagoa Suruaca, lagoa Zacarias, lagoa Martins, lagoa do Aguiar).



Fonte: SUGUIO et al, 1982, p. 111.

3. Reflexões finais conseqüentes das alterações do canal de percurso do rio Doce no Delta até o mar.

A primeira reflexão que ocorre (ver Quadros 1, 2, 3 e 6), trata-se de que o Oceano Atlântico banhava toda a região na qual hoje está a cidade de Linhares, formando as águas

marinhas como que um imenso golfo alongado e adentrando para até além das atuais lagoas: Juparanã, Nova, Palminhas, Palmas e da Terra Alta. De acordo com Suguio et al (1982, p.106), referindo-se à existência dessa área que chama-se aqui de golfo alongado, “... isso pode ser comprovado pelas datações do radiocarbono de conchas de moluscos coletadas em posição de vida nos sedimentos lagunares”.

Para a segunda reflexão (ver Quadros 3 e 5), apóia-se ainda em Suguio et al (1982, p.111), quando diz ter ficado “... bastante evidente que o abaixamento do nível relativo do mar de 4 a 5 m., no decorrer dos últimos 5.000 anos, tenha desempenhado um papel essencial na construção da planície costeira do rio Doce”.

Portanto, mudanças geológicas e marítimas fizeram com que o rio Doce ficasse, durante séculos, como que buscando um canal de desembocadura no oceano após o surgimento da barreira que formou uma laguna, represando o rio e separando-o do mar (visualizar as barreiras no Quadro 1 e o delta lagunar no Quadro 2).

A existência desses vários canais, dois deles mostrados nos Quadros 4 e 5, permite algumas outras reflexões, entre elas: a criação do Quartel Coutins em 1800, deveu-se ao caminho fluvial - mantido pelo rio nos últimos séculos da era atual – navegado pelo Governador Silva Pontes. Tivesse o rio mantido os canais mostrados nos Quadros 4 e 5, as terras que compõem hoje o município de Linhares poderiam ser outras, ou pelos lados de São Mateus ou pelas bandas de Aracruz. A par disso, o platô acima da barranca em forma de meia-lua, que pareceu ao administrador português Silva Pontes

tão propícia para a construção do aquartelamento de “Coutins”, não existiu tão acentuadamente durante a permanência da laguna (ver Quadro 2) onde, por séculos, desembocou o rio Doce. Somente depois que o rio encontrou sua foz diretamente no mar, baixando, portanto, o nível das águas internas da laguna e ocasionando depois seu desaparecimento⁵, é que essa barranca se acentuou dando-lhe feição altaneira sobre o rio, característica tão apreciada pelos colonizadores portugueses para estabelecer defesa ou fortificação.

Finalmente, esse platô, coração da memória histórica de Linhares, constituiu-se mais fortemente e exclusivamente em relação às flutuações do nível do mar e da influência dessas flutuações na formação da planície costeira do rio Doce onde hoje situa-se o território do município de Linhares.

NOTAS

- ¹ Devido à possível via de navegação no rio Doce, entre as Minas Gerais e o Oceano Atlântico, apresentava-se aos olhos da Coroa Portuguesa como caminho provável para o contrabando de ouro, gerando ato proibitivo de navegação no rio e de qualquer estabelecimento de povoações.
- ² VER referências bibliográficas nesse trabalho nomeando algumas fontes, entre outras existentes, ou nas referências bibliográficas dessas fontes que podem ser consultadas para mais informações a respeito desses assuntos.
- ³ Dos vários autores que escreveram sobre este assunto apoiou-se apenas em: SUGUIO, Kenitiro ; MARTINS, Louis; DOMINGUEZ, José Maria Landin, 1982; e ainda SOARES, Paulo Cesar; LANDIN, Paulo Milton Barbosa. 1977.

⁴ A palavra “delta” deve-se à forma semelhante a um “D” no alfabeto grego.

⁵ Algumas lagoas do atual terreno do delta (Zacarias, Suruaca, Bonita) são resquícios que ficaram da antiga e extensa laguna.

REFERÊNCIAS

CALMON JUNIOR, Lastênio. **Vultos, fatos e lendas linhareses**. Belo Horizonte: Maciel, 1975.

DAEMON, Basílio de Carvalho. **Província do Espírito Santo, sua descoberta, história cronológica, sinóps e estatística**. Vitória: Tipografia Espírito Santense, 1879.

ESPÍRITO SANTO, Província. *“Fala com que o excelentíssimo presidente da província do Espírito Santo dirigiu à assembléa legislativa provincial”*. Niterói: Niteroiense, 1843.

RUBIM, Brás da Costa. **Memórias históricas e documentais da Província do Espírito Santo**. Vitória, 1861. (Acervo do setor de Coleções Especiais na Biblioteca Central da UFES).

SOARES, Paulo Cesar; LANDIN, Paulo Milton Barbosa. **Contribuição ao estudo do delta do rio Doce: aspectos geomorfológicos**. *Revista Notícias Geomorfológicas*, Campinas, 17 (34): 47-58, dez.1977.

SUGUIO, Kenitiro; MARTIN, Louis; GONZALES, José Maria Landin. **Evolução da planície costeira do rio Doce (ES) durante o quaternário: influência das flutuações do nível do mar**. *Atas do VI Simpósio do Quaternário no Brasil*, 1982, p. 93-166.

TOVAR, Manuel Vieira de Albuquerque. **Informações sobre a navegação importantíssima do rio Doce**. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, n.21, Vitória, 1961.

ZUNTI, Maria Lúcia Grossi Zunti. **Panorama histórico de Linhares**. 2.ed. ampl., rev., e atualiz. Linhares: Pousada das Letras, 2000.

NOS 50 ANOS DA II GRANDE GUERRA OS COMANDOS ATACAM EM BEDA-LITTORIA

Zoel Correia da Fonseca
Historiador e escritor
Associado Efetivo do IHGES

Cirene fora uma imponente colônia grega no litoral norte-africano. De seus templos e colunatas destruídos por um terremoto, restara apenas uma relíquia achada por soldados italianos, em 1913. Após um dos grandes temporais, tão freqüentes na região, depararam-se a Vênus de Cirene – uma dos mais belos e valiosos tesouros artísticos trazidos da antiguidade clássica até aos nossos dias, por obra do acaso.

As ruínas de Cirene estendiam-se até à pequena cidade colonial italiana de Beda-Littoria – um pouco mais que uma aldeia árabe, naquele mês de novembro de 1941. A Segunda Guerra Mundial entrara em seu terceiro ano e o prédio da Prefeitura de Beda-Littoria abrigava o Quartel-General da intendência do “*Afrika Korps*” – o grupamento blindado da *Webermacht* sob o comando do Major-General alemão Erwin Von Rommel.

Por razões até hoje não esclarecidas, o Serviço Secreto britânico incidiu num grande erro, que deu origem a um episódio tragicômico na guerra africana: empreendeu a arrojada tentativa de mudar os rumos da guerra através da eliminação do General Von Rommel – “a raposa do deserto”, em Beda-Littoria!...

Tudo fora disposto no Gabinete do Almirante Sir Roger Keyes – Chefe de todos os Comandos e Ações Especiais do Estado Maior Britânico.

Na opinião do Primeiro Ministro, Sir Winston Churchill, tal sacrifício se impunha para uma vitória na África e isso justificava o risco assumido pelo Almirante Keyes, colocando seu filho – major Geoffrey Keyes – no comando da incursão.

A operação seria efetuada à meia-noite de 17 para 18 de novembro e coincidiria com a ofensiva inglesa para libertar a cidade-fortaleza de Tobruque.

Os submarinos Torway e Talisman deveriam desembarcar os cinquenta e três dos comandos ingleses selecionados para a missão, no litoral da Cirenaica. Chegaram ao ponto combinado na noite de 15 de novembro. Um fecho de luz vindo de terra informou que o local estava desimpedido.

A violência das ondas tornava o desembarque excessivamente arriscado. O mar tempestuoso virava os botes de borracha, despejando seus tripulantes na água gelada.

Após grande sacrifício, vinte e dois homens do Torway chegaram à terra. Do submarino Talisman somente sete alcançaram a praia. Muitos dos homens tiveram que ser literalmente pescados do mar borrascoso e dois deles pereceram afogados.

Dos vinte e nove Comandos desembarcados, quatro permaneceram nas imediações, sob as ordens do Coronel Laycock, a fim de garantir o reembarque. Os restantes caminharam durante 15 minutos até encontrar um misterioso árabe: era o Coronel J.E.Haselden – intrépido oficial do Serviço de Inteligência Britânico. Desde algum tempo, disfarçado de árabe, vivia atrás das linhas alemãs, Haselden informou-os a respeito do terreno, dando-lhes exata descrição dos lugares (o Major Keyes fazia anotações em um caderno). Além disso, deixou-lhes três guias árabes. Em seguida desapareceu de cena!

O grupo passou essa primeira noite escondido na vegetação da margem de um “wadi” – rio temporário, em árabe. Na manhã seguinte, sete homens sob o comando de um tenente foram destacados para interromper as ligações telegráficas do sul de Cirene.

Após progredir em terreno escarpado, o restante do grupo refugiou-se em uma das muitas cavernas existentes na região para passar a noite.

O dia marcado para a operação – 17 de novembro – à semelhança dos anteriores, amanheceu chuvoso. A lama dificultava a progressão dos homens e, em alguns trechos, subia-lhes à altura dos tornozelos. Caminhando de armas em punho atingiram o conjunto de prédios de Beda-Littoria, às 23:30.

O major Keyes dispôs os efetivos para uma ação coordenada: ele, o capitão Campbell e o sargento Terry entrariam pela frente do edifício da Prefeitura – um prédio de dois pavimentos. Três homens deveriam forçar a entrada dos fundos e um outro grupo se encarregaria de explodir o conjunto gerador de eletricidade.

Eram 23:50, quando Keyes, Campbell, Terry e mais alguns Comandos esgueiraram-se até à entrada do edifício. A chuva engrossara; raios e trovões compunham o pano de fundo para a aventura.

O sargento Terry deveria matar a sentinela que guarnecia a porta de entrada, cortando-lhe a garganta com um único golpe de punhal. Deu-se, aí, o primeiro imprevisto: no instante do golpe o soldado alemão fez um movimento e a faca resvalou. Começa então uma luta corpo-a-corpo de conseqüências imprevisíveis. Enquanto luta, a sentinela grita por socorro, mas o fragor da tempestade abafa-lhe os gritos, bem como disfarça o barulho da explosão do conjunto gerador de eletricidade. A luta prossegue na escuridão, o que impede aos ingleses o uso de suas pistolas. A certa altura do combate, a sentinela cai contra a porta do depósito de armas e munição, despertando dois militares que ali dormiam. Empunhando metralhadoras, dirigem-se à porta no exato instante em que os ingleses lançam a primeira granada. O sargento alemão recebe a carga de estilhaços e cai; seu ajudante tem mais sorte e mantém o tiroteio.

No andar de cima, o tenente alemão Kaufholz foi o único a ouvir os gritos da sentinela. Saltou da cama à procura da pistola.

Foi quando ouviu as explosões das granadas. Lançou-se para o corredor e desceu a escada. À luz dos relâmpagos, avistou os ingleses, mas Campbell também o viu. Kauffholz atirou primeiro e o major Keyes tombou com um grito abafado. Quase ao mesmo tempo, Campbell esvaziou o carrregador da metralhadora sobre Kauffholz. Mortalmente ferido, enquanto rolava os degraus, ainda conseguiu estilhaçar a tíbia de Campbell com o derradeiro disparo.

No segundo pavimento ressoavam vozes e o sargento Terry, agora no comando da operação, concluiu que a surpresa falhara. Ao ouvir o crepitar de uma metralhadora no lado de fora, pensou que a reação inimiga se organizara. Com os chefes fora de combate, não viu outra saída além da fuga na escuridão da noite.

Enquanto isso, outro drama se desenrolava com os homens encarregados da entrada dos fundos: a porta levava a uma pequena dependência atravancada por mesas e prateleiras. A um canto um alçapão dava para uma escada-em-caracol, que ia ter a um porão onde dormiam um sargento e um cabo – idoso pai de família, não suportava dormir com aquela porta aberta, pois nem mesmo fechadura possuía. Em razão disso, barricava-a todas as noites, com uma grande lata de água fria entalada contra a prateleira. Estava ali um ferrolho impossível de fazer saltar com qualquer alavanca. Apesar dos esforços dos ingleses, a porta resistiu!

Ouviu-se mais um salva de metralha e um grito ressoando na escuridão. Depois o silêncio...

Ao descerem, os oficiais alemães encontraram o cadáver de Kauffholz na escada e no vestíbulo jazia um oficial inglês, com o rosto pintado de preto. O capitão Campbell, com a tíbia reduzida a fragmentos, tentara se arrastar em direção à porta de saída, mas tropeçara em algo e caíra: eram as pernas da sentinela alemã estendida de viés no corredor. O robusto soldado ficara com a parte superior do corpo tombada no depósito de armas, suas costas estavam crivadas de estilhaços de granada.

Além do major Keyes e do tenente Kauffholz, mais três militares alemães morreram, entre eles, um tenente e um sargento.

Todos foram sepultados com honras militares. O capitão Campbell teve a perna amputada em um hospital italiano. A sentinela alemã conseguiu sobreviver aos ferimentos. Fora ele o herói daquela noite tempestuosa. Graças à sua coragem, fizera malograr o objetivos dos ingleses. Porém, apesar do empenho, nunca foi encontrado, a fim de que relatasse a sua parte na aventura, o que não fora pequena. Pertencia ele a uma unidade da “*Feldgendarmeria*”, cujos homens não eram pessoalmente conhecidos pelo Estado-Maior da Intendência Alemã.

Dos vinte e nove Comandos ingleses participantes da inclusão, apenas o sargento Terry e o coronel Laycock conseguiram escapar. Arrostraram as peripécias de um fuga de quarenta e um dias através do deserto inóspito, até alcançarem as linhas aliadas.

Quanto aos prisioneiros, o General Von Rommel ordenou que fossem tratados como prisioneiros de guerra, contrariando o decreto de Hitler sobre os Comandos inimigos, que mandava fuzilá-los.

Encerrava-se, assim, a aventura montada em riqueza de pormenores e que falhara pela intervenção de alguns erros, alguns acasos e alguns homens. Como epitáfio para essa tragicomédia, bem poderia inscrever-se a ironia contida no fato comprovado de que o General Von Rommel não estava e jamais estivera em Beda-Littoria, que era apenas o Quartel-General do Serviço de Abastecimento dos exércitos ítalo-germânicos na Cirenaica.

Bibliografia consultada:

- “Afrika Korps” – Paul Careli
- “The Phantom Major” – Virginia Cowles
- “Tobruk” – Anthony Hecstall Smith
- “Comandos – Os Soldados-Fantasmas” – Peter Young
- “Um professor na guerra” – Sir David Hunt

ANOTAÇÕES SOBRE O MAR E O OCEANO NO PARALELO DE VITÓRIA

Ricardo Brunow Costa

Geógrafo e Associado efetivo do IHGES

Por não termos aqui espaço suficiente para desenvolvermos mais detalhadamente o assunto a que nos propusemos explicar, vamos, então, apenas alinhar alguns comentários sobre os aspectos do mar que banha nossa região, estendendo nossas observações até os confins do oceano. Para tanto, é preciso que imaginemos um imenso retângulo que abarcaria a distância entre a barra da Baía do Espírito Santo, passando pela Ilha da Trindade e Martim Vaz (localizadas a aproximadamente 1200 quilômetros de Vitória) e prosseguindo até encontrar os cumes de uma verdadeira cordilheira submarina, conhecida sob a denominação de Dorsal do Atlântico Sul. O paralelo de Vitória ? 20° 19' L.S. ? estaria no centro desse retângulo imaginário.

Algo sobre a Baía de Vitória, tivemos oportunidade de discorrer na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (Revista nº 51).

É evidente que os residentes em Vitória têm, naturalmente, uma idéia mais clara das águas da baía vitoriense e de seu contorno, de suas características gerais, e, enfim, do cenário natural que emoldura toda essa região. Porém, quando se trata do alto-mar, do grande oceano que está fora de sua visão diária, o vitoriense não tem, geralmente, nem vivência nem experiência do que seja aquele ambiente líquido, quer em sua superfície, quer em sua profundidade, e, o que é mais importante, não tem muita noção

do que seja aquele outro mundo presidido pelas águas oceânicas. É o que vamos tentar levantar aqui, mas, de modo muito sucinto.

O estudo dos oceanos é matéria pertinente à Oceanografia, a qual se preocupa em tratar desde o relevo submarino, como da temperatura, da salinidade e da densidade das águas oceânicas, bem assim como, da vida vegetal e animal de todas as espécies que povoam suas águas. A Oceanografia pode ser dividida em dois grandes ramos, a física e a biológica, com subdivisões. Aqui neste texto nos interessa abordar somente os aspectos gerais da parte física. Muitos assuntos da Oceanografia interessam aos estudos geográficos.

Vamos dar, primeiramente, rápidas pinceladas sobre o relevo submarino que encontramos depois de sairmos da Baía de Vitória.

Ora, todo continente tem em suas bordas o que leva a denominação de plataforma continental, a qual dá continuidade à orla litorânea. Sua profundidade média está em torno dos 200 metros. Temos no Espírito Santo uma extensa plataforma continental que, como se sabe, bastante promissora como reservatório de petróleo e gás. O conjunto das plataformas continentais do planeta cobrem uma área correspondente a 17% da superfície dos oceanos. Nos limites finais dessas plataformas começa o relevo submarino uma descida abrupta, como ocorre aqui no nosso Estado, constituindo o cognominado talude continental, onde as isóbatas vão se sucedendo muito próximas entre si e, portanto, o mar vai se tornando rapidamente mais e mais profundo. Dos 200 metros que normalmente encontramos na plataforma, passa-se às isóbatas que sinalizam os 1000 metros e mais. Terminado o talude, inicia-se a região pelágica, que, aliás, constitui 80% da superfície submarina dos oceanos. Está localizada entre os 3000 a 5000 metros abaixo da superfície oceânica.

Sucedese à região pelágica outra mais profunda, a região abissal ou hadal, onde estão localizados os abismos submarinos, locais em que as isóbatas apresentam cotas acima dos 5000 metros e, mesmo,

de 6000 metros. Como exemplo, podemos apontar a área entre a Ilha da Trindade e a Dorsal do Atlântico Sul onde a isóbata registra a cota de 6020 metros. O conjunto das regiões abissais do mundo ocupa uma área equivalente a 3% dos oceanos.

O RELEVO SUBMARINO

Sem dúvida o relevo submarino tem pontos de muita semelhança com o relevo continental, apesar de que há muito que ser pesquisado quanto ao primeiro.

O Oceano Atlântico que banha todo o nosso país desde o Cabo Orange até o Arroio Chuí, precisa ser mais pesquisado e estudado na parte de sua plataforma continental que, nos dias atuais, vem despertando, finalmente, a atenção das autoridades em consequência das descobertas de riquezas nela encontradas, principalmente, quanto à presença de jazimentos petrolíferos e de gás natural. Entretanto, muitas outras riquezas podem ser encontradas na plataforma continental, mas, para tanto, faz-se mister um trabalho de longo prazo e de custos expressivos.

O Estado do Espírito Santo vem provando o valor que pode oferecer a sua plataforma continental, pois que, o petróleo e o gás natural cada vez mais estão sendo extraídos das profundezas da plataforma continental capixaba.

Fisicamente falando, comparando o relevo continental com o relevo submarino há que se destacar uma importante dessemelhança: enquanto que o continental oferece comumente formas pontiagudas e escarpadas, o relevo submarino, ao contrário, oferece-nos uma superfície bem mais suave e uniforme. Tais diferenças são devidas ao fato de que, enquanto a área continental emersa é submetida a forte erosão provocada pelos agentes atmosféricos, as áreas submersas não são atingidas por tais agentes,

estando encobertas por grossas camadas de diversificados detritos que vão sendo acumulados por longos períodos de milhares e milhões de anos; exceções acontecem, como nas elevações abruptas que vez por outra aparecem no fundo dos oceanos, elevações essas que advêm de erupções vulcânicas submarinas ou, outras vezes de formação coralígena.

Exposto tudo isso podemos agora apresentar especificamente o relevo submarino na altura próxima ao Estado do Espírito Santo.

A plataforma continental no nosso Estado tem uma largura apreciável de mais de 100 quilômetros. Após esta vem o talude continental que é a região submarina que vai de 200 a 1000 metros de profundidade, correspondendo à escarpa íngreme da plataforma continental. Recorrendo-se à batimetria vê-se claramente que as isóbatas mostram um aumento rápido das profundidades do mar. Na altura do paralelo de Vitória constamos que após a profundidade de 200 metros a isóbata cai para 2000 metros, o que vem demonstrar a rápida progressão da descida rumo ao fundo do oceano.

Como já frisamos neste texto, o relevo submarino apresenta muita semelhança com o continental, de modo que naquele, também vamos encontrar planícies, depressões, cadeias de montanhas, soleiras (elevações largas e extensas com declividades suaves), picos, bacias, etc.

O nosso Estado está posicionado ao lado da Bacia Brasileira, a qual se inicia desde a altura do equador terrestre indo até a Soleira do Rio Grande, a qual faz o limite da Bacia Brasileira com a Bacia Argentina, esta localizada na área do Oceano Atlântico, desde o extremo sul do nosso país até os confins do território argentino.

No meio caminho entre o Brasil e o Continente Africano está situada uma verdadeira cordilheira, mais conhecida sob a denominação de Dorsal do Atlântico Sul. Esta é uma continuação,

podemos dizer, da Dorsal do Atlântico Norte. A Dorsal Sul como que faz uma divisão do Atlântico Sul em dois setores, o oriental que banha o Continente Africano e o Ocidental que margeia toda a América do Sul. A origem dessa cordilheira está relacionada à dinâmica da tectônica das placas ou seja, o afastamento entre as placas sul-americana e a africana, em consequência das correntes de convecção do magma existente no manto terrestre, que constitui a camada de rochas situadas sob a litosfera.

Essa Dorsal Atlântica apresenta uma grande elevação média que oscila entre 3000 a 4000 metros, ocorrendo, por vezes, pontos que afloram à superfície do oceano, constituindo ora ilhas, ora arquipélagos. É o que sucede com as Ilhas Tristão da Cunha e Gough, ambas de origem vulcânica, que pertencem à Inglaterra, distantes 4500 quilômetros do litoral sul-americano (argentino) e a Ilha da Ascensão, também de origem vulcânica, localizada a quase 2500 quilômetros do litoral do nordeste brasileiro.

Quanto às ilhas que mais nos interessam neste artigo, por estarem praticamente no paralelo da cidade de Vitória, são as da Trindade e Martim Vaz. Estão no chamado lineamento de montes vulcânicos Vitória – Trindade e Martim Vaz. Estas últimas distantes de Vitória 1140 e 1188 quilômetros respectivamente, são antigos edifícios vulcânicos pertencentes a esse lineamento. As bases desses edifícios estão a 5500 metros plantados no assoalho oceânico. Martim Vaz, na verdade, constitui um arquipélago com uma ilha principal apresentando uma elevação máxima sobre o mar cuja cota atinge 175 metros e mais duas ilhas menores além de alguns rochedos.

A BATIMETRIA

Na entrada da Baía do Espírito Santo e em suas cercanias, as medidas batimétricas estão representadas por cotas que variam de

13 a 18 metros, com a presença de baixios perigosos para a navegação, os quais, com vários metros de altura são evitados pelos marinheiros. Entre eles podemos enumerar o Baixio Grande e o Baixio Pequeno e o da Laje do Cavalo.

Em direção ao porto de Tubarão há um corredor especial para os navios de grande calado; dito corredor, devidamente dragado, com mais de 22 metros de profundidade, atende aos navios que vêm em busca do minério de ferro e que se destinam ao exterior.

Contígua a essa área vamos encontrar, a leste, cotas batimétricas mais expressivas, a partir de 20 metros, chegando outras próximas à cota de 30 metros.

Prosseguindo na nossa incursão pelo mar, depois de deixarmos as áreas próximas à entrada da Barra de Vitória, encontramos isóbatas de 50 metros a mais ou menos 20 quilômetros do litoral. Continuando a navegar, sempre em direção a leste e no paralelo de Vitória, constatamos na altura de quase 400 quilômetros no alto-mar, a isóbata de 200 metros, a qual vai até o limite, aproximadamente, da plataforma continental, quando então, tem início o talude continental, ponto em que as profundidades marinhas sofrem um repentino mergulho, atingindo rapidamente 2000 metros. Esta cota não é mantida por um espaço longo, pois que isóbatas menos significativas são registradas à medida que se prossegue no rumo leste, dependendo, evidentemente, do que ocorre com o relevo submarino (se ele se eleva para mais ou para menos).

Quando estivermos a 900 quilômetros aproximadamente da costa capixaba, então cruzaremos a isóbata de 4000 metros. Após adentrarmos nessas águas, percorremos mais 250 quilômetros sobre esse mundo de água e estaremos chegando à Ilha da Trindade, e, bem próxima, à Ilha de Martim Vaz, isoladas que estão a quase 1200 quilômetros de Vitória, nas coordenadas geográficas de 20° LS e 30° WG. Nestas ilhas cercadas por cotas batimétricas –

considerando-se a perspectiva do centro para a periferia – encontraremos profundidades de respectivamente 50, 200, 2000 e 4000 metros.

Estas duas ilhas com mais outras de áreas menores, constituem, na realidade, um arquipélago e representam os cumes de montanhas submersas de origem vulcânica.

DEPÓSITOS MARINHOS

Os sedimentos que recobrem as regiões submarinas se diferenciam quer pelo volume, quer por sua composição, quer por sua forma, dependendo da região onde repousam no leito oceânico. Assim sendo, os depósitos da plataforma continental têm suas características próprias, como aqueles encontrados na região pelágica e os que estão assentados na região abissal. Na medida que aumenta a profundidade, afastando-se da plataforma continental, observa-se que os sedimentos vão se tornando cada vez mais diferenciados.

Na plataforma continental aparecem os depósitos terrígenos, provenientes do trabalho erosivo das vagas, formados pelos restos de rochas destruídas e desagregadas. São constituídos de areias, cascalhos, pedras, lamas, lodo, etc. que vão ficando mais uniformes à medida que vão se afastando da costa. Os nossos rios contribuem com esses depósitos terrígenos como os rios Santa Maria, Jucú, Doce, São Mateus, Itapemirim e outros mais. Não é raro que misturados com tais detritos estão presentes restos de carapaças de animais marinhos, restos de corais, entre outros detritos.

Na região pelágica encontram-se os depósitos não originários da região litorânea mas formados pela acumulação de materiais orgânicos, como esqueletos e conchas, além de carapaças de animais pertencentes à fauna submarina.

Já nas regiões mais profundas do Atlântico Sul, região abissal, nas cotas batimétricas além dos 5000 e 6000 metros (como nas proximidades das ilhas da Trindade e Martim Vaz), onde a vida animal vai se tornando mais difícil, aparecem as argilas vermelhas em cuja composição encontram-se as cinzas vulcânicas, ossos de baleia, dentes de tubarão, etc.

TEMPERATURA E SALINIDADE

A grosso modo podemos considerar que na latitude de Vitória, as águas do oceano, no verão, mais especificamente, no mês de janeiro, apresentam a graduação de 25° C, enquanto que no inverno, no mês de julho, a isoterma flutua em torno de 20° C. É que a temperatura da superfície do mar acompanha, aproximadamente, aquela encontrada no ar atmosférico. Na cidade de Vitória as isotermas de janeiro e julho apresentam a mesma graduação (Costa, R.B.-1992).

Entretanto, o mesmo não ocorre à medida que se desce nas águas mais profundas. Conforme a tabela abaixo, vê-se que na latitude de 20° sul, no Oceano Atlântico (área da qual estamos tratando), foram observados as seguintes temperaturas, de acordo com as respectivas cotas batimétricas:

Metros	Temperatura
100	23°,8
200	18°,7
400	11°,3
600	6°,1
800	3°,9
1000	3°,3
2000	3°,4
4000	0°,4

(Conf. G. Schott, apud Aroldo Azevedo)

Na verdade, a temperatura das águas dos oceanos depende da latitude, da profundidade e da temperatura do ar em que as águas superficiais estão em contato.

CORRENTES OCEÂNICAS

As correntes oceânicas ou marítimas são como que “rios de águas salgadas”, apresentando temperaturas, salinidades e densidades diferentes das águas circundantes, seguindo determinada direção, percorrendo grandes extensões oceânicas ou marítimas. As correntes podem ser quentes ou frias, dependendo da sua temperatura.

O nosso litoral, desde o nordeste até próximo o sul do Brasil, sofre a influência da corrente do Brasil que vem a ser um ramo da denominada corrente sul equatorial, a qual nasce no Golfo da Guiné (África). Referida corrente passa ao lado do Estado do Espírito Santo, numa distância média de 200 quilômetros. Chegando nas costas do Estado do Rio de Janeiro, na região de Cabo Frio, dita corrente começa a desviar-se do litoral, tomando a direção sudeste, e, já na região onde se situa a desembocadura do Rio da Prata, entre o Uruguai e a Argentina, toma a direção leste, devido o encontro com a corrente fria das Falklands.

A corrente do Brasil está no grupo das correntes quentes, com temperaturas entre 13 a 18° C., com salinidade média de 28 a 33 partes por mil ou gramas por mil. Sua velocidade é de aproximadamente 01 quilômetro por hora.

As correntes oceânicas ao que tudo indica devem sua existência a vários fatores, desde as diferenças de densidade das águas, a ação eólica, a conformação das bacias marítimas ou oceânicas e ao movimento de rotação da Terra. No caso da corrente do Brasil, é bem irregular a sua direção, pois observamos que dita corrente está alinhada conforme os ventos alísios.

Em Vitória os registros meteorológicos mostram que estamos submetidos a estes ventos em grande parte do ano. Para maiores detalhes sobre o clima da cidade de Vitória remetemos o prezado leitor interessado ao nosso trabalho publicado pelo IHGES: “Adversidades Climáticas em Vitória?”.

As correntes marítimas têm grande importância no comportamento no clima de uma região, ora aquecendo, ora resfriando ou amenizando os elementos do clima. Assim, o nosso Estado está sob a influência dessa corrente em toda a sua extensão litorânea.

As correntes superficiais têm velocidade mais rápida e apresentam mais desvios no seu percurso em relação às correntes oceânicas profundas. É que as primeiras sofrem a ação dos ventos por todo tempo, enquanto as últimas não experimentam a situação da frenagem eólica, o que explicaria a maior velocidade e o maior desvio das correntes superficiais. É exatamente o que ocorre com a nossa corrente do Brasil que recebe a ação dos ventos alísios, conforme explicitamos linhas acima.

Outro fato que queremos destacar é a constatação de que as correntes profundas são submetidas a maiores atritos, devido à proximidade do relevo submarino, o que dá como consequência um maior travamento em suas velocidades.

CONCLUSÃO

Apesar de ser uma unidade da federação de área pequena — com 46.047 Km² — o Estado do Espírito Santo possui uma linha litorânea avantajada com aproximadamente 400 Km, batida pelas águas do Atlântico, o qual nos proporciona (conjuntamente com outros fatores), um clima mais ameno se comparado a outros que se apresentam em determinadas regiões brasileiras.

Quanto ao relevo submarino, tivemos oportunidade de pontuar alguns aspectos de relativa importância, ressaltando, principalmente, a ocorrência dos jazimentos de petróleo e gás natural — presentes na plataforma continental — que a cada dia vêm aumentando sua importância na economia estadual.

CONFRARIAS RELIGIOSAS NA CIDADE DE VITÓRIA

Wallace Bonicentba

Bacharel, Licenciado em História e Professor

Associado Efetivo do IHIGES

As confrarias religiosas são ricas fontes de pesquisas, guardando vínculos importantes com o passado - quer para indivíduos ou instituições. Os acervos produzidos geram espaços culturais que contribuem para dinamizar os centros históricos, tornam-se referências para moradores, pesquisadores e turistas que buscam, por meio deles, conhecer as dinâmicas de nossa sociedade.

No passado, a religião se encontrava fortemente presente no cotidiano de todos e eram raras as pessoas que não faziam parte de uma Irmandade. Estas instituições religiosas foram eficientes instrumentos de sustentação material do culto católico, substituíram o papel do clero, como agentes e intermediários da religião, arcando com os onerosos encargos dos ofícios religiosos, e, simultaneamente, gestoras e sedes de devoção. Além disso, absorveram a responsabilidade pelos serviços sociais de toda a população colonial.

Durante o período colonial, a Igreja no Brasil teve um caráter predominantemente leigo, por força da instituição do padroado: o papa havia concedido aos monarcas portugueses o direito de exercerem o governo religioso e moral no reino e nas colônias, detendo assim, o poder político e espiritual sobre os súditos e deles podiam exigir doações e taxas para a Igreja. De posse do comando da Igreja, cedido pelo Papa, eles deveriam sustentar os religiosos por meio da cobrança de dízimos. Assim, tinham também o direito de controlar a igreja e de nomear autoridades eclesiásticas.

A Igreja vinha obtendo crescente prestígio, recebendo atribuições políticas, administrativas e culturais, além do domínio espiritual. O clero, que antes se dedicava apenas a questões religiosas, passou a se envolver com assuntos do “mundo” ou *seculares*, possuindo contato com a vida profana, ligada à estrutura administrativa da igreja. Ainda no século V, surgiram as ordens regulares, constituídas por monges que se recolhiam em mosteiros, isolados do mundo, sob votos de castidade, caridade e pobreza. A consolidação da estrutura *monástica*¹ ocorreu com a criação da Ordem dos Beneditinos, por São Bento (480-547).

O clero secular (formado por bispos, padres, vigários) cuidava das paróquias das vilas e estava encarregado de ministrar os sacramentos. O clero regular – formado pelas ordens religiosas, que se incumbiam da evangelização dos nativos e a educação dos colonos. A participação dos leigos se dava de duas maneiras: de forma Coletiva, por meio das Irmandades Religiosas, e Individuais, exercendo o ofício de eremitas. O Espírito Santo possui em sua história, Pedro Palácio, considerado o primeiro dos eremitas no Brasil - desembarcou na atual cidade de Vila Velha em 1558.

As confrarias religiosas se particularizam das demais irmandades por sua forma hierárquica e restritiva, construindo laços entre os seus confrades, elevados à categoria de irmãos. Diferenciando-se de outras irmandades religiosas, como as pias uniões (Congregações marianas, Apostolados, etc.), onde os fiéis se reúnem para o incremento do culto público, e que não se constituem como agremiações, possuindo frágeis articulações entre seus membros. E nem se deve confundir com as ordens terceiras, pois são ligadas as ordens religiosas medievais (franciscanos, beneditinos, carmelitas).

A origem das confrarias religiosas remonta às antigas sociedades pagãs do período pré-cristão, que procuravam vivenciar

uma vida em grupo, praticando a caridade e a ajuda mútua após a morte, através dos sufrágios. Durante o período medieval, criou-se uma significação religiosa das confrarias, que reuniam homens de uma mesma condição social para o culto dos santos e relíquias, seguindo os moldes das corporações de ofícios.

A devoção ao mesmo santo significava a unidade dos irmãos na proteção dos interesses comuns. As confrarias estabeleciam assim uma vida religiosa coletiva: culto aos santos, manutenção da capela e assistência aos irmãos, conforme definidos em seus compromisso ou estatutos. As pessoas tornavam-se membros de uma confraria atraídos pela devoção e benefícios por ela oferecida, sendo as exéquias dos irmãos uma de suas principais funções.

As confrarias possuem Estatutos ou Compromisso próprios e realizam suas assembléias, elegem a sua diretoria - mesa provedora e constitui capelão para as suas atividades religiosas: rezar missas, distribuir sacramentos, e fiscalizar a decência do culto. O caráter leigo da associação não permite a ingerência direta de padres e capelães. Eles prestam serviços à confraria. Durante o período colonial e imperial, as confrarias ficavam subordinadas ao rei.

O patrimônio é fator importante na organização das confrarias, formado gradualmente com as contribuições sociais, provenientes fiscais - concedidas pelas autoridades governamentais ou com as deixadas por morte e herança. Quando não se tinham templos próprios, o culto era realizado em pequenos oratórios ou em altares laterais de outras igrejas para cultuar seu santo protetor. Conforme suas disponibilidades erguiam a capela do seu patrono.

O ocidente cristão, dominado pela idéia da ação social e da religião prática, conheceu infinitas modalidades de confrarias. Umhas estritamente devocionais, outras com fins sociais definidos e ainda outras de caráter misto. Além de constituírem associações destinadas a pratica de obras de caridade (hospitais, asilos e

cemitérios), as irmandades religiosas desempenharam papel de fundamental importância no processo de ascensão social e de aculturação.

As confrarias religiosas, uma das poucas formas de associações permitida à população não-branca no período colonial, contribuíram para aumentar o sincretismo religioso. Essas irmandades buscavam diminuir o abismo existente entre as diferenças culturais e adequar todos a uma sociedade de escravos e senhores, de “negros” e de “brancos”. As procissões mostravam claramente aos olhos da população como a sociedade estava organizada, pois nas procissões as cores não se confundiam.

As irmandades de negros eram organizações socialmente aceitas e proporcionavam ao “homem de cor” um instrumento para enfrentarem situações de injustiça e sofrimentos. Não transformavam e nem mesmo tentavam por fim a escravidão, mas na medida de suas possibilidades, procuravam diminuir seus malefícios, com a compra e distribuição de cartas de alforria aos irmãos associados.

As irmandades não trabalhavam de graça para seus membros, que às sustentavam por meio de jóia, quantia paga pelos admitidos, anuidades, esmolas coletadas periodicamente, rendas de propriedades e legados em testamentos.

Todos os recursos obtidos eram gastos nas obrigações para com os irmãos e em caridade pública; na construção, reforma e manutenção de suas igrejas, hospitais e cemitérios; na compra de objetos de culto, como imagens, roupas, bandeiras, insígnias; nas folhas de pagamento de capelães, sacristãos e funcionários; e, não pouco, nas despesas com as festas anuais.

As confrarias no Brasil tiveram sua fase áurea no período colonial e perduram fortalecidas ainda na época imperial. Já na fase republicana, com a desvinculação da Igreja e Estado, esse

tipo de associação passou a ser preterida pela Igreja, que começou a estimular um novo tipo de associação mais vinculada ao clero.

A sociedade leiga vai criando e/ou fortalecendo outros tipos de associações desvinculadas do clero, como as lojas maçônicas, que conheceram grande expansão no Brasil, após a independência (1822). Em suas reuniões, os confrades maçons discutiam ações que buscavam eliminar as marcas da sociedade colonial, participando de ações práticas, interferindo no mundo político, econômico e religioso. No Espírito Santo, passou a ser representada de modo contínuo a partir de 1872, com a fundação da Loja União e Progresso em Vitória.

Após a década de 1960, com Concílio do Vaticano II, a Igreja, por meio das Comunidades Base, passou a estimular os movimentos populares, a organização dos leigos através de pastorais, grupos de jovem, associação de moradores, sindicatos e partidos políticos. Os templos foram remodelados; imagens, altares laterais e vitrais retirados, buscando uma igreja “menos supersticiosa” e mais “cristo-centrista”.

As ordens terceiras, presente em Vitória, foram ligadas a ordens conventuais: franciscana e carmelita. Os primeiros membros da Ordem Regular de São Francisco chegaram, em Vitória, em 1589. Em 1591, iniciaram a construção do Convento de São Francisco. Além da igreja, possuíam o claustro com dependências necessárias ao monastério e a Capela da Ordem Terceira da Penitência.

A Ordem Terceira da Penitência era constituída por homens brancos, ricos e “senhores” influentes da sociedade local. Sua capela abrigou várias irmandades entre elas à de São Benedito. A partir do século XIX, o convento foi ficando ocioso e as autoridades civis passaram requisita-lo para diversas finalidades, como local de escola elementar e enfermaria para atender vítimas das constantes epidemias que atacavam a cidade. Os superiores da Ordem de São Francisco entregaram o convento, para a administração da Mitra

Diocesana, em 1898. Com a desativação do monastério, também houve a extinção da Ordem Terceira.

A Ordem dos Carmelitas Calçados ou Ordem do Carmo chegou ao Espírito Santo em meados do século XVII, construído o Convento e a Igreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo, onde não residiram muitos frades e a situação se agravou com a medida do Ministro da Justiça, Nabuco de Araújo, que determinava o fechamento de noviciados em 1855. Ao lado do Convento, ficava a capela da Ordem Terceira do Carmo, composta por militares de alta patentes, ricos comerciantes e fazendeiros. Das capelas da província “*a mais bonita que visitei*”, registrou D. Pedro II, em seu diário de viagem ao Espírito Santo, em 1860.

Em 1872, estando o convento em abandono, os carmelitas permitiram que o governo instalasse no antigo monastério o quartel da Companhia de Infantaria, em 1872. Anexado aos bens da diocese do Espírito Santo nela se instalou a residência do bispo diocesano. Dom João Batista Nery mudou-se para o Carmo em 1897 e criou nas dependências do antigo convento, o Ateneu Diocesano, transferido para o Convento da Penha em 1899.

O Bispado construiu o Palácio Episcopal, nas imediações da Catedral, para ser a nova residência, e, nas dependências do “Carmo”, criou um internato feminino, Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, entregando a administração do educandário às Irmãs de Caridade Filhas de São Vicente de Paulo (Vicentinas).

Na primeira década do século XX, conduziu-se uma reforma no interior do Colégio, instalando ali o orfanato Coração de Jesus, e mais tarde o Externato São José. No final da década de 1960, a escola foi desativada.

A Igreja de Nossa Senhora Auxiliadora recebeu profundas modificações arquitetônicas em 1913. Na ocasião também foi demolida a capela da Ordem Terceira. Com o fim do Colégio de Nossa Senhora Auxiliadora, no final da década de 1960, o imóvel passou a abrigar

apenas a Capela da Medalha Milagrosa. Atualmente, aberta a ofícios religiosos e administrada pela Cúria.

Da antiga Capela da Ordem Terceira do Carmo saíam duas grandes procissões: a do Senhor dos Passos, realizada na primeira quinta-feira da quaresma, e a procissão do Triunfo, realizada na sexta-feira que precedia o domingo de Ramos, ou neste dia, conforme permitisse o tempo.

Das confrarias religiosas ainda presentes em Vitória, possuem atividades regulares as seguintes confrarias: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, a de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção e a de São Benedito do Rosário.

A primeira Confraria a ser constituída foi a da Irmandade da Misericórdia, em 1545, tendo como primeiro consistório, em Vila velha, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. No ano de 1595, constitui a sua Casa da Caridade, que se confunde com a própria Irmandade. Transferiu-se para a vila de Nossa Senhora da Vitória no princípio do século XVII.

A elevada mendicância e o desemprego decorrentes do grande número de aventureiros frustrados com as empresas marítimas e com a decadência da agricultura, assim também o aumento do número de viúvas, órfãos, parentes desamparados de aventureiros que ficavam no ultramar e inválidos das empresas e expedições, foram os elementos responsáveis para que associações filantrópicas se proliferassem em Portugal.

Em abril de 1498, o rei de Portugal, D. Manuel I, seguiu para Castela, Espanha. Para governar Portugal, enquanto o monarca permanecesse longe de seus domínios, a Corte conduziu ao trono sua irmã D. Leonor Lancastre, viúva de D. João II. Neste período, que surgiu a instituição da Misericórdia, a maior obra de benemerência nascida em Portugal e precursora de todas as irmandades da Misericórdia, criadas nas cidades, vilas e domínios de Portugal.

A instituição da Misericórdia de Lisboa ocorreu em cerimônia na capela de Nossa Senhora da Piedade, da Sé de Lisboa. O seu primeiro Compromisso, aprovado em 1500, tornou-se modelo para todas as demais Misericórdias. Desde seu primeiro Compromisso, ficaram expressas as quatorze obras de caridade a serem praticadas pelos irmãos, sendo sete espirituais e sete corporais.

As obras espirituais eram: ensinar os ignorantes, dar bons conselhos, trazer ao bom caminho os que cometem erros, consolar os tristes, perdoar a quem nos ofende e sofrer as injúrias com paciência e rogar a Deus pelos vivos e mortos. E as obras corporais respeitavam a seguinte ordem: visitar os presos e libertar os cativos, curar os enfermos, vestir os nus, alimentar os famintos, dar de beber a quem tem sede, abrigar os viajantes e os pobres e, sepultar os mortos.

Os membros da *Irmandade de Nossa Senhora, Mãe de Deus, Virgem Maria da Misericórdia*, tinham como obrigação, recolher e curar os enfermos pobres, acompanhar os culpados sem defesa aos tribunais e subir ao lado deles os degraus do patíbulo – lugar onde os condenados sofrem a pena de morte. Às donzelas “infelizes” eram entregues dotes para seus casamentos; às viúvas pobres proporcionava-se auxílio oportuno; aos órfãos, recolhimento e educação; aos peregrinos necessitados - pousada e socorro; aos cativos, resgate e transporte para a pátria natal; aos mortos, sem meios para o sepultamento, preces e sepultura.

Normalmente, quando se fundavam vilas e cidades nos domínios portugueses, instituía-se logo a Irmandade da Misericórdia, sem necessariamente possuírem hospital, limitando sua ação a cuidar dos presos e feridos, enterrar os mortos, etc. Logo, no período colonial brasileiro, a beneficência começou a se revelar em algumas povoações. A essas ações humanitárias, chamou-se de Santa Casa de Misericórdia, ou simplesmente Misericórdia, ou Santa Casa.

E é tradicional, com a autoridade de historiadores, que a Santa Casa de Misericórdia do Espírito Santo foi fundada em 1545, sendo a segunda do Brasil, como é a primeira a Santa Casa de Misericórdia de Santos, fundada em 1543. De tradição também é que da Misericórdia aqui instituída, foi capelão o Padre José de Anchieta [...]²

Pouco se conhece sobre a ação da Irmandade da Misericórdia no Espírito Santo durante o período colonial, devido à ausência de documentos. Na inesgotável fonte de pesquisa, “*A Irmandade e a Santa Casa da Misericórdia do Espírito Santo*”, os historiadores Affonso Schwab e Mário Aristides Freire deduzem que os documentos preciosos da época colonial estejam no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal, em virtude da ordem do Governo Central, final do século XVIII, em recolher os documentos para se escrever a História do Brasil.

Em sua “Memória Estatística”, o Presidente da Província Inácio Acioli de Vasconcelos informa que a Igreja e Casa da Caridade da Misericórdia na Vila de Vitória foram principiadas antes de 1605 e que o Hospital da Misericórdia era magnífico para a terra.

[...] a casa é térrea e forma um quadrado de cento e sessenta palmos de lado: a área da mesma figura de cinqüenta e cinco palmos de lado com uma porta principal e oito janelas envidraçadas em cima de um morro de cento e cinqüenta palmos acima do mar isolada e com seu cemitério amurado a cento e cinqüenta braças distantes, forma agradável perspectiva, sendo os alicerces próprios para sustentar um ou dois andares de sobrado³

Por Alvará Régio de 1º de junho de 1605, a Misericórdia do Espírito Santo recebeu os mesmos privilégios concedidos à de Lisboa, entre os quais, a garantia de não haver intervenções de fora na sua gestão. Em 1618, foi aprovado um novo Compromisso da Misericórdia de Lisboa que regeria todas as demais Misericórdias do reino português. Em 1674, o Coronel Francisco Gil de Araújo,

adquiriu a Capitania do Espírito Santo, aqui desembarcando em 1678 e permanecendo por quatro anos. Entre suas realizações, está o pagamento de dívida da Misericórdia de Vitória com a de Lisboa e a reedificação da Casa de Misericórdia em Vila Velha.

A casa da Misericórdia que não se viam mais que os vestígios, mandou V.S. levantar, ficando perfeítíssima, aqui mandou V.S. dar sepultura decente aos ossos do primeiro Donatário Vasco Coutinho que soterrados em uma arca ainda se conservam reliquias deles.⁴

A irmandade da Misericórdia realizava os sepultamentos de irmãos, homens livres pobres, escravos, pagãos, excomungados e condenados à pena capital. A Misericórdia do Espírito Santo foi também responsável pela vinda de órfãs de Portugal para aqui se casarem.

Na vila da Vitória há um hospital militar e um pequeno hospital civil. Quando de minha viagem, planejara-se reuni-los, desejando-se instalá-los sobre o morro que se eleva a pequena distância da cidade, bem no extremo ocidental da ilha. Seria impossível escolher posição mais favorável, pois os ventos de nordeste desta região é que afastarão, precisamente, da cidade, as emanações nocivas.⁵

O governador Francisco Alberto Rubim (1812-1819), ao assumir a Capitania do Espírito Santo, encontrou a Casa de Misericórdia parada, em decorrência da falta de recursos. Tomou a providência de encaminhar a D. João VI, requerimento de “lavradores e negociantes” de Vitória, para construírem na Vila um hospital, a fim de atender os enfermos pobres. A sua manutenção seria por meio de contribuições, retiradas das exportações, realizadas pelos portos de Vitória.

Em 1818, foi autorizada a criação de um Hospital de Caridade, sob a inspeção da Irmandade da Misericórdia. O local escolhido para instalação do Hospital foi a sede da fazenda

“Campinho”, doada por D. Maria de Oliveira Subtil. A fazenda compreendia a região do atual Parque Moscoso, Vila Rubim e Praça Misael Pena. O “casarão”, sede da fazenda, possuía as dependências necessárias para o funcionamento de um hospital. De posse das doações recebidas, pôde a Irmandade iniciar a construção do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Vitória.

A renda para as despesas do hospital era obtida através de contribuição de comerciantes locais, apólices, alugueis de prédios de sua propriedade, da venda e alugueis de esquifes, doação por heranças, esmolos, e do pagamento recebido dos doentes não-indigentes, e uma dotação anual concedida pelos cofres públicos. Além disso, beneficiava-se diretamente da arrecadação de imposto marítimo.

A maior parte do patrimônio da Misericórdia era proveniente de heranças. Através de doação direta ou com algumas condições, como por exemplo, a obrigação da irmandade em celebrar determinado número de missas durante o ano. O testamento do comerciante Luiz Antônio da Silva, considerado o grande Benemérito da Irmandade da Misericórdia, falecido em 1828, é um exemplo marcante:

Dispôs sobre missas de ‘corpo presente’ durante 15 dias após sua morte. O corpo seria levado por dois pretos, sem mínima pompa à Igreja onde tivesse que ser sepultado, transportado em uma rede já reservada para isso. Entre várias capelas de missa deixou uma pelas pessoas com quem negociara. Insistindo pelas duas missas, às 11 horas e ao meio dia, dispôs que, não atendido nesse ponto, a herança passaria para a irmandade do Sacramento. As casas de sua residência, que consistia em duas moradas, seriam para a criação da ‘Roda dos Expostos’.⁶

Os testamentos eram “fiscalizados” pelas demais irmandades, que poderiam ver seus patrimônios aumentados com algum descuido das irmandades beneficiadas. Um exemplo, a fazenda Piranema, doada no século XVII aos Carmelitas, que

deixando de cumprir as obrigações determinadas em testamento, no século XIX, teve seu imóvel requerido pela irmandade da Misericórdia. Em 1883, a fazenda e seus escravos foram confiscados pelo Ministério do Império.

[...] o Capitão Manuel Tórres de Sá, legara em testamento datado de 1696, sua fazenda com engenhos de cana, situada em Piranema, e mais de trinta escravos, assim como a Capela existente de N. S. do Desterro. Estabelecera a condição de serem celebradas missas por sua alma e festejar-se, todos os anos, solenemente, o patriarca São José, no dia 19 de março. Reverteriam à Santa Casa todos os bens enunciados, caso não se cumprissem as cláusulas testamentárias.⁷

O Hospital tratava de pacientes reconhecidamente pobres. O tratamento de escravos era cobrado de seus senhores. Do cardápio faziam parte: carne verde, pão e rosca. Para amamentar as crianças órfãs, eram trazidas índias de Nova Almeida. Sem condições de abrigar órfãos por muito tempo, a irmandade os entregava aos cuidados de particulares, e contribuindo com despesas com os mesmos.

Além de assistência aos órfãos, a confraria da Misericórdia, prestava assistência a presos, levando alimentos, roupas e ajuda médica. A Irmandade da Misericórdia possuía o monopólio do aluguel de esquifes para o transporte dos mortos. O hospital possuía cemitério próprio anexo a ele, o que acabou se tornando um sério problema quanto à higiene do local.

Para aumentar a sua renda, em 1845, a irmandade permitiu dobres de sinos, tanto do hospital quanto da igreja, pela morte de qualquer pessoa, desde que a família pagasse. Em 1868, voltou-se a proibir os sinais de sino, pela morte de pessoas estranhas à Irmandade, reservados exclusivamente aos irmãos e esposa ou repiques pelos filhos.

Não sendo mais possível à Santa Casa atender às constantes vítimas de epidemias, os irmãos da Misericórdia construíram, em 1855, um dispensário na Capixaba. O hospital militar extinto em 1870 e seus utensílios foram transferidos para Santa Casa da Misericórdia.

Em maio de 1900, chegaram a Vitória as Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo, para assumir a função de enfermeiras do Hospital. As primeiras irmãs a chegarem foram: Luiza Pirnay - Superiora, Vicência, e Maria – que faleceu logo ao chegar vítima da febre amarela, e que foi substituída pela Irmã Apolline.

A presença das irmãs fez com que a Irmandade criasse, em 1905, um orfanato na própria Santa Casa, com a denominação de Santa Luiza, e obtém em 1924, do Presidente de Estado, Dr. Florentino Ávidos, o Palácio Santa Clara, para nele instalar orfanato.

Por requerimento do provedor Eurico Borges de Aguiar (1929), a Irmandade da Misericórdia, obteve terrenos no bairro Bomba, local onde em 1947 foi instalada a “Obra Social Santa Luiza”. Em 1966, a criação da Escola Superior de Ciência Médica, o orfanato Santa Luiza foi desativado e em seu prédio instalado a EMESCAM - Escola de Medicina da Santa Casa de Misericórdia.

Forte era a participação na Irmandade dos membros da Maçonaria que buscavam por meio dela realizar obras de caridade e romper os velhos preconceitos. O Provedor deveria ser pessoa de boa posição social e de posses, deveria ainda, defender a Misericórdia contra as incursões de autoridades civis e eclesiásticas nos privilégios da irmandade. Dispunha de certos privilégios, mas, em todos os assuntos relacionados à política, de despacho de petições e transações financeiras deveria obter o acordo com a maioria dos mesários. Para assegurar a correta aplicação dos bens da irmandade, deveria mensalmente realizar visitas aos necessitados atendidos pela Irmandade da Misericórdia.

A Mesa contava ainda com o escrivão possuindo a função de supervisionar a contabilidade e atas de reunião e os mordomos, eleitos dois por mês, com objetivo de realizarem as tarefas de caridade (mordomo de fora) ou de recolher esmolas e outras ofertas (mordomo de capela). Os demais membros da irmandade se dividiam em realizar visitas a doentes, hospitais, distribuição de alimentos, remédios, roupa e dar conforto espiritual.

Na Igreja da Misericórdia, ficava o capelão que rezava as missas cantadas, fazia as pregações e acompanhava enterros. A partir de 1829, começou-se a celebrar também, missas na capela do Hospital da Misericórdia, sendo seu primeiro capelão Frei Joaquim de São Sebastião.

Em 1906, realizou-se a última reunião da irmandade na tradicional Igreja da Misericórdia, localizada na cidade-alta. Vendida ao Governo do Estado, foi demolida em abril de 1911, sendo construído em seu lugar o prédio do Poder Legislativo Estadual do Espírito Santo, que ali funcionou até o ano de 2000. Os ofícios religiosos transferidos para a igreja do hospital.

A irmandade da Misericórdia realizava a procissão de Santa Isabel, após o ritual religioso abriam-se às portas do hospital para visitação pública aos doentes. A festa ficava condicionada ao estado de conservação do hospital. A Irmandade também organizava as procissões do Enterro, e em novembro eram realizados ofícios pelos finados e o de São Martinho, que estava prescrita no Compromisso. Outra procissão patrocinada pela Misericórdia, que circulou pelas ruas de Vitória, até no final do século XIX, foi a procissão dos Fogaréus.

A Santa Casa (hospital), quase centenária já não correspondia às necessidades da população. Suas condições higiênicas eram precárias. Era necessário aplainar e ganhar área maior no morro, que a providência implantara naquela belíssima curva do fim da rua do Comércio. O rebaixo

do nível da colina proporcionaria material para o aterro do Campinho e área maior para pavilhões hospitalares. A rocha que se encontrasse e as sobras de terra seriam aproveitadas para novo logradouro, ganho ao mar, fronteiro à ilha do Príncipe.⁸

Em 1908, o provedor da Irmandade, Wlademiro Fredesso de Oliveira, e o Presidente do Estado, Jerônimo Monteiro, iniciaram o processo para a construção de um novo prédio para o hospital da Santa Casa da Misericórdia. Esse processo começou a partir da escolha do local a ser erguido, cogitou-se para tanto a utilização dos antigos alicerces do hospital projetado no governo de Muniz Freire, na Praia do Suá, ou a construção na Ilha do Príncipe. Ambas as hipóteses foram descartadas por serem locais de difícil acesso para a época.

A 30 de maio de 1910, ficou definitivamente, resolvido que o Hospital seria levantado, no mesmo local. Já se havia, porém providenciada grande quantidade de material, para as respectivas obras. Celebrou, então, o Governo fez um acordo com a Santa Casa e lavrou-se o Contrato da construção com o arquiteto-construtor André Carloni.

Para a reconstrução da Santa Casa da Misericórdia, as irmãs e os doentes foram transferidos para o velho Convento de São Francisco, cedido pela Irmandade de São Benedito. O orfanato mudou-se para a Chácara Monte Belo, em maio de 1910. Mesmo porque a varíola exigia o seu isolamento. Em 17 de setembro de 1910, após o preparo do terreno (corte do morro) para aumento da área de construção, procedeu-se, em magnífica solenidade, o lançamento da pedra fundamental do pavilhão maior, cuja frente domina o cenário da Cidade.

O corte do morro, em parte formado de granito, encareceu muito toda a obra, além disso, foi preciso fazer-se uma grande muralha de sustentação, com balaustradas, em torno do morro. Com a terra do corte, conquistou-se, ao mar, uma área superior a dez mil metros quadrados, fronteira à ilha do Príncipe, e fez-se um grande cais, o da Santa Casa, hoje desaparecido.

Ficou a Santa Casa composta de oito pavilhões: um central cuja planta era do notável arquiteto, Dr. Ramos de Azevedo, e destinado à Administração, à Capela, à residência das Irmãs e à enfermaria dos membros da irmandade; quatro laterais, para enfermarias comuns; um, para a sala de operações; um para lavanderia e um, para necrotério.⁹

A falta de recursos, quase constante nas últimas décadas do século XX, aliada à falta de consciência e de espaços para a preservação de sua memória, a Irmandade da Misericórdia viu o seu patrimônio histórico se perder, como os retratos pintados a óleo de: Padre Joaquim de Santa Maria Magdalena Duarte, Governador Rubim, Torquato Caetano Simões (assinado por Muniz Barreto), Tenente-Coronel Alpheu Monjardim, Francisco Godofredo Augusto Jongnell, Irmã Luiza Pirnay, Wlademiro Fredesso de Oliveira e outros. Também desapareceram documentos, móveis e objetos importantes relacionados à história da medicina e do Espírito Santo.

Já em janeiro de 1933, foi realizada a reformulação do Compromisso, agora Estatuto, para se adaptar aos novos tempos, tornava-se Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vitória.

Atualmente, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia é composta por um número ilimitado de irmãos. Podem fazer parte dela qualquer cidadão no gozo de seus direitos, maior de 21 anos de idade, possuidor de conduta moral ilibada. O pedido de admissão deverá ser feito por escrito, encaminhado ao Provedor, com a apresentação de dois irmãos para serem aprovados pela Mesa administrativa.

A ISCMV, originariamente existente apenas para a prática da caridade, é uma associação beneficente, sem fins lucrativos e tem por finalidades:

I - A prática da caridade;

II - A assistência médica e social aos que dela venham necessitar;

III - Manter um Hospital Central, denominado Santa Casa de Misericórdia de Vitória, bem como o Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Colatina, no qual recebam assistência médica, social e hospitalar aos enfermos necessitados.

IV - Prestar assistência médico-social e hospitalar a seus associados, de acordo com este Estatuto.

V - Criar e/ou manter entidades ou unidades assistenciais no setor educacional e/ou de pesquisa;

VI - Criar e/ou manter estabelecimento de ensino dos níveis médio e/ou superior;

VII - Criar e/ou manter entidades ou unidades assistenciais próprias no setor médico hospitalar.¹⁰

Quando da transferência da sede da Capitania para a Vila Nova, foi necessária a construção da sede da Igreja, e assim o fez Vasco Fernandes Coutinho, dando início a igreja de Nossa Senhora da Vitória. Nas celebrações realizadas na matriz, tinham lugares às autoridades locais, funcionários públicos, senhores de posse e pessoas livres. As missas, batizados e enterros ali realizados eram exclusivos para os “mandatários”. A igreja matriz foi consistório de diversas irmandades, tendo como destaque a Irmandade do Santíssimo Sacramento, composta pela elite branca da cidade.

As irmandades brasileiras distinguiam-se das européias por dar maior importância às categorias raciais e sociais, não se organizando em torno de afinidades profissionais (irmandade de sapateiros, carpinteiros, etc.). Em terras onde imperou o sistema escravista desfavorável ao florescimento de profissões exercidas por homens livres, as associações tinham, sobretudo, caráter étnico. Por exemplo, as irmandades: Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, composta por negros escravos; do Santíssimo Sacramento e ordens terceiras, formadas por homens brancos de elite e cristão-novos; já a irmandade da Boa Morte e Assunção congregavam pardos e negros alforriados.

A finalidade específica das irmandades do Santíssimo Sacramento é fomentar e incentivar o culto à eucaristia. Em conjunto com o clero, organiza a procissão do Corpo de Deus, a maior procissão celebrada durante o ano, conhecida também como “Procissão do Triunfo Eucarístico”.

Por sua ligação com o culto eucarístico, a irmandade era reservada apenas aos homens brancos, congregando em geral figuras da elite local. Estes possuíam lugar de destaque, pois se posicionavam ao lado do ministro sacerdotal, e próximo ao Santíssimo, local de destaque e dedicado somente aos “homens puros”.

A Irmandade do Santíssimo Sacramento de Vitória, já existia no ano de 1828, pois ficariam para ela os bens deixados por Luiz Antônio da Silva, caso a Irmandade da Misericórdia não realizasse desejos testamentários. Mas no atual estatuto da irmandade do Santíssimo consta como data de sua fundação o ano de 1864.

A Irmandade possuía um altar lateral na Catedral de Vitória. Na década de 1970, o altar foi demolido e os documentos que ali eram guardados desapareceram.

Os “irmãos do santíssimo” possuem o direito de sepultamento no cemitério próprio da irmandade, localizado no bairro Santo Antônio, onde possui diversas lápides do século XIX - verdadeiras obras de arte e uma rica fonte de pesquisa para a história social do Espírito Santo.

As confrarias dos negros eram organizações aceitas e protegidas pela opção pessoal de reis e eclesiásticos que proporcionavam aos escravos um instrumento para enfrentar situações de injustiça e sofrimentos. Não transformavam e nem mesmo tentavam pôr fim à escravidão, mas na medida de suas possibilidades, procuravam diminuir seus malefícios, com a compra e distribuição de cartas de alforrias. Além de contribuírem para aumentar o sincretismo religioso, tornou-se espaço de solidariedade.

Durante os longos anos de escravidão no Brasil, milhares de negros foram trazidos da África. Povos de usos e costumes diversificados, os negros eram adoradores de divindades próprias,

peculiares à sua região e desconhecidas em outros países. Retirados da África e trazidos para o Brasil, tiveram as suas crenças e os seus cultos perseguidos. Todo o seu rico e variado ritual – com suas práticas mágico-religiosas e mágico-rituais – foi considerado bárbaro pelo branco, e toda a galeria dos seus deuses - Orixás (Ogum, Xangô, Iansã, Iemanjá, Oxalá, Oxossi, Obatalá, etc.) – foi desmoralizada e proibida.

Os negros impedidos de suas práticas religiosas procuraram disfarçar os sentimentos de fé, realizando sincretismos entre as suas divindades e os santos cristãos católicos.

São Benedito e Nossa Senhora do Rosário são santos dos Negros de procedência banto. Necessitando acomodar-se à situação, para não serem castigados por suas práticas e costumes, que requeriam complicados e vistosos rituais, cantos, rezas, expressões coreográficas e sentimentalismo religioso, pio, caridoso, os Negros encaminhavam-se por duas direções predominantes: a religiosa e a recreativa.

As devoções a São Benedito e a Nossa Senhora do Rosário já vieram prontas do Congo africano, por obra dos missionários europeus, principalmente portugueses. Proliferaram no Brasil, pois, as Irmandades e Confrarias dos Negros, as festas de coroação dos reis etc. É que, assim, ninguém os perseguia.¹¹

Três foram as confrarias compostas por negros que se destacaram por suas ações em Vitória: Irmandade São Benedito do Convento de São Francisco, Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e Irmandade de São Benedito dos Homens Pretos do Rosário.

Sobre a presença de negros no Espírito Santo assevera o professor Cleber Maciel:

“pode-se dizer que a importação direta de africanos para esta capitania data de fins de 1621. Entretanto já havia escravos africanos antes. Talvez em 1540, com o início do plantio de cana-de-açúcar. Pode-se afirmar sua presença, com certeza desde 1550”.¹²

Os negros possuíam dois espaços para a devoção cristã, a Irmandade de São Benedito, que vivia sob a tutela do Guardião do Convento de São Francisco e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, criada no século XVIII, que promovia entre os negros uma união mais duradoura contra a escravidão. A primeira irmandade composta por negros em Vitória foi a Irmandade de São Benedito, formada por escravos do Convento de São Francisco e teve como consistório a capela da Ordem Terceira da Penitência.

Registra-se que a devoção a São Benedito chegou ao Brasil no século XVII, sabendo-se que, na Bahia, em 1686, já existia uma Irmandade do Beato Benedito, cujos estatutos foram enviados, naquele ano, para Roma. Infelizmente, não se pode precisar, com exatidão, a data em que se fundou, em Vitória (ES), a irmandade com seu nome, mas é de ajuizar-se ter sido posterior a 1686.¹³

O culto a Nossa Senhora do Rosário no Espírito Santo, precedeu a escravidão, porque remonta à chegada do primeiro donatário à Capitania, em 1535, quando mandou construir na então Vila do Espírito Santo uma capela sob essa invocação.

A origem da devoção a Nossa Senhora do Rosário surgiu no século XIII, instituída por São Domingos, fundador da Ordem dominicana. As confrarias do Rosário, inicialmente, compunham-se de pretos e brancos; com o passar dos tempos, dividiram-se em Rosário dos Brancos e Rosário dos Pretos.

Em 23 de julho de 1765, foi doado a Irmandade pelo capitão Felipe Gonçalves dos Santos, sua filha Bernardina de Oliveira e seu genro alferes Inácio Fernandes Rebelo, um terreno para construírem o seu templo religioso. Em setembro do mesmo ano conseguiu a irmandade a autorização episcopal para dar início à construção da igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Fazer parte de uma Irmandade do Rosário dos Homens Pretos, no Espírito Santo, a exemplo de outros lugares do Brasil, era para os escravos um recurso de pseudo ou passageira liberdade, de ter garantia de sepultura em lugar sagrado, de participar das atividades religiosas, de poder ajudar na promoção de alforria para outros negros. Tudo feito em conjunto com outras atividades como a Puxada de Mastro, Reisado, Congo, revivendo e reconstituindo parte da vida na África.¹¹

A irmandade promovia mensalmente, no primeiro domingo de cada mês, a procissão do Rosário. Era seguida por batuques e se seguia noite adentro, com muita agitação. Em 1885 foi proibida a sua realização, considerada por demais profana.

Os irmãos do Rosário cuidavam de seus mortos, dando-lhes sepultamentos no cemitério que ficava contíguo à igreja. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário deixou de existir, no início do século XX.

A igreja de Nossa Senhora do Rosário passou a ser administrada pela Irmandade de São Benedito do Rosário - organizada a partir de 1833. O templo tornou-se depositário da história dos negros e da luta pelo respeito racial. Com o passar do tempo, tornou-se o local de encontro de negros, brancos pobres e de alguns profissionais liberais. Foi consistório de várias irmandades que ali mantinham em altares laterais as imagens de seus santos padroeiros.

A Irmandade de São Benedito do Rosário foi formada por membros da irmandade do Rosário e dissidentes da Irmandade de São Benedito do convento de São Francisco. O cisma entre os devotos de São Benedito é um dos episódios mais peculiares da história regional do Espírito Santo.

A 27 de dezembro, a Irmandade de São Benedito acompanhada por devotos, saía em procissão com a imagem do patrono percorrendo as ruas de Vitória, vestidos em suas roupas distintivas, capas (mantelete verde) e os demais devotos portando suas melhores roupas.

Na festa do Santo, em 1832, Frei Manuel de Santa Úrsula, guardião do convento, devido a uma persistente chuva de verão, achou por bem impedir a saída da imagem do santo em procissão.

Apesar dos argumentos dos devotos, de que a chuva não atrapalharia a procissão e acreditando que a saída da imagem pudesse fazer cessar o temporal, o guardião ficou irredutível, deixando desautorizadas as autoridades da Irmandade diante dos olhares de todos.

Após os festejos, a irmandade se reuniu pra discutir as providências que poderiam ser cabidas diante dos acontecimentos. Na reunião da irmandade, compareceu o Frei Manuel de Santa Úrsula, que acabou expulsando a Irmandade de São Benedito do seu convento.

Num gesto de rasgada brutalidade talvez, - manda que os escravos daquela casa pia ponham fora da sala onde se guardavam, atirando-os no adro do Convento, as opas, os bancos, as varas, tocheiros, lanternas, bandeiras, estandartes e mais pertences da secular instituição.¹⁵

O episódio dividiu a irmandade, alguns consideravam atitude do frei compreensiva e outros se sentiram profundamente feridos em sua devoção. Estes desejavam retirar da proteção dos franciscanos a imagem de São Benedito e colocá-la na igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.

Pelo Porto dos Padres, vêm disfarçadamente a três indivíduos, que passam para a Rua da Lapa, sobem a Ladeira dos Frades, também conhecida pelo nome de Ladeira do Mestre Rafael, rumam para a Igreja e rentes às paredes, entram ligeiro no templo, e furtam o santo. Antônio Motta, um africano, segura a imagem do santo de Palermo, e Elias de Abreu, um crioulo, estes dois libertos, juntamente com Domingos do Rosário, enrolam a imagem em uma toalha e fogem rapidamente, em aligeirada carreira.

Mas não conseguiram fazer o furto sem testemunha. De suas casas, ou de onde estavam, testemunhavam o tenente Antonio Augusto Nogueira da Gama, e o capitão Francisco Rodrigues de Barcellos Freire.

Quando o trio chega ao largo da Conceição, começam a repicar os sinos

do Rosário, e outros engrossam o bando, que se avoluma. Na igreja do Rosário, onde repicam os sinos festivamente, estão muitos irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, e maior número ainda, de Irmãos da Irmandade de São Benedito, aqueles mesmos irmãos que tinham sido tão singularmente expulsos do Convento de São Francisco, no ano anterior.

Na igreja de Nossa Senhora do Rosário, foi a imagem do glorioso São Benedito recebida ao som de vivas e foguetes. Não descansam os irmãos de São Benedito, e formam uma guarda unida e fiel, que durante largo período, de sentinela ficaram, para que não pudesse aquela venerada imagem, ser dali retirada.¹⁶

Não foi possível, ainda, precisar o ano da constituição legal da irmandade de São Benedito do Rosário, que adotou como opa, um mantelete de cor azul, e nem se houve, no ano de 1833, procissões com a saída de alguma das imagens do santo, devido ao clima de tensão que vivia a cidade. A população de Vitória era formada por quarenta por cento de negros.

A cidade se dividiu em territórios: de Peroás - apelido aplicado aos membros da irmandade de São Benedito do Rosário e Caramurus - os membros da irmandade de São Benedito do Convento de São Francisco. Da região da Capixaba até parte do largo da Conceição (atual rua Sete) era formada por Peroá. Pelos lados do Campinho (atual Parque Moscoso) era totalmente Caramuru.

Pela legislação eclesiástica, não poderia haver na mesma paróquia duas irmandades sob a mesma invocação. Para apaziguar os ânimos, permitiu-se aos dois grupos a realizarem sua devoção, transferindo semestralmente o direito de devoção, entregando a cada irmandade a Vara, insígnia da devoção e do direito a prestar o culto ao patrono.

As duas irmandades passaram, então, a dividir o ano: - De primeiro de janeiro até o dia de Corpus Christi, a vara ficava com os caramurus, e, dia

seguinte até o final do ano, a mesma passava às mãos dos peroás. Os caramurus, durante seis meses, iluminavam a fachada da igreja do convento, sendo os maiores festejos realizados no Domingo do Espírito Santo, os dois dias seguintes eram consagrados ao Menino Deus e a São Benedito, respectivamente, saindo na terça-feira, a procissão do santo.¹⁷

As duas irmandades de São Benedito desempenharam papéis importantes na vida social, política e cultural da cidade de Vitória, pois as “rusgas” entre elas muitas vezes determinavam o resultado de um pleito eleitoral, bem como a concorrência entre as bandas filarmônicas que animavam a cidade.

No período de grande rivalidade, ocorriam pancadarias e ofensas, mas nenhuma atitude era tão humilhante e desmoralizadora para a vítima do que furar o bumbo da banda de música. No período de paz que foi se sucedendo, as bandas de música apenas buscavam tocar melhor e maiores números de sucessos, com as quais proporcionavam à população assistir nos dias de festas, religiosas e cívicas, ou mesmo durante a semana, apresentações em coretos ou em passeatas, quando surgiam, ora Caramurus, ora Peroás, imponentes em seus uniformes.

As irmandades tiveram ações importantes no combate às epidemias e à escravidão. Em 1813, irmãos de São Benedito do Convento de São Francisco transformam o convento em hospital para atender às vítimas da varíola. Em 1874, os confrades das irmandades de São Benedito e de Nossa Senhora do Rosário criaram associações emancipadoras de escravos, que promoviam campanhas contra a escravidão e adquiriam cartas de alforrias, para serem distribuídas entre os irmãos. Constituiu-se assim a Sociedade Emancipadora Primeiro de Janeiro, a Sociedade Libertadora São Benedito do Rosário e a Sociedade Beneficente Libertadora Rosariense.

As irmandades, no início do século XX, foram atingidas pelo desmonte de bens culturais, promovido pelo Bispo Diocesano Dom Fernando de Sousa Monteiro, que além de autorizar a destruição

de diversos edifícios seculares, proibiu festas e procissões. Em 1905, o bispo diocesano baixou uma portaria que reduzia o número de procissões - proibindo as duas de São Benedito e, anteriormente, já havia sido proibida a procissão de Nossa Senhora do Rosário.

A Irmandade de São Benedito, sediada no antigo Convento de São Francisco, desobedecendo à proibição de Dom Fernando, promove uma quermesse no adro do convento, o fato ocasiona a extinção da irmandade.

Em agosto de 1919, se reuniram os irmãos da extinta Venerável e Episcopal Irmandade de São Benedito do Convento de São Francisco, na capela da Ordem Terceira da Penitência no Convento de São Francisco. Na ocasião compareceu o padre Elias Tommasi, que propôs que a irmandade de São Benedito fosse reconstituída com a denominação de Santo Antônio dos Pobres, composta por irmãos da extinta irmandade - e com novos que a ela quisessem pertencer.

Longe do que fora antes, as ações da Irmandade hoje se resumem em mandar celebrar anualmente missa na Catedral Metropolitana, com distribuição de pães, em 13 de junho dia do patrono Santo Antônio. A irmandade não possui sede e nem promove encontros periódicos entre os irmãos

Depois da escravidão, o catolicismo não viu no negro mais nada de interesse e assim foi aos poucos procurando restringir sua presença junto aos cultos católicos, seja inibindo e boicotando os cultos a São Benedito, como inibindo e boicotando as Irmandades e Confrarias de negros. Mesmo assim as Irmandades e os cultos resistiram e ficaram, muitas vezes, marcadas por lutas para fazer valer sua sobrevivência.¹⁸

A Irmandade de São Bendito do Rosário, apesar dos impedimentos do bispo D. Fernando, conseguiu promover seus cultos e reuniões na igreja do Rosário. Assim, com a chegada do novo bispo Dom Benedito Paulo Alves de Souza em 1918, foi

autorizada o retorno da procissão de São Benedito, seguida pelos irmãos vestidos com suas opas creme e palas roxas e as mulheres com vestidos pretos.

A procissão de São Benedito do Rosário continua a sair às ruas no dia 27 de dezembro. Com as irmãs, agora trajando roupas brancas, devido ao calor do mês de dezembro, seguidas por devotos principalmente estivadores, operários, lavadeiras e pela população mais pobre e descendes de negros.

A Venerável Arquiepiscopal Irmandade de São Benedito do Rosário mantém cemitério particular no bairro de Santo Antônio, destinado aos seus confrades.

Em Vitória, na Cidade Alta, hoje escondida entre edifícios, encontramos a igreja de São Gonçalo Garcia, templo particular da Confraria de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção. Com o crescimento desordenado da cidade de Vitória, deixou de ser um ponto de referência para a grande maioria dos moradores da cidade, que apesar dos seus quase três séculos de existência, desconhecem sua localização.

Em 1680, os “homens pardos livres e cativos”, moradores na Vila de Vitória, constituíram uma irmandade sob a invocação de Nossa Senhora do Amparo, tendo como sua primeira sede a igreja dos jesuítas (São Tiago) e depois transferida para a igreja Matriz. Os irmãos do Amparo em “sociedade de igual parte” com a Irmandade da Boa Morte e Assunção constroem na parte alta da cidade, a capela de Nossa Senhora do Amparo e Assunção, possivelmente em 1707.

Em 1715, as irmandades solicitaram permissão para a construírem no local da capela de Nossa Senhora do Amparo e Assunção, uma igreja dedicada a São Gonçalo Garcia. A consagração ocorreu em 2 de novembro de 1766, com a presença do Visitador Diocesano padre Antônio Pereira Carneiro e pelo vigário da então vila de Vitória, padre Antônio Xavier.

A devoção a São Gonçalo Garcia, beatificado em 1627, começou a se difundir entre os “pardos” a partir do século XVIII, era filho de pai português e mãe indiana, convertido ao catolicismo integrante da Companhia de Jesus. Foi martirizado em Nagasaka, Japão, em 1597. De cor parda, os mestiços do Brasil fizeram-no seu patrono.

A Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção foi confirmada pelo Bispo Diocesano do Rio de Janeiro, D. Francisco de São Jerônimo, em 1707, e aprovada por decreto de 13 de outubro de 1809. Por Provisão de 25 de fevereiro de 1858, do Bispo Diocesano, Conde de Irajá, foi elevada à categoria de Confraria. As divergências entre pardos “livres” (Boa Morte e Assunção) e os “cativos” - (Amparo), levou à extinção da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo.

A associação nos seus primórdios estava composta de pardos livres, de ambos os sexos, com mais de 15 anos de idade, e que “*por espírito de Devoção e piedade, prestem serviços à Virgem Santíssima Mãe de Deus e por suas reconhecidas virtudes, dêem exemplos aos seus semelhantes*”.¹⁹

Permitia-se também o ingresso de homens e mulheres brancas em idêntico caso, precedidas das formalidades, que se estabelecia o Compromisso.

O Padre Comissário era escolhido pela Mesa, nomeando-se de preferência, um sacerdote que fosse irmão da Confraria. Uma vez nomeado o padre, só poderia ser substituído quando não mais quisesse continuar no serviço da Confraria. Além de exercer toda a autoridade espiritual sobre os confrades, o Compromisso, obrigava-o as atividades de: realizar a solenidade de ingresso de irmãos; zelar a Capela e o altar mor; mostrar-se sempre como primeiro modelo da caridade e fraternidade; tomar juramento dos novos irmãos e celebrar as missas, realizadas aos sábados, as solicitadas pela Mesa,

as de exéquias e as solenes por ocasião da festa da padroeira da confraria. O valor da sua gratificação era definido logo após ser eleito para o cargo.

Na Mesa Diretora, o Provedor possuindo lugar distinto no órgão de decisão e deveria arcar com a maior parte das despesas da festa. Em linha direta de substituição ao provedor estava o subprovedor, seguido pelo secretário e tesoureiro.

Os irmãos da Confraria de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção usam roupas inspiradas no hábito de São Francisco de Paula: capas pretas, escapulários azuis (insígnia da Ordem), correia roxa (sinal de submissão) e o terço preto (em devoção a Nossa Senhora).

O Provedor tem como insígnia, uma fita azul claro de chamalote de três centímetros de largura, e três polegadas, possuindo um coração de ouro como pendente, de figura oval, símbolo de amor e caridade.

No final da década de 1920, as missas solenes passaram a ser acompanhadas pela Orquestra Coral, organizada pelo professor Arnulpho Mattos e regida pelo Major Álvaro Coutinho.

Os serviços prestados à igreja clerical – a concessão da igreja de São Gonçalo para a utilização dos ofícios religiosos da paróquia, matriz e catedral - foram recompensados com a concessão do título de Arquiconfraria, em 15 de agosto de 1932, pelo Bispo Dom Benedito Alves de Souza. Ficava a irmandade com autorização para usufruir regalias e privilégios concedidos de acordo com as normas constantes no Código de Direito Canônico.

Em 1948 a igreja de São Gonçalo foi tombada como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, bem como as imagens de Nossa Senhora do Amparo, Nossa Senhora da Boa Morte, São Gonçalo Garcia, Santo Inácio de Loiola, São Francisco Xavier, Santo Antonio com o menino Jesus, um crucifixo do século XVIII com

resplendor de prata e ainda duas credencias e duas cadeiras de jacarandá com medalhões.

Ao longo do século XX, manteve-se a tradição das procissões de Nossa Senhora da Boa Morte e a de Nossa Senhora da Assunção. No terceiro sábado de agosto, a Arquiconfraria sai em procissão pelas ruas de Vitória, levando a imagem de Nossa Senhora da Boa Morte, deitada sobre um esquife. Já no domingo às 17h. Sai em direção à Catedral, a procissão com a imagem de Nossa Senhora da Assunção, representando o dogma de fé católico da Assunção da Mãe de Cristo ao céu.

Hoje, a igreja além de ser procurada para casamentos e batizados, realiza mensalmente missa para os confrades e, ainda que esporadicamente, é solicitada para apresentação de corais, devido à sua excelente acústica.

Além das confrarias que sobreviveram até os nossos dias, a cidade de Vitória registra em seus anais, a existência de diversas associações religiosas, formadas em organizações diferentes, destacamos as seguintes: Irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pardos; Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios; Irmandade do Senhor dos Passos; de Nossa Senhora do Líbano; de Nossa Senhora Mãe dos Homens; de Nossa Senhora do Rosário dos Pardos; de Nossa Senhora das Candeias; do Menino Jesus; do Sagrado Coração de Jesus; do Sagrado Coração de Maria; de Santa Zita; de Nossa Senhora da Conceição; de Nossa Senhora das Neves; e muitas outras.

O estudo sobre as confrarias, que não é um resultado e, sim, um subsídio para a criação de elementos para estudo da história social do Espírito Santo, permite observar a instalação de uma cultura dominante que vai controlando a outra, tida como periférica e marginal. A religião popular passou a ser considerada pela hierarquia da Igreja como sendo supersticiosa, ignorante, fanática

e perigosa, uma vez que sua devoção estava ligada a uma organização igualmente hierarquizada.

O trabalho social realizado pelas Irmandades, que durante anos a fio, substituíram o Estado no zelo ao cidadão, cria suas próprias histórias, seus grupos, seus templos, suas indumentárias, seus discursos, suas devoções, seja pelo Santo branco, pardo ou negro. O importante é acreditar e agir. Espero que este texto acrescente informações para outros pesquisadores que queiram contribuir no fomento a preservação e registro de nossa História.

Outra expectativa é de que se dinamize os espaços físicos dessas instituições, contribuindo para a formação de uma sociedade menos violenta e mais solidária. É preciso que se retome a organização da orquestra filarmônica do Rosário, integrada pelos moradores das adjacências, como sempre foi. Que a Igreja de São Gonçalo, conhecida pela sua excelente acústica possa oferecer espetáculos musicais, interpretando partituras, como foram incentivadas as bandas de música do professor Arnulpho Mattos.

Atitudes já foram tomadas, como a criação do Museu da Irmandade de São Benedito do Rosário. Mas falta abrir as portas, inserir uma programação contínua. Revitalizar também é o verbo necessário ao conjunto que compõe as ruínas do Convento de São Francisco e a Capela de Nossa Senhora das Neves. Ouvi rumores de projetos para esses espaços, mas é necessário que a comunidade interaja e usufrua - não permitindo ser mais um espaço estático a mercê de egos e falta de ações. São necessários espaços que interajam com os moradores, turistas e estudantes.

Tombados e fechados para a visitação pública só restará à sociedade a sua restauração periódica para a retirada dos mofos, colocação de grades e alarmes, além do conserto das depredações e pinchos.

Os templos ainda existentes foram justamente aqueles das Irmandades que tiveram em seu início o desafio de se organizarem como irmãos, em uma sociedade dividida entre brancos, pretos e pardos, garantindo sua devoção, suas obras de caridade e a preservação de seu patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Carol. MARTINS, Janes De Biasi. VASCONCELLOS, João Gualberto M. Moreira (org.). **Vitória: Trajetórias de uma Cidade**. Vitória, IHGES, 1993.
- ALEIXO, Alceu. História da História Capixaba. Vitória: “Prêmio Cidade de Vitória”. 1958.
- AMARAL, Raul Joviano. **Os Pretos do Rosário de São Paulo**: subsídios históricos. São Paulo: João Scortecchi, 2 ed., 1991.
- ANTONIAZZI, Alberto. CALIMAN, Cleto. **A Presença da Igreja na Cidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. — (Coleção Igreja do Brasil).
- ARIÉS, Philippe. **História da morte no Ocidente**: da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- ASSIS, Francisco Eugênio de. **Dicionário Geográfico e Histórico do Estado do Espírito Santo**. Vitória, 1941.
- BALLESTRERO, Heribaldo Lopes. **A Obra dos Jesuítas no Espírito Santo**. Viana, 1979.
- BICALHO, Leonardo. **O Congo de São Benedito na ilha de Nossa Senhora da Vitória**. Vitória: Prefeitura Municipal, 2000.
- BICHARA, Terezinha Tristão. **História do Poder Legislativo no Espírito Santo (1835 – 1899)**. Vitória, 1982. Vol.1. Tomo II.
- BITTENCOURT, Gabriel. **A Formação Econômica do Espírito Santo**: o roteiro da industrialização. Rio de Janeiro: Cátedra. Vitória, DEC, 1987.

BOBBIO, Kátia. **O Palácio Anchieta em Cordel**. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo - Departamento de Imprensa Oficial, 2003.

BOMFIM, Celso, et ali. **Sinfonia das ruas de Vitória**. Vitória, Tipografia Minerva, 1943.

BOSCHI, Caio Cesar. **Os leigos e o poder**. São Paulo: Ática, 1986.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Festa do Santo Preto**. Rio de Janeiro: Funarte/Instituto Nacional do Folclore; Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1985.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **O Novo Arrabalde**. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.

CARVALHO, José Augusto de. A Arte no Espírito Santo no Período Colonial II : Arquitetura Religiosa. **Revista de Cultura da UFES**, Vitória: n.º 30, p.31-49, 1984.

_____. A Arte no Espírito Santo no Período Colonial III : Arquitetura Religiosa Secular. **Revista de Cultura da UFES**, Vitória: n.º 32, p.61-83, 1985.

CHARBONEAU, Paul Eugéne. **Cristianismo, Sociedade e Revolução**. São Paulo: Herder, 1965.

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Igreja no Brasil**: Dicionário Litúrgico 2002. São Paulo, Edições Loyola, 2001.

COUTINHO, D. José Caetano da Silva. **O Espírito Santo em Princípios do Século XIX**: apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819; transcrição do original e coordenação da edição de Maria Clara Medeiros Santos Neves; estudo introdutório de Luiz Guilherme Santos Neves. – Vitória: Estação Capixaba e Cultural-ES, 2002.

DAEMON, Basílio de Carvalho. **Província do Espírito Santo**: sua descoberta, história cronológica e sinopse estatística. Vitória. Typographia Espírito-santense. 1879.

DEL PRIORE, Mary. *Religião e Religiosidade no Brasil Colonial*. São Paulo: Ática, 2001. (Coleção História em Movimento).

DERENZI, Luiz Serafim, **Biografia de uma Ilha**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965.

_____. **História do Palácio Anchieta**. Vitória: Secretaria de Educação e Cultura, 1971.

DESSAUNE, Jair Etienne. **Caramurus e Peroás**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo. Revista de Cultura da Ufes n.º 20, 1981.

ELTON, Elmo. **Logradouros antigos de Vitória**. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 1986.

_____. **Velhos templos de Vitória e outros temas capixabas**. Vitória: Conselho Estadual de Cultura, 1987.

_____. **São Benedito: sua devoção no Espírito Santo**. Vitória: Conselho Estadual de Cultura, 1987.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado de Educação e Cultura. Conselho Estadual de Cultura. **Catálogo dos Bens Culturais tombados no Espírito Santo**. São Paulo: Massao Ohno, 1991.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1908 – 1912: Monteiro). **Mensagem apresentada pelo Exmo. Sr. Presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. Jerônimo de Souza Monteiro ao Congresso Legislativo, contendo dados completos do quadriênio de 1908-1912**. Vitória : [s. d.], 1912.

FRANCO, Sebastião Pimentel. HEES, Regina Rodrigues. **A República e o Espírito Santo**. Vitória: Multiplicidade, 2003.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Feudalismo: uma sociedade religiosa, guerreira e camponesa**. São Paulo: Moderna, 1999. – (Coleção Polêmica).

FREIRE, Mário Aristides. **A Capitania do Espírito Santo: 1535-1822**. Vitória, 1945.

GAETA, Maria A. J. V. **O Escravo nas Praças**: a festa religiosa das confrarias do Brasil no Século XVIII. IN: A Festa. Lisboa: Universitária, 1992, v.1.

GENOVESE, Eugene Dominick. **A Terra Prometida**: o mundo que os escravos criaram. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília, DF: CNPq, 1988.

GINZBURG, Carlo. **A Micro História e outros ensaios**. Memória e Sociedade. São Paulo: DIFEL, 1991.

GONRING, José Irmo. **O auto de São Benedito dos Pretos do Rosário**. in: VIII Concurso Capixaba de Dramaturgia 1987. Vitória: Apatedees.1987.

HEER, Friederich. **O Mundo Medieval**: A Europa de 1100 a 1350. São Paulo: Arcádia, s/d.

HOONAERT, Eduardo. **História Geral da Igreja na América Latina**. História da Igreja no Brasil. Tomo 2, 2ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

LIMA JÚNIOR, Carlos Benevides. SOARES, Suely Carvalho.

BONICENHA, Wallace. **Baía de Vitória**: Aspectos históricos e culturais. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1995.

_____. **Era uma Vez... Vitória**: a memória da cidade em cartões postais enviados entre 1900 e 1960. Vitória: Multiplicidade, 2000.

MACIEL, Cleber. **Candomblé e Umbanda no Espírito Santo** práticas culturais religiosas afro-brasileiras. Vitória: Departamento Estadual de Cultura, 1992.

_____. **Negros no Espírito Santo**. Vitória:DEC/SPDC/UFES, 1994.

MAIO, Cesar Viola. **Pelas Ruas da Cidade**: a presença de trabalhadores na fotografia capixaba do século XX. Exposição fotográfica. Vitória: Multiplicidade. 2004.

MENEZES, Joaquim Furtado de. **Igrejas e Irmandades de Ouro Preto**. Belo Horizonte: IPHAN-MG, 1975.

MESGRAVIS, Laima. **A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo**.

São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976.

MIRCEA, Eliade. **O sagrado e o Profano**: a essência das religiões.

São Paulo: Martins Fontes, 1992. — (Tópicos)

MONJARDIM, Adelpho Poli. **Vitória Física**. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

MORAES FILHO, Mello. **Festas e Tradições Populares do Brasil**
São Paulo; Editora da USP, 1979.

MORAES, Neida Lúcia. **A Saga do Espírito Santo**: das caravelas ao século XXI. Vitória: Projeto Educar, Jornal A Gazeta, Cadernos Especiais, 1999/2000.

NEVES, Luiz Guilherme Santos. NEVES, Reinaldo Santos. PACHECO, Renato José Costa. **Espírito Santo impressões**. São Paulo, Empresa das Artes, 1991. CVRD.

NEVES, Luiz Guilherme Santos. **Procissão de São Benedito em Vitória**. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.

NEVES, Jayme Santos. **A Outra História da Companhia de Jesus**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1984.

NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, s.d.

_____. **Escravidão e Abolição no Espírito Santo**. História e Folclore. Vitória, Prêmio Literário e Científico da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 1963.

_____. **O Carmo**: Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1650 – 1950). Vitória: IHGES, 1949.

OCEANOS, Comissão Nacional para as Comemorações dos descobrimentos Portugueses. **Misericórdias: Cinco Séculos**. Lisboa: Tinta Invisível, nº 35, julho/setembro 1998. 144p.

OLIVEIRA, Deocleciano de. **Parte Histórica do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Secretaria de Educação e Cultura. 1950.

OLIVEIRA, José Teixeira. **História do Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro, 1951.

OSÓRIO, Carla. BRAVIN, Adriana. SANTANNA, Leonor de Araújo. **Negros do Espírito Santo**. São Paulo: Escrituras, 1999.

PACHECO, Renato José Costa. **Os dias antigos**. Vitória: Edufes, Secretaria Municipal de Cultura, 1998.

PEREIRA, M. C. C. L., FERREIRA, Rachel Diniz. **Um caso de omonímia sacra**: o orago da igreja de São Gonçalo (Vitória - ES). Farol Artes Arquitetura e Design. Vitória:, v.4, 2004.

PRIMO, Arthur Lourenço de Araújo. **O 4º Centenário da Santa Casa de Misericórdia de Vitória**. Vitória: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. N. 16. Vitória: 1946

REIS, João José. SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito**: A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **A Morte é uma Festa**: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do Século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RIBEIRO, Daniel Valle. **A Cristandade do Ocidente Medieval**. São Paulo: Atual, 1998. - (discutindo a história).

RIBEIRO, Francisco Aurélio. **De igrejas e galerias de arte**. in Escritos de Vitória n. 9. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura. 1995.

ROCHA, Levy. **Viajantes Estrangeiros no Espírito Santo**. Brasília: Ebrasa, 1971.

RODRIGUES, Rosicler Martins. **Cidades Brasileiras**: O passado e o presente. São Paulo: Moderna, 1992. (Coleção Desafios).

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e Filantropos**: A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. Belo Horizonte. Itatiaia, 1974.

SALVADOR, José Gonçalves. **A Capitania do Espírito Santo e seus engenhos de açúcar (1535 – 1700)** : A presença dos cristãos novos.

Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural – UFES / Departamento Estadual de Cultura, 1994.

SCHUBERT, Guilherme. **A Província Eclesiástica do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: AGIR, 1948.

SCHWAB, Afonso. FREIRE, Mario Aristides. **A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1979.

SIQUEIRA, Francisco Antunes. **Memórias do Passado: A Vitória através de meio século; edição de texto, estudos e notas de Fernando Achiamé**. – Vitória: Florecultura, 1999.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarzo. **O Porto de Vitória: Expansão e Modernização – 1950-1993**. Vitória: CODESA, 1994.

_____. **Industrialização e Empobrecimento Urbano: o caso da Grande Vitória – 1950-1980**. Vitória: Edufes, 2001.

TATAGIBA, José. **A Ilha da Nostalgia**. Vitória: PMV, Lei Rubem Braga, 1999.

_____. **Puxa!!! Como Vitória está mudada!** Vitória: do autor, 2001.

TELAROLLI JÚNIOR, Rodolpho. **Epidemias no Brasil: uma abordagem biológica e social**. São Paulo: Moderna, 1995, (coleção Desafios).

TORRES, João Camilo de Oliveira. **História das Idéias Religiosas no Brasil**, Editora Grijalho Ltda. São Paulo, 1968.

VALLE, Eurípedes Queiróz do. **O Estado do Espírito Santo e os Espírito-Santenses**. Vitória, 1971.

VASCONCELLOS, Ignácio Accioli de. **Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828**. Vitória, Arquivo Público Estadual, 1978.

VECCHI, Alberto. **Religiosità culto folklore: studi e appunti**. Padova, Edizioni Messaggero Padova, 1991.

WILLEKE, Frei Venâncio. **Antologia do Convento da Penha**. Vitória, Conselho Estadual de Cultura, 1973.

PUBLICAÇÕES AVULSAS E PERIÓDICOS CONSULTADOS

- Jornal *Correio da Vitória*
- *Jornal do Comércio*
- Jornal *A Gazeta* (Vitória – ES);
- Jornal *A Tribuna* (Vitória – ES);
- Revista *Vida Capixaba* (Vitória – ES);
- Revista *Capixaba* (Vitória – ES);
- *Revista do IHGES* (Vitória – ES);
- Revista de *Cultura* da UFES (Vitória – ES);

NOTAS

¹ Regulou o comportamento das pessoas que se isolam da sociedade para levar uma vida de austeridade em mosteiros.

² PRIMO, Arthur Lourenço de Araújo. **O 4º Centenário da Santa Casa de Misericórdia de Vitória**. Vitória: Revista do IHGES. N° 16 1946. Pag.40

³ OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro, 1951. Página 293.

⁴ MORAES, Manoel de. (Provedor da Fazenda –1682). In OLIVEIRA, José Teixeira. **História do Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro, 1951. Pág. 169.

⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. Belo Horizonte. Itatiaia, 1978. Pag.46

⁶ SCHWAB, Afonso. FREIRE, Mario Aristides. **A Irmandade e a Santa Casa da Misericórdia do Espírito Santo**. Vitória. Arquivo Público Estadual. 1975. Pág. 150

⁷ DAEMON, Basílio Cardoso. **Província do Espírito Santo**. Vitória. Tipografia Espírito-Santense. 1879. Pág. 73.

⁸ DERENZI, Serafim. **Biografia de uma Ilha**. Rio de Janeiro: Pongetti. 1965. Pág. 160

⁹ NOVAES, Maria Stela de. Jerônimo Monteiro: sua vida e sua obra. Vitória: Arquivo Público Estadual. 1979. Pág. 161.

¹⁰ Estatuto Social da **Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Vitória**.

Vitória: 1999 – Art. 4º.

¹¹ DESSAUNE, Jair Etienne. **Caramurus e Peroás**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo. Revista de Cultura da Ufes. N. 20. 1981. Pág. 47

¹² MACIEL, Cléber. **Negros no Espírito Santo**. Vitória. DEC/SPDC/UFES. 1996. Pág.82

¹³ ELTON, Elmo. **São Benedito**: Sua devoção no Espírito Santo. Vitória: Conselho Estadual de Cultura. 1987. Pág. 14.

¹⁴ MACIEL, Cleber. **Negros no Espírito Santo**. Vitória: DEC/SPDC/UFES. 1994. Pág.95

¹⁵ DESSAUNE, Jair Etienne. **Caramurus e Peroás**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo. Revista de Cultura da Ufes. N. 20. 1981. Pág. 48

¹⁶ DESSAUNE, Jair Etienne. **Caramurus e Peroás**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo. Revista de Cultura da Ufes. N. 20. 1981. Pág. 47

¹⁷ ELTON, Elmo. **São Benedito**: Sua devoção no Espírito Santo. Vitória. Conselho Estadual de Cultura. 1987. Pag.21.

¹⁸ MACIEL, Cleber. **Negros no Espírito Santo**. Vitória: DEC/SPDC/UFES. 1994. Pag. 96

¹⁹ Compromisso da **Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção**. Vitória:1870

“O MARTELLO” - PRIMEIRO JORNAL RURAL DO ESPÍRITO SANTO

José Carlos Mattedi

Jornalista e escritor

Associado Efetivo do IHGES

O dia 23 de outubro de 2004 marcou o centenário (sem nenhuma lembrança) do primeiro jornal rural do Espírito Santo. **O Martello**, como era intitulado, nasceu do idealismo de três homens do campo, de uma mesma família, senhores de um latifúndio e amantes da literatura. O informativo, manuscrito, circulou pela primeira vez no longínquo ano de 1904 e durante cinco anos animou as letras e as discussões políticas no sul do Estado.

Nos salões do casarão da Fazenda da Prosperidade, rica propriedade de café dos Vieira da Cunha, então pertencente ao município de Cachoeiro de Itapemirim, funcionava a intrépida Redação desse singelo pasquim. Não há registro, na história capixaba, de nenhuma outra publicação jornalística produzida na área rural, ao menos até o início do século XX.

Assim, foi na vida rupestre do campo, entre matas, cafezais, pastos, animais e paióis, que o pequeno jornal era pensado e produzido - bem longe dos centros urbanos, lugar de “gente letrada” – pelo Dr. Belizário e os filhos João e Antônio (Antoniquinho). E, é bom que se diga, o informativo não foi coisa miúda, dessas que nascem e morrem sem que o mundo lá de fora fique sabendo. Pois, saiba você, leitor, **O Martello** ganhou as lides do Congresso Nacional da época e também elogios do poeta maior, Carlos Drummond de Andrade.

Nos conta Herman Lima, no quarto volume da obra **História da Caricatura no Brasil**¹ que, durante uma sessão do Congresso Nacional, na legislatura de 1905, um parlamentar capixaba (não cita o nome) levou um exemplar de **O Martello** até a tribuna. No seu pronunciamento, afirmou ser aquele um dos poucos jornais do Espírito Santo que tinha liberdade de expressão e, também, um dos poucos que ainda não havia sofrido a “violência” do empastelamento (ação comum, por aqui, no início do século XX) em virtude das brigas políticas regionais.²

Já Drumond cita o jornal em carta endereçada ao historiador capixaba, Levy Rocha³, datada de 4 de novembro de 1969, após ganhar deste o livro **Os Vieira da Cunha e o jornal O Martello**⁴. Diz o mineiro de Itabira: “Os jornais manuscritos sempre me seduziram, e as caricaturas também. Por isto, foi com satisfação que recebi seu trabalho, contendo interessantíssima documentação sobre um dos mais curiosos mini-jornais ilustrados que já se fizeram no interior”⁵. Outras figuras importantes das letras, como Andrade Muricy⁶, e da política, como Atílio Viváqua⁷, também fizeram referências ao pasquim ou aos seus redatores.

Pois bem, um dia, na busca por um tema a ser desenvolvido na disciplina “História do Espírito Santo”, ministrada pela professora Leonor Araújo, do curso de História da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), deparei-me com essa antiga obra de Levy, **Os Vieira da Cunha e o jornal O Martello**, publicada em mimeografia no ano de 1969.

Livro, talvez, pouco conhecido dos pesquisadores locais por ser um trabalho com tema, aparentemente, sem muito interesse: a revelação do conteúdo de alguns exemplares de um jornalzinho manuscrito, que chegaram às mãos do autor por intermédio do amigo Gil Gonçalves, cujo material lhe fora confiado pela viúva de Belizário Viera da Cunha - dono da Fazenda da Prosperidade.

A família Vieira da Cunha

O **Martello** surgiu 64 anos após a publicação do primeiro jornal do Espírito Santo: **O Estafeta**⁸, em 1840. Foi nesta década, também, que o pioneiro representante da família Vieira da Cunha veio para o Espírito Santo, proveniente da Província do Rio de Janeiro. O major da Guarda Nacional, Antônio Vieira Machado da Cunha, estabeleceu-se nas terras de Castelo onde, em 1848, fundou a Fazenda do Centro, no Vale do Rio Caxixe, que se transformaria no principal pólo comercial da região.⁹

O processo de ocupação do território sul do Espírito Santo, deu-se no início da segunda metade do século XIX, a partir da expansão da fronteira agrícola carioca e mineira. O surto migratório de fazendeiros dessas áreas alavancou a monocultura cafeeira regional, inserindo-a no quadro econômico nacional¹⁰. Os Vieira da Cunha, a partir da chegada do pioneiro major Antônio, começaram então a deixar o Rio de Janeiro - berço da família - e a migrar para a Província capixaba. Eles prosperaram com o plantio do café, sendo proprietários de inúmeras fazendas e de centenas de escravos.

Um desses latifúndios recebeu o nome de Fazenda da Prosperidade, hoje situada em Vargem Alta, que naquela época era distrito do município de Cachoeiro de Itapemirim. A propriedade, segundo relato de Gil Gonçalves a Levy Rocha¹¹, era “atravessada pelo Rio Fruteiras, que forma a Cachoeira Alta e é afluente do Rio Castelo, o qual, por sua vez, desemboca no Itapemirim”. Essas são as únicas referências territoriais que temos da fazenda.

Belizário Vieira da Cunha, médico e professor, feito agricultor e amante da literatura, decidiu mudar-se com a família para Cachoeiro de Itapemirim, provavelmente no ano de 1895. Ele, a mulher e o único filho do casal - João Belizário, então com 10

anos -, deixaram a cidade de Santa Teresa de Valença, no Estado do Rio de Janeiro, e fixaram residência no alto de um morro da “Atenas Campestre”. Ali moraram até 1904, quando mudaram-se para a Fazenda da Prosperidade, patrimônio dos Vieira da Cunha.

Três artistas

Antes, em Cachoeiro, Belizário deu aula e exerceu a medicina, além de cuidar dos interesses econômicos da Fazenda da Prosperidade e de escrever poesias, escondendo-se atrás do pseudônimo de Phídias. O filho João cresceu e, ainda garoto, demonstrou interesse pela caricatura, pela literatura e pela poesia. Gostando da escrita, logo conseguiu emprego como jornalista nos jornais **O Cachoeirano**¹² e **O Progresso**, os dois de Cachoeiro de Itapemirim. Foi, ainda, secretário do Colégio Diocesano.

O lar do Dr. Belizário ganhou mais um membro em 5 de novembro de 1896, com o nascimento de Antônio Belizário. Recebeu um apelido: Antoniquinho. Em 1904, a família decidiu viver na fazenda. E foi ali, no campo, que o menino vivenciou um ambiente intelectualizado. Os Vieira da Cunha eram sempre visitados por pessoas de destaque social e político na região. Conta-nos Levy Rocha, em seu citado livro, que “o garoto, observador arguto, comprazia-se em desenhar no papel as caricaturas dos ilustres visitantes”.

E foi assim, longe do burburinho da cidade, que a família decidiu investir na publicação de um mini-jornal na Fazenda da Prosperidade - um feito inusitado para a época. O veio poético do pai Belizário e do filho João não podiam ficar esquecidos e engavetados no meio rural, principalmente após a experiência do jovem João Belizário com as lides jornalísticas. Ao mesmo tempo, aflorava em Antoniquinho o interesse pela criação - tornou-se,

anos depois, um grande caricaturista, tendo sido citado na obra **História da Caricatura do Brasil**, de Herman Lima¹³.

O Martello

Assim nasceu **O Martello**, da paixão de pai e filho pelas letras e pela notícia. Contou, pouco tempo depois, com a ajuda do caçula, que passou também a fazer caricaturas e poesias para o jornal da família. Manuscrito, era na verdade um pasquim, com tom combativo e insolente, por vezes satírico. Porém, sem perder a proposta literária. Seguiu uma tendência comum aos informativos brasileiros da época, que incorporavam “uma linguagem discursiva e panfletária proveniente da experiência partidária, de tribuna, que tomou conta da Europa a partir da Revolução Francesa”¹⁴.

O primeiro número saiu no dia 23 de outubro de 1904. Era um jornalzinho modestíssimo, manuscrito a tinta de escrever, em folha pautada de almanaque e em duas colunas. No artigo de apresentação, o redator escrevia: “O leitor que hoje pela primeira vez nos vai ler, colherá nas estreitas colunas deste pequeno combatente a alegria para o lar, cultuada na poesia e nos inúmeros artigos de troca inofensiva que lutam em demanda do belo e do sublime”.

E dizia adiante: “O seu programa tem o cunho todo literário que visa o engrandecimento das belas letras em nosso meio, o que há de agradar às pessoas de bom gosto para esse ramo da arte e angariar a simpatia do fino espírito...” Na quarta página trazia uma quadrinha sugestiva: “Que alegria, meus leitores, / ao ver surgir “O Martello”, / órgão dos lutadores, / dos paladinos do belo!”¹⁵.

Depois desse número inicial, vieram outros tantos - não se sabe o número preciso -, e o informativo acabou ganhando projeção no sul. Conta-nos Levy Rocha que a tiragem não passava

dos 250 exemplares (número significativo para a época), e o jornal circulava de mão em mão - os camponeses aptos a ler eram, certamente, uma pequena minoria. Chegou, inclusive, a ter publicidade em suas modestas páginas, com anúncios de farmácias e barbearias.

Em 1906, o redator sublinhava - no nono número - que o folhetim não buscava o sucesso, mas apenas divulgar o valor da arte. “**O Martello** não aspira a grande publicidade, vegetando humildemente no seio de uma fazenda longe dos bulícios da cidade, organizado para simples passatempo dos seus redatores e fixação das idéias variadíssimas que a natureza da solidão onde residem e as notícias do mundo civilizado lhes imprimem n’alma”. E completava: “De simples álbum de impressões passou, a pedido de amigos, a tomar o caráter de publicação cuja manuscricção muito nos sobrecarrega”.

Em relação a Antoniquinho, já em 1905 - antes de completar nove anos de idade - ilustrava as páginas do pasquim. “São fixados os seus bonecos ou calungas em traços firmes, equilibrados, síntese prodigiosa de linhas principais, assinalando o indiscutível aparecimento de um artista”, conta-nos Levy Rocha. O talento do menino, contudo, não se sobressaia apenas nos desenhos, mas também escrevendo prosa e verso.

“Pequenino combatente”

Opinativo, o jornal – com duas ou três colunas e enorme zelo caligráfico – era conhecido como “pequenino combatente”. Sempre trazia poesias e artigos de “troça inofensiva”, mas também costumava carregar na tinta ao combater a “pacholice” e a “caturrice” da sociedade local, além de mostrar preocupação com os rumos políticos da jovem república brasileira. As charges e

caricaturas revelavam os figurinos da época – mulheres de vestido longo e chapéu; homens de fraque ou terno, bengala e o inseparável chapéu.

Examinando sua produção (chegou a circular com oito páginas), podemos encontrar poesias e sonetos que falam da alma humana, dos amores e desamores, da solidão e do cotidiano. O folhetim tinha ainda notas sociais e telegráficas, além de uma coluna denominada “Cousas Políticas”, onde a caricatura e os versos irreverentes criticavam os desmandos e traçavam os perfis das personalidades da época - debochavam, principalmente, do Coronel Marcondes (prefeito de Cachoeiro), ao mesmo tempo que apoiavam o líder local, Bernardo Horta de Araújo¹⁶.

Durante a leitura de **Os Vieira da Cunha e o jornal O Martello**, fiquei intrigado com a seguinte questão: como seria a reprodução litográfica do informativo, devido as remotas distâncias que separavam a fazenda dos grandes centros e o pouco avanço – até então - da impressão no Brasil?¹⁷ A resposta foi dada por Levy Rocha, já quase nas páginas finais do livro: “Por um curioso processo, precária reprodução litográfica, a matéria era desenhada na superfície lisa de uma pedra composita, tendo misturados o caolin e outros minerais. Assim se obtinha a matriz”.

Um legado

Em 1910, a família criou a revista literária **Álbum**, que sucedeu **O Martello**, sob a direção do jornalista e poeta João Mota¹⁸ O singelo pasquim circulou até 1909. Durante cinco anos jamais deixou de ser publicado. Porém, as finanças da Fazenda da Prosperidade não iam bem, provavelmente devido a longa crise da economia cafeeira (1897-1910), o que deve ter prejudicado a produção da propriedade dos Vieira da Cunha. Em 1912, após

grandes serviços prestados às letras do sul do Estado, a família retornou ao Rio de Janeiro. Deixaram o Espírito Santo, mas aqui ficou um legado: o primeiro jornal editado na área rural capixaba.

Dr. Belizário faleceu em 1922. Seu filho, João Belizário, exerceu o magistério no Externato Santo Inácio (RJ), vindo a falecer em 8 de agosto de 1929. Sua obra ficou dispersa em jornais e revistas cariocas. É citado na **Antologia dos Poetas Fluminenses**, de Rubem Falcão, publicada em 1968. Já Antoniquinho conseguiu destaque como caricaturista e crítico literário no Rio, trabalhando em alguns dos principais jornais cariocas. Abriu, também, uma oficina tipográfica e, já entardecer de sua vida, trabalhou no Instituto Nacional do Livro. Morreu em março de 1956.

Da preciosa coleção de **O Martello**, entretanto, sobraram apenas alguns poucos exemplares que foram atentamente abordados por Levy. Com este artigo, faço aqui minha homenagem ao “pequenino combatente”, significativo exemplar da imprensa capixaba, tão pouco conhecido, e que teria caído no sepulcro esquecimento caso não fosse imortalizado pelo esmero apetite cultural e histórico do nosso Levy Rocha.

Setembro de 2006

NOTAS

¹ LIMA, Herman. **História da Caricatura no Brasil**. 4º Volume. Ed. José Olímpio. Rio de Janeiro. 1963.

² O jornal **Estado do Espírito Santo**, por exemplo, passou por três empastelamentos por questões políticas, levando-o ao fim de suas atividades. O primeiro ocorreu em 19 de maio de 1906, repetindo em 10 de janeiro do ano seguinte, e o último na noite de 6 de agosto de 1911. Este inutilizou por completo a oficina de tipografia, cessando então, definitivamente, a publicação. Certa vez, já idoso, Carlos Lindenberg

(1899-1991) afirmou em entrevista que, antes dos anos 20, destruiu com amigos as impressoras de adversários em Cachoeiro de Itapemirim, depois que estes insultaram sua mãe e irmãs. Lindenberg era sobrinho de Jerônimo Monteiro, presidente do Estado entre 1908 e 1912. Foi deputado federal, senador (dois mandatos) e duas vezes governador... Enfim, a prática de empastelar tipografias dos desafetos políticos era rotina no princípio do século XX... MATTEDI, José Carlos. **História da Imprensa Oficial do Espírito Santo**. Vitória-ES. 2005, págs. 23 e 74.

³ Levy Rocha foi professor, jornalista, poeta e historiador. Autor de vários livros sobre a história capixaba. Nasceu em 14/03/1916 na cidade de Muqui (ES), e faleceu no município de Vila Velha (ES) em 16/07/2004.

⁴ ROCHA, Levy. **Os Vieira da Cunha e o jornal O Martello**. Brasília. (mimeografado) 1969.

⁵ ROCHA, Levy. **De Vasco Coutinho aos Contemporâneos**. Rio de Janeiro. Continente Editorial, 1977, p. 144.

⁶ Segundo Andrade Muricy, no livro **Panorama do Movimento Simbolista Brasileiro**, volume II, Instituto Nacional do Livro, de 1952, a Fazenda da Prosperidade era “importante centro de influência literária”, e “João Belizário e seu irmão, o caricaturista e jornalista Antônio Belizário Vieira da Cunha, foram educados naquele viveiro literário arcádico”.

⁷ O político capixaba Afílio Viváqua, tratando do Dr. Belizário Vieira da Cunha, escreveu no prefácio do livro **Escada da Vida**, Rio de Janeiro, de 1938: “Ele era assim como um patriarca renovador, em torno de quem se reuniram os jovens intelectuais do seu tempo. Aqueles irreverentes ditadores literários, saíram paradoxalmente dessa tranqüila ‘Atenas campestre’ (Cachoeiro de Itapemirim), onde se editava o célebre **O Martello**, panfleto lítero-político ilustrado pelo lápis irônico de Vieira da Cunha (Antoniquinho).”

⁸ O pioneiro **O Estafeta** nasceu em 1840 por iniciativa do alferes do Exército, Aires Vieira de Albuquerque Tovar, e atrelado ao governo local. Baseado na autorização de concessão contida na Lei Provincial n.º 06 de março de 1835, Aires Tovar conseguiu do presidente João Lopes da Silva Couto a contratação do periódico para circulação das ordens e atos oficiais. Conforme

contrato, assinado em 15 de setembro de 1840, Tovar estaria obrigado a publicar um jornal bissemanal, incluindo as ordens e ofícios da administração, além das portarias e correspondências do presidente com as autoridades da Província. Devia, ainda, fornecer ao governo 120 exemplares de cada edição. O contrato era de dez anos, mas **O Estafeta** não passou do primeiro número (não se sabe a data da publicação). Dirigido pelo major José Marcelino Pereira de Vasconcelos, pretendeu-se, porém, utilizar tinta preparada na própria tipografia, e isso prejudicou a impressão que saiu com péssima qualidade. A efêmera duração do jornal pode ser creditada à tuberculose que fragilizou Aires Tovar. Enfermado, veio a falecer no ano seguinte. Isso atrasou por mais nove anos a já tardia imprensa local. A tipografia ficou encostada até 1848, quando os herdeiros a transferiram para Pedro Antônio de Azeredo, que em 1849 iniciou a edição do **Correio da Vitória**, considerado, de fato, o primeiro periódico espírito-santense... MAITTEDI, José Carlos. **História da Imprensa Oficial do Espírito Santo**. Vitória-ES. 2005, págs. 12 e 13.

⁹ MAITTEDI, José Carlos. **Anjos e Diabos do Espírito Santo - Fatos e personagens da História capixaba**. Reportagem: "Fazenda do Centro - História Perdida entre Montanhas". Vitória-ES. 2004, p. 75.

¹⁰ SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo - Estado, Interesses e Poder**. Vitória: Editora Fundação Ceciliano Abel de Almeida e Secretaria de Produção e Difusão Cultural da Ufes, 1995, p. 48.

¹¹ ROCHA, Levy. **De Vasco Coutinho aos Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Continente Editorial, 1977, p. 144.

¹² **O Cachoeirano**, fundado por Luiz de Loyola e Silva, iniciou sua publicação a 7 de janeiro de 1877 e obteve papel de destaque na luta republicana. Teve longa existência, circulando até 1924.

¹³ LIMA, Herman. **História da Caricatura no Brasil**. 4º Volume. Ed. José Olímpio. Rio de Janeiro. 1963.

¹⁴ MEDINA, Cremilda. **Notícia – Um produto à Venda**. Summus Editorial. São Paulo. 1988, p. 140.

¹⁵ ROCHA, Levy. **Os Vieira da Cunha e o jornal O Martello**. Brasília. (mimeografado) 1969, p. 6.

- ¹⁶ Bernardo Horta de Araújo nasceu na Vila de Itapemirim, em 20 de fevereiro de 1861. Fez o curso de Humanidades no Atheneu Provincial de Vitória, e aos 17 anos matriculou-se na Escola de Farmácia de Ouro Preto. Aos 20 anos, mudou-se para Cachoeiro de Itapemirim onde chegou a ocupar o cargo de prefeito (na época, “presidente”), e ali residiu até 1909, transferindo-se para Guarapari. Foi deputado estadual e federal em mais de uma oportunidade. Representou o Estado na questão limítrofe com Minas Gerais e colaborou em diversos órgãos de imprensa, com destaque para **O Cachoeirano**, do Partido Republicano. Suicidou-se no Rio de Janeiro, em 20 de fevereiro de 1913, dia em que comemorava 52 anos. Deixou declaração pedindo sepultura rasa, enterro de última classe, sem acompanhamento e luto de uma fita preta para os seus cinco filhos.
- ¹⁷ A impressão no Brasil surgiu com Antônio Isidoro da Fonseca (conhecido impressor em Lisboa, onde tinha editado obras de vulto e de autores clássicos), que instalou no Rio de Janeiro uma pequena tipografia, em 1747. Em fevereiro daquele ano, ele publicou um folheto de vinte e duas páginas e alguns avulsos. O folheto descrevia os festejos que se realizaram na cidade por ocasião da “entrada” solene do novo bispo D. Francisco Antônio do Desterro Malheiro, em 1 de janeiro de 1747. Porém, sua oficina não teve vida longa: em 6 de julho, do mesmo ano, saía em Lisboa uma Provisão endereçada ao governador do Rio de Janeiro mandando fechar a tipografia, apreender o material e remeter tudo para a metrópole. Com o maquinário também seguiu o próprio tipógrafo – Portugal impunha todo tipo de censura à colônia. Depois de Antônio Isidoro da Fonseca não houve mais tipografia no Brasil até 1808, quando a Imprensa Régia foi instalada com a chegada da Família Real portuguesa... MORAES, Rubens Borba de. **Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial**. Capítulo: “Tentativas de Estabelecimentos de Tipografias”. Rio de Janeiro; Livros Técnicos e Científicos, 1979.
- ¹⁸ Uma curiosidade: em uma conferência feita em 7 de setembro de 1910, em Cachoeiro de Itapemirim, e que depois seria reproduzida em três edições da **Álbum**, João Mota (vulto literário da região) abordou as transformações que a cidade - de uns poucos mil habitantes - vinha sofrendo e, já

naquela época, reclamava do progresso e reverenciava saudosista os bons velhos tempos: “A nossa evolução acentuada, o nosso desenvolvimento intenso, datam de 1850... Minha terra é de ontem. Tempos simples em que a nossa principal rua era quase uma estrada de rodagem, e por onde passavam grandes tropas enfeitadas de baeta vermelha aos estridulares dos cincerros por entre a araviosa gíria da tropeirada... Hoje, o lugarejo transformase em cidade; os sítios, onde outrora brinquei, desapareceram; os velhos a quem me ensinaram que respeitasse, já se foram na jornada eterna; a população se cosmopoliza. Em vez da antiga iluminação a querosene, as lâmpadas chiques da iluminação elétrica; em vez do Mestre Felipe que me dava passagem numa canoa, quando ia para o colégio, pontes metálicas de modernas construções; em vez das grandes tropas de dez lotes e mais, a portentosa artéria das estradas de ferro”. E pensar que isso foi dito em 1910...

OBSERVAÇÃO

O livro **Os Vieira da Cunha e o jornal O Martello** (ROCHA, Levy. Brasília. 1969) pode ser encontrado no Arquivo Público Estadual. Como sugestão para a publicação do artigo, cito aqui três ilustrações encontradas na referida obra: PÁGINA 16 – autocaricatura do Dr. Belizário Vieira da Cunha; PÁGINA 17 – a tríade de poetas da Fazenda da Prosperidade; PÁGINA 27 – capa do jornal “O Martello”.

Contato: Mattedi – (27) 3225-5120 / 9972-1391

ANTIGA ESTAÇÃO PEDRO NOLASCO*

José Mário Tironi
Cronista

Depois que escrevi o artigo “**Brasil dos Pedros**” na seção “Tribuna Livre”, ainda no tempo das tiragens “sem cores”, do jornal “A Tribuna”, comentando a predestinação que os **Pedros** têm e tiveram com o desenvolvimento da história do estado do Espírito Santo e do Brasil – passando pelo **Apóstolo Pedro, Pedro Álvares Cabral, Pedro Palácios, Pedro I, Pedro II, Pedro Américo, Pedro Furtado Monjardim, Pedro Nascimento, Pedro Daniel, Pedro Caetano, e os heróicos Pedros pedreiros** – percebi que havia cometido uma injustiça em não mencionar o nome de **Pedro Nolasco**, grande líder e pioneiro na implantação do que é hoje a mais eficiente ferrovia do mundo, a “**Estrada de Ferro Vitória a Minas**”, pertencente a “**Companhia Vale do Rio Doce**”

Lembro com que orgulho meu pai, **Mário Tironi**, que trabalhou 42 anos na CVRD, falava dos feitos daquele pioneiro, quando chegou a dedicar-lhe uma crônica, “**O Jequitibá Pedro Nolasco**”, a qual publico hoje na seção “Cartas”, em homenagem póstuma a esses dois grandes “ferroviários”, para que se compreenda melhor a importância, a determinação e a bravura desses homens que escreveram a história, não só do estado do Espírito Santo, mas de uma região e por que não dizer, do Brasil.

Merecidamente, a **Estação da EFVM em Argolas, Vila Velha**, tomou o nome de **Estação Pedro Nolasco**, tendo por ela passado algumas gerações, sendo eu uma testemunha ocular da história, pois

*Este artigo deu origem ao “Museu Ferroviário da Companhia Vale do Rio Doce”

como meu pai era pagador da CVRD e viajava mensalmente, tínhamos, eu e minha família, a tarefa de todo fim de mês, ir esperá-lo na bela e grandiosa estação, o que era “uma festa” para nós que ainda vivíamos nossa saudosa infância, valendo mencionar as noites que dormimos em seus bancos, na plataforma da estação.

Através de uma carta de Dório Nascimento, filho de **Pedro Nascimento**, publicada em “A Gazeta”, soubemos que essa estação está em precárias condições quando sabemos que nosso estado do Espírito Santo, tem no turismo – maior gerador de receita do mundo – sua vocação natural e que um prédio daquele porte poderia abrigar, em excelente condições, um **Centro Cultural**, ou seja, não só um **Museu Ferroviário**, mas um centro de atividades, com Biblioteca, lanchonete, anfiteatro, sala para exposição artística capixaba; bem como mostras permanentes e comercialização do artesanato local.

Em nossas viagens pelo Brasil, temos compartilhado e presenciado esse tipo de “aproveitamento” de prédios que, unindo o útil ao agradável, além de preservar o patrimônio histórico, contribui como pólo de atração turística, gerando empregos, onde todos saem ganhando. Exemplo deste tipo de “aproveitamento” encontramos em Belo Horizonte e em outras cidades que têm visão do futuro.

Recentemente, estive em Porto Alegre, onde visitei um antigo e belo prédio dos “Correios”, transformado em Centro Cultural, com amplos salões para exposições, tendo em anexo um excelente bar/lanchonete, onde servem chás e bebidas finas.

Na cidade de Rio Grande (RS), visitei um grande museu instalado no antigo prédio do porto daquela cidade, sendo que ali são expostos e bem conservados aparelhos, equipamentos e objetos que atraem turistas, rendem divisas e contribuem para preservar a memória de uma comunidade. Esta visita foi particularmente im-

portante e emocionante, pois pude rever equipamentos os quais manipulei há alguns anos, na saudosa “Western”, na qual trabalhei durante 15 anos, em São Paulo e Vitória.

Mergulho no tempo e volto ao ano de 1958, quando trabalhei na Vale do Rio Doce, na velha estação, pois ali funcionava a Via Permanente da Estrada da CVRD. Com uma ponta de saudade e orgulho, relembro do convívio sadio que tive com pessoas da estirpe de **Dr. Eliezer Baptista, Abner Romano, Rubens Foratini, Dr. José Furtado Beleza, Eglif de Negreiros, Marílio Cabral, Wilson Vassalo (Faé), José Mário Lopes, Naílo Cabral Coutinho, Gérson Porto**, entre outros que, por certo, desejam ver aquele patrimônio conservado e ao mesmo tempo, útil à comunidade capixaba.

Sabedor de que João Neiva já tem seu Centro Cultural, montado no velho galpão da Oficina de Vagões e Locomotivas – da CVRD – e que a sociedade continuará cobrando e vozes se levantarão em favor desta nobre causa, sendo que o prédio da Estação Pedro Nolasco será de fundamental importância para preservar nosso patrimônio histórico-cultural - e gerar empregos ao se criar ali importante pólo turístico.

Só resta dizer: com a palavra o Superintendente da Estrada, Alcio Ferreira Passos.

O ESPÍRITO SANTO E A GUERRA DO PARAGUAI

Getúlio Marcos Pereira Neres

Juiz de Direito

Associado Efetivo do IHGES

Membro da Academia Espírito Santense de Letras

I – O ES Militar da primeira metade do século XIX

O fato de ter sido a cidade de Vitória uma forte praça militar por todo o decorrer do século XVIII – já como Capitania da Coroa e em virtude da necessidade de defesa dos sertões auríferos das Minas Gerais – fez com que o alvorecer do Império tenha vindo encontrar no Espírito Santo uma forte organização, no tocante a este aspecto particular da Administração Pública. Este fato pode-se deduzir, por exemplo, das despesas correntes com a administração militar, da ordem de quase quatro vezes as despesas com as administrações civil e eclesiástica no ano de 1823 (OLIVEIRA, 75:282); ou dos registros de efetivos militares de primeira e segunda linha¹ no início do ano de 1828, que então totalizavam 1.849 homens (OLIVEIRA, 75:295), não passando a população da Província, em 1827, de 35.879 almas, aí incluídos escravos e índios aldeados (OLIVEIRA, 75:294).

Dada pelo Presidente Silva Pontes, desde o início do século XIX, a ordem de penetração ao interior, inclusive pela via do Rio Doce, abertos os portos da Província às nações amigas, que se fez por aviso de 18 de junho de 1818, cumprido pelo Governo da Província a 13 de julho do mesmo ano (DAEMON, 1879:132), a necessidade de fortificação da praça já não era premente. Assim, das cinco fortificações erigidas na Capital e aqui existentes por volta de meados do século XVIII (os fortes de São Francisco Xavier, o de

São João, o de São Diogo, o do Carmo, o de São Tiago ou de Nossa Senhora da Vitória, e o de Santo Inácio), apenas os de São Francisco Xavier, na entrada de Vila Velha, e o de São João, erigido no século XVI nos limites geográficos da povoação, ao pé do Morro da Vigia (atual sede do Saldanha da Gama) prestavam-se a fins militares no decorrer do século XIX.

A criação do Corpo Provincial de Polícia, em 1835, e a organização da Guarda Nacional, que no Espírito Santo data efetivamente de 1856², são marcos da história da organização militar da província na primeira metade do século XIX³. Ao aportar no Espírito Santo, em 1860, D. Pedro II constata e registra o estado geral das fortificações de São Francisco Xavier e de São João, bem como o reduzido efetivo do Corpo de Polícia, aquartelado no Carmo com a permissão da organização religiosa: trinta praças, conforme instituído pela Lei de 24 de julho de 1858 (ROCHA, 1980:57/58).

Duas fortificações, guarnecidas por peças de artilharia recém vindas do Arsenal da Corte, profissionais das forças de primeira linha e da Guarnição do Espírito Santo, mais de oitocentas praças da Guarda Nacional (OLIVEIRA, 1975:360) e o efetivo do Corpo de Polícia. Era, em resumo, o estado da Administração Militar da Província ao eclodirem, no sul, as hostilidades que levaram ao maior confronto armado já verificado na América do Sul.

II – A Guerra do Paraguai

A história da história da Guerra do Paraguai é, sem dúvida, o maior exemplo brasileiro de como a escrita da História depende de tendências momentâneas, de ideologias e de interesses outros daquele grupo que a escreve. Inicialmente compilada sob a égide da nascente historiografia positivista republicana, que contava fatos patrocinados pelo regime que se acabara de depor, sucedeu-se, por

ocasião do ciclo de governos militares, uma utilização dos fatos e personagens do conflito para fortalecimento da idéia de unidade nacional e de orgulho patriótico. A reação a isto foi o revisionismo histórico levado a efeito nos meios intelectuais e universitários, que procuravam enfraquecer o regime pela desmoralização de seus fundamentos ideológicos e conseqüentemente a destruição de mitos e dos ícones que lhes davam, a estes mitos, visibilidade junto à opinião pública.

O fato é que o conflito calou fundo junto à população dos países que nele se envolveram. NEVES (1983:81) refere o folclorista Paulo de Carvalho Neto que em seu “Folklore del Paraguay” afirma sentir que existe um ciclo da Guerra de Setenta, a ser recolhido na Argentina, no Brasil, no Paraguai e no Uruguai, ao tempo em que dá exemplos de recolhidas realizadas neste último país. No Brasil, idéia de como este episódio influenciou a imaginação do povo é dado por Pedro Calmon, em seu “História do Brasil na Poesia do Povo”, referido pelo mesmo Guilherme Santos Neves, em cujo livro citado consta recolha de Renato Pacheco aqui no Espírito Santo sobre o tema (1983:175/176).

II-I: A situação política na região do Prata

A Guerra do Paraguai foi um reflexo da política externa do Império do Brasil na intrincada situação geopolítica da América do Sul na segunda metade do século XIX. O colonial Vice-Reino do Prata começara a fragmentar-se, desde 1810, pela declaração da independência da Argentina (confirmada em 1816 no Congresso de Tucumán). Em 1811, Francia fez a mesma coisa com relação ao Paraguai, libertando-o, também – e com o concurso brasileiro - do domínio espanhol. Em 1828 o Uruguai libertou-se do Brasil, a que tinha sido anexado em 1821 como reação à invasão de

Napoleão Bonaparte a Portugal. Em meio à disputa entre Brasil e Argentina, surgiu na Cisplatina um outro país independente, patrocinado pela diplomacia inglesa, que pretendia ali uma zona de esmorecimento contra as tensões criadas nas relações entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata – papel que os uruguaios sem embargo não conseguiram cumprir.

O fato é que toda esta fragmentação não interessava ao poder econômico de Buenos Aires, que pretendia a manutenção de uma unidade comercial que ficara longe com a divisão da antiga possessão castelhana. Até por isto, o Uruguai independente continuava a ser um ponto de atrito nas relações entre Brasil e Argentina, os dois mais poderosos países da América do Sul. A guerra civil que ali se arrastava desde 1850 era veículo da disputa de influências de ambos países: já em 1851 o Brasil intervieria no Uruguai para depor o governo de Manuel Oribe, do partido blanco, ao argumento de que estes, em especial os proprietários rurais, eram os responsáveis por saques na região da fronteira gaúcha. Os “blancos” eram então apoiados pela Argentina, o que levou o Império do Brasil a invadir o território daquele país, no ano seguinte, para destituir o ditador Manuel Rosas.

Sem dúvida que os ânimos estavam exaltados no Brasil por esta época, reflexo direto de conflito diplomático com a Inglaterra: esta bloqueara a barra do Rio de Janeiro entre novembro de 1862 e janeiro de 1863, chegando a aprisionar cinco navios brasileiros na baía de Guanabara, como forma de pressão ao governo imperial para pagamento de indenização pelo desaparecimento dos salvados do Prince of Wales, navio naufragado nas costas do Rio Grande do Sul.

Na Argentina, reunificada contra as pretensões federalistas de algumas províncias, subira ao poder o presidente Bartolomeu Mitre, simpático às posições brasileiras, inclusive com relação aos

“colorados” uruguaios. Findo o período do governo de Bernardo Berro no Uruguai, o colorado Venâncio Flores, que combatera ao lado de Mitre, reiniciou a guerra civil, invadindo o território do Uruguai desde Buenos Aires e impedindo a realização de eleições. Em apoio à facção “colorada” do Uruguai, o Império do Brasil interveio mais uma vez naquele país em 1864, atacando o “blanco” Atanásio Aguirre em favor de Venâncio Flores.

Esta reviravolta enfraquecia a posição dos “blancos”, aliados informais dos paraguaios. Estes encontravam-se, então, sob a ditadura de Francisco Solano Lopez, filho de Carlos Lopez, dirigente que tornou o país uma espécie de “hacienda” da família. O isolamento, com o objetivo declarado de cuidar do bem-estar da população, era a política paraguaia. Mas este bem-estar era atingido, sobretudo, pela militarização da população: Carlos Lopez criou o serviço militar obrigatório, elevando o efetivo de 6.000 para 18.000 homens no serviço ativo e 46.000 reservistas. Subindo ao poder seu sucessor, Solano Lopez, em 1862, os efetivos militares aumentaram-se para 25.000 e 64.000 homens, respectivamente, para uma população total que não chegava a 1.000.000 de habitantes (FLORO, 1972:146)⁴.

Baseado neste poderio militar, Solano Lopez pretendia o papel de fiel da balança nas relações diplomáticas na região do Prata. Seus constantes pedidos de explicação a Buenos Aires e sua pretensão de arbitrar a questão desta com o Uruguai sobre o apoio prestado pelos portenhos aos revolucionários cisplatinos foi ignorado pela Argentina, ao recorrer à mediação de D. Pedro II. O ditador paraguaio tomou tal atitude como repulsa pessoal do governo argentino à sua pessoa (DORATIOTO, 2002:50). O fato da desconsideração do Paraguai pela Argentina como parte legítima nas negociações e o rearranjo das forças políticas no tabuleiro do xadrez político local (inclusive sob o peso das intervenções armadas

brasileiras na região), fizeram com que Solano López temesse pelo futuro de seu país, que só seria viável, na sua leitura geopolítica regional, se conseguisse manter uma saída para o mar – na base da anexação do Uruguai ou, no mínimo, na da conservação da auto-determinação deste último, que poderia comerciar livremente com o vizinho paraguaio.

Assim, ao ensejo da invasão do Uruguai, em setembro de 1864, por uma esquadra brasileira comandada pelo Almirante Tamandaré, que se dirigia a averiguar possíveis maus tratos (inclusive assassinatos) perpetrados pelos “blancos” à população brasileira lá residente, o ditador paraguaio manda, a 10 de novembro, e sem romper relações diplomáticas com o Império, aprisionar o navio brasileiro Marquês de Olinda, que subia o Rio Paraguai na direção do Mato Grosso e tendo a bordo o Presidente daquela província. Quase numa *blitzkrieg*, a 23 de dezembro os paraguaios lançam bem sucedida ofensiva sobre o território do Mato Grosso; em abril de 1865, invadem a província argentina de Corrientes, visando a atacar a província do Rio Grande do Sul, no Brasil, e a ocupação do território urguaio.

A contrapartida a esta muito bem planejada tentativa de expansionismo paraguaio foi a assinatura, em 1.º de maio de 1865, do Tratado da Tríplice Aliança, entre Argentina, Brasil e Uruguai, sendo o comando geral das atividades entregue a Bartolomeu Mitre. Um erro de cálculo do dirigente paraguaio - que considerava que sua ousada ação guerreira, aliada ao seu reconhecido poderio militar, forçariam o Brasil à negociação - arrastou a América do Sul a uma guerra total que durou de 1865 a 1870, e o Paraguai a uma pesada dizimação de seus recursos humanos e econômicos.

III – O Esforço de Guerra do Brasil

O já exaltado ânimo da população brasileira exacerbou-se ainda mais com as hostilidades perpetradas contra o Império por Solano Lopez. No entanto, o país continental possuía, à altura, força militar que se mostrou deficiente para responder à agressão externa. A Província do Rio Grande do Sul, ponta de lança armada da política imperial no Rio da Prata, não suportaria, sozinha, todo o esforço necessário a fazer frente a uma guerra total, sem precedentes na história da região. Por outro lado, pela maior parte do século XIX, o serviço militar profissional era considerado no Brasil uma atividade perigosa e, até por conta da exacerbada disciplina imposta às praças, não atraía muita demanda.

Para fazer frente à necessidade extraordinária, o Imperador, assistido pelos membros do Gabinete de 31 de agosto de 1864⁵, resolveu lançar mão de expedientes da mesma forma extraordinários para organizar as forças e lhe preencher as lacunas no Exército de linha: a convocação da Guarda Nacional, o Recrutamento e a formação dos Batalhões de Voluntários da Pátria.

Para IZECKSOHN (2004:187) a criação dos corpos de Voluntários da Pátria procurou tornar o Exército uma instituição aceitável para brasileiros de todos os extratos sociais, abrindo a instituição para indivíduos socialmente mais valorizados. Seja como for, o expediente para reforçar as forças brasileiras logo após o ataque paraguaio à província do Mato Grosso, que se fundamentou no Decreto n.º 3.371, de 7 de janeiro de 1865, foi uma iniciativa exitosa, e que atendeu plenamente as necessidades que condicionaram sua edição. Dizia o referido instrumento legal:

Atendendo às graves e extraordinárias circunstâncias em que se acha o País, e à urgente e indeclinável necessidade de tomar, na ausência do Corpo Legislativo, todas as providências para sustentação no exterior da

Honra e Integridade do Império, e tendo ouvido o meu Conselho de Ministros, hei por bem decretar:

Art. 1.º. São criados extraordinariamente Corpos para o serviço de guerra, compostos de todos os cidadãos maiores de 18 e menores de 50 anos, que voluntariamente se quiserem alistar, sob as condições e vantagens abaixo declaradas.”

A Infantaria do Exército de linha compunha-se, à época, de 07 Batalhões de Fuzileiros (com maior poder de fogo), 06 Batalhões de Caçadores, 03 Batalhões de Caçadores de Guarnição, 01 Batalhão de Depósito, 12 Corpos de Guarnição fixos, como dispunha o Decreto n.º 2.662, de 06 de outubro de 1860. O efetivo total previsto era de 16.054 homens, mas nenhum dos batalhões estava completo (DUARTE, 1981:131). Assim, ao efetivo das forças de primeira linha, das Guarnições das Províncias e de suas Forças Policiais fez-se acrescer o da Guarda Nacional e os voluntários que se apresentaram.

Se a afluência de voluntários não foi, a final, de molde a prover as necessidades (para um recrutador do Rio Grande do Sul, referido por IZECKSOHN (2004:185/186), “o medo [do recrutamento] foi maior que o patriotismo”), no entanto as adesões foram inicialmente entusiasmadas, notadamente na Corte e nas províncias do Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul, Maranhão, Ceará e Pernambuco. Uma idéia do estado de ânimo geral pode ser tirada, por exemplo, pelo fato do alistamento de Castro Alves, já consagrado poeta, republicano e abolicionista de primeira hora, que, no entanto, não pode seguir para o teatro de operações, por problemas de saúde. Mas dedicou aos colegas de “Batalhão Acadêmico” o poema “Aos Estudantes Voluntários”, recitado no Teatro Santa Isabel, no Recife, em 1865.⁶

No entanto os efetivos vinham sendo fixados por determinação do Governo Imperial. A Guarda Nacional, de

20 de janeiro de 1865 e 31 de maio de 1869, e fala em mais de mil e duzentos homens no total. DUARTE dá um quadro total da participação dos voluntários mobilizados em todo o país para fazer a guerra a Solano Lopez, e registra 966 no Espírito Santo (1981:217). A diferença entre ambos números se deve ao emprego da tropa profissional.

Cabe um breve exame das condições contemporâneas do Espírito Santo, inclusive no que diz respeito à relação do cidadão com as exigências de prestação militar. Para se ter uma idéia, a população da província em 1871, ao final do conflito, chegava a 70.585 habitantes, sendo 51.825 livres e 18.760 escravos ¹⁰.

IV.I – As condicionantes locais

IV.I.I: Saúde pública

A população sofria com a falta de condições de salubridade, de resto comum a várias províncias: em 1850 uma epidemia de febre amarela iniciada na Corte alcançou o sul do Espírito Santo, logo se espalhando por todo o território; em novembro de 1854 um surto de cólera originado no Pará chegava à província, e em 1855 fizera já mais de mil vítimas (OLIVEIRA, 1975:349); a varíola desde sempre fazia estragos, tendo-se espalhado em 1859 um surto bastante significativo desde São Mateus até outras localidades (Apud OLIVEIRA (1975:361).

IV.I.II: O “recrutamento do Ururau”

Durante todo o período colonial a população podia ser convocada para pegar em armas, no caso de necessidade, conforme já se referiu acima. No período imperial, da mesma forma, a grande maioria dos cidadãos que não tinham a atividade militar como profissão eram – ou deveriam ser – alistados para esta prestação,

no regime que instituiu a Guarda Nacional¹¹. Mas as necessidades pontuais em várias ocasiões determinaram a convocação forçada de cidadãos para o serviço militar. No Espírito Santo registrou-se fato desta natureza alguns anos destes acontecimentos, e que calou fundo no ânimo da população. Foi o episódio que ficou conhecido como “recrutamento do Ururau”, em 1827¹².

De passagem pela costa espírito-santense no dia de celebração de Corpus Christi de 1827 o brigue de guerra Ururau, sua guarnição, sob as ordens do Comandante das Armas local, Francisco Antônio de Paula Nogueira da Gama, deteve indistintamente cidadãos do sexo masculino nas ruas da Capital, que foram transportados para o Rio de Janeiro e de lá seguiram para a Guerra da Cisplatina¹³. Este acontecimento fez com que durante muito tempo se deixasse de realizar em Vitória aquela procissão religiosa.

IV.I.III: A visita do Imperador ao Espírito Santo

O fato da visita do Imperador D. Pedro II ao Espírito Santo encheu a população de orgulho e por toda a parte se engalanou para recebê-lo. Sua Majestade aqui desembarcou em 26 de janeiro de 1861, em companhia da Imperatriz D. Teresa Cristina, e durante duas semanas percorreu as Colônias de imigrantes e as principais localidades da província. Na Capital inspecionou fortificações e quartelamentos de tropas, passando-as em revista e constatando seu estado, como já referido na seção introdutória deste texto.

IV.I.IV: O recrutamento

Embora a idéia de “sensação de isolamento” da Província, passada por alguns autores, seja discutível – p. ex., Vitória foi, desde sempre, um centro de comércio de produtos agrícolas; durante o século XIX recebeu ilustres visitantes estrangeiros, entre eles, o

Arquiduque Maximiliano da Áustria, primo de D. Pedro II e que, aliás, com este se encontrou em terras capixabas — o fato da presença do Imperador do Brasil em terras capixabas elevou o moral e a sensação de patriotismo da população.

Logo após a visita Imperial as notícias referentes à política externa chegavam da Corte e demais centros regionais num crescendo, insuflando paulatinamente a população “seduzida” pela presença recente de seu Imperador. Assim, a Província do Espírito Santo de fato acorreu ao chamado para a Guerra e, dentro de suas reduzidas possibilidades humanas - e apesar dos traumas anteriores — concorreu, como o restante do país, para a formação dos Batalhões de Voluntários da Pátria que se dirigiram e atuaram no teatro de operações.

V- A Força do Espírito Santo na Guerra

Das seis expedições citadas de efetivos capixabas para o teatro de operações, inicialmente no Uruguai e em seguida no próprio Paraguai, é possível se fazer referência segura à atuação de duas delas. Na primeira fase da Campanha, de março de 1865 a novembro de 1866, o Ministério da Guerra determinou a formação de dois Exércitos, que atenderiam a propósitos estratégicos diferentes: o primeiro reuniu-se em Montevideú, sob o comando do Brigadeiro Manuel Luis Osório, e destinava-se a levar a guerra ao Paraguai; o segundo estacionou na porção sudoeste do território da Província do Rio Grande do Sul, em frente a Uruguaiana, sob o comando do Tenente-General Manoel Marques de Sousa, Barão de Porto Alegre. Este substituiu em comando o Brigadeiro honorário David Canabarro, que não conseguiu conter a invasão do território brasileiro pela Coluna Estigarríbia, em São Borja/RS. Organizou-se, ainda, um Destacamento Especial das três Armas, orientado por

uma Comissão de Engenheiros e que penetrou em território inimigo, tendo que manobrar em retirada acossado pelo inimigo e pela peste, conforme narrado pelo Visconde de Taunay no célebre “A Retirada da Laguna”.

Um dos primeiros efetivos a sair de terras capixabas foi incorporado ao 12.º Batalhão de Voluntários da Pátria e reuniu-se, em Montevidéu, ao 1.º Exército Na apresentação da estrutura da segunda parte de seu trabalho, DUARTE narra que o 1.º Exército (que em março de 1866 teve mudada sua designação para 1.º Corpo de Exército) reuniu-se em Montevidéu, deslocou-se para Daiman, transpondo o Rio Uruguai em 11/07/1865. Após a partida da vanguarda de D. Venâncio Flores, em demanda dos paraguaios que se moviam pela margem direita do Rio Uruguai, em 11/08 o grosso do Exército começou a mover-se entre as províncias argentinas de Corrientes e Entre Rios, transpondo o Rio Paraná e invadindo o território paraguaio a 16/06/1866. Após os primeiros combates para formação de uma cabeça-de-ponte, feriu-se, em 02/05/1866, a Batalha de Estero Bellaco e a 24/05/1866, a 1.ª Batalha de Tuiuti. A 15/07/1866, Osório transferiu o comando ao Marechal Polidoro da Fonseca (o Marquês de Caxias assumiu o comando-chefe do Exército Imperial a 18/11/1866).

Como referido acima, DEMONER (1985:68) fala de um primeiro contingente seguido para a Corte a 20 de janeiro de 1865, sob o comando do Capitão Pedro Jaime Lisboa, composto de 207 Guardas Nacionais, 05 Recrutadas para o Exército, 87 Voluntários da Pátria, 06 Recrutadas para a Armada e 04 Voluntários da Armada, mas não refere registros locais, nem de sua incorporação a algum dos Corpos de Voluntários da Pátria. Se a data de partida estiver correta, este contingente pode ter sido incorporado ao 1.º Corpo de Voluntários da Pátria, mandado criar por S. M. a 10/02/1865 para incorporar os diversos voluntários àquela altura já alistados na Corte.

O fato é que, em relatório apresentado à Assembléia Provincial a 26 de maio de 1865, o Presidente da Província, Dr. José Joaquim do Carmo, registra a incorporação, em quatro meses, de 273 voluntários e 66 recrutamentos forçados, sendo destes 40 recrutadas para o Exército e 26 para a Armada (1865:4/5). DUARTE (vol II, tomo I) registra ofício do mesmo Presidente do Espírito Santo ao Ministro da Guerra, Visconde de Camamu, dando conta de que o 2.º Tenente da Guarda Nacional da Província iria partir para a Corte, encarregado de apresentar ao Ministro 58 voluntários capixabas, que ao que tudo indica foram incorporados ao 2.º Batalhão de Voluntários da Pátria, mandado criar a 27 de fevereiro de 1865 (1985:37).

VI – A Guarnição da Província do Espírito Santo junto ao 12.º CVP

Mas o primeiro efetivo de cuja partida se tem registro, que faz parte do total referido no Relatório do Presidente José Joaquim do Carmo, foi o do Corpo de Guarnição da Província, que seguiu para a Corte em 14/02/1865. NOVAES (s/d:248) registra que entre estes seguia o jovem Antônio Pinto Ribeiro, o primeiro a apresentar-se em Vitória como voluntário.

DAEMON (1879:215) registra os nomes de Oficiais e Inferiores que seguiram nesta leva: Major J. Batista de Souza Braga; Capitães Tito Lívio da Silva e João da Silva Nazaré; Tenentes Antônio Rodrigues Pereira e Manoel Francisco Imperial; Alferes José Marcelino de A. Vasconcelos, Francisco F. Pinheiro Passos, Francisco A. Leitão da Silva, Joaquim de Castanheda Pimentel e Miguel Calmon du Pin Lisboa; 1.ºs Cadetes, Vago-mestre Francisco Rodrigues Pereira das Neves e Luís Vieira Machado; 2.º Cadete Alexandre Félix de Alvarenga Sales; 1.º Sargento João Custódio da

Silva; 2.º Sargento Cândido Gaia Peçanha; Furriel Jacinto F. de Carvalho. Como Ajudante de Ordens seguiu o 1.º Tenente do Regimento de Cavalaria Inácio João Monjardim de Andrade e Almeida. Seguiram, também, os médicos do Corpo de Saúde, Dr. Florêncio Francisco Gonçalves e Dr. Fortunato Augusto da Silva. Ainda, o Cabo de Esquadra Francisco de Araújo, de alcunha *Chico Princesa*, que se destacou em ação chegando ao Posto de Tenente em Comissão.

Organizado o efetivo, a oficialidade mandou rezar missa no Santuário da Penha, que foi celebrada por Frei Teotônio de Santa Humiliana a 12 de fevereiro, exortando os capixabas a irem e vencerem (NOVAES, s/d:248). A partida para o Rio de Janeiro se deu, como já dito, a 14/02, chegando à Corte a 15/02 e aquartelando-se na Armação, em Niterói, onde a tropa encontrou o 9.º Batalhão de Infantaria, de Pernambuco. A 18/02 foi dada a ordem de partida para o sul, a que esteve presente o próprio Imperador D. Pedro II, embarcando o efetivo no vapor *Oiapoque*, com destino a Montevideú, onde, após a rendição da praça ao Marechal João Propício Mena Barreto, formaria a 9.ª Brigada (DUARTE, vol 2, tomo II; 1981:112).

O Alferes capixaba Calmon du Pin registrou, em diário, a viagem desde o Rio de Janeiro e a chegada a Montevideú. Transcrita por DUARTE (idem, 1981:112/115), ora transcrevemos, como único registro da viagem da tropa que primeiro chegou ao teatro de operações:

Dia 18, posto que amanhecesse nublado, dava esperança de mais tarde clarear; como quer que fosse, nada mais nos poderia deter, e aí estavam as lanchas de transporte.

Pouco depois o Corpo Policial da Província do Rio de Janeiro, o 9º Batalhão de Infantaria (de Pernambuco) e o Corpo de linha do Espírito Santo, em completa ordem de marcha, desembarcaram no Arsenal da Marinha.

Dáí, por volta das 9 horas, entre múltiplas ondas de povo, desfilava uma

linda Brigada de Infantaria, composta daqueles três corpos.

Uma multidão, aglomerada nas Ruas Diretas e D. Manoel e nos Lagos do Paço e do Moura, ornamentados de bandeiras, davam vivas àquela corte. Entramos no Arsenal de Marinha. Ao largo, as poucas amarras do cais, pairava um grande vapor, cujas chaminés fumegavam. Era o Oiapoque, designado para conduzir-nos a Montevidéu; de preferência a outros navios, ostentava-se ali, cheio de júbilo.

S.M o Imperador, tendo abraçado os oficiais e um soldado de cada um dos corpos, pedindo que transmitisse esse abraço aos camaradas, retirou-se de bordo comovido, almejando-nos rápida viagem.

Seriam onze horas quando o Oiapoque, então com as honras de transporte de guerra, deixou a baixa do Rio de Janeiro e atirou-se fazendo proa para o sul, aos imensos domínios de Neptuno.

Até a altura de Santa Catarina, magnífica foi a viagem, No dia 21, caiu fortíssimo pampeiro (o tempestuoso vento sul), entre uma e duas horas da tarde, escurecendo imediatamente todo o horizonte. Em seguida, uma tremenda "tromba de nuvem", retorcendo-se em espiral, encaminhando-se sobre o vapor, tocada de sua força aceleratriz, ameaçava-nos cruelmente devorar!

Tudo isso aconteceu em três minutos, com a felicidade de nos vermos salvos da furiosa "manga", que rodando por sota-ventos e sibilando terrivelmente, ainda borrifou em sua carreira toda a guarnição a bordo.

Por segurança o navio arribou em Santa Catarina, enquanto o tempo não melhorasse.

Na manhã de 22 de fevereiro entramos pela barra norte da Bahia de Desterro, parando o Oiapoque em frente ao Forte de Ratonos, onde lançou Ferro.

Oficiais que foram a terra trouxeram a notícia que a praça de Montevidéu havia capitulado e, que conseqüentemente, estava concluída a Guerra na República do Uruguai.

As bandas de musica do 9º de linha e do Corpo de Policia de Niterói executaram o hino nacional brasileiro, prosseguindo depois com dobrados, alegrando a todos até o toque de recolher.

Ao clarear do dia 24, o Oiapoque deixou a barra da Capital de Santa Catarina, saindo pelo lado sul, e fez proa para Montevidéu com vento favorável.

Não se tendo feito aguada, começou ela a falar-nos no dia 25, recebendo as praças 1/2 ração do liquido.

Nós, oficiais e cadetes, recebíamos pela manhã um pequeno moringue cheio, que não nos matava a sede, excitada pela teimosa carne seca, cujos salobros guisados, acompanhados de uma dose de bolachas rígidas, que era, então o pão nosso cotidiano. Para remediamos tão sensível falta,

bebíamos cerveja, comprada a bordo por excessivo preço. Mesmo assim, no dia 27 não havia a bordo uma só gota d' água doce. Mas, por felicidade, na noite desse dia, pelas nove e meia, chegamos ao porto de Montevidéu. O Oiapoque fundeou entre os vapores da nossa Armada, ali garbosamente ancorados, a cujo chefe fez-se o pedido d' água potável, que prontamente foi satisfeito."

NO ACAMPAMENTO DO CERRO

"A 28 de Fevereiro os três corpos tiveram ordem para desembarcar no Cerro, pitoresco lugar fronteiro à Cidade, onde existe um monte, cujo cume sustenta o forte desse nome, de soberba catadura.

O serviço de desembarque, que em semelhantes condições não é dos mais simples, tendo começado ao meio-dia, com todo o rigor do sol, cujo calor quase nos abrasava, só pôde terminar ao anoitecer, ficando ainda as barracas e as bagagens a bordo, até a noite seguinte"

O impávido General Osório, que já aí se achava, dispôs pela melhor forma os nossos acampamentos, de modo a ficarem aqueles três corpos em bom terreno, e a curta distancia um do outro.

Desde logo tomou a Brigada a denominação de 9ª Brigada de Infantaria, cujo comando foi designado o Coronel João Guilherme Bruce.

Nessa Noite, está sabido, dormimos ao relento, dando graças ao céus por não sobrevir alguma chuva que nos molhasse ainda mais do que na frígida orvalhada.

Às 6 horas da manhã, desfeita a formatura, foi-nos entregue o que havia ficado a bordo do Oiapoque, dando-se, em seguida, o começo ao abarracamento, alinhando e assentando na fralda da montanha, que descia pela retaguarda do forte.

Muitos batalhões vi, depois de pronta a minha tenda, acampados ali e acolá na vasta e agradável planície, graciosamente acidentada, que se desliza pela esquerda do cerro, formando grupos de luzidas brigadas das três armas do Exército.

No acampamento, tudo se vendia, e nada nos parecia caro: as saborosas pera d'água, uvas, damascos e muitas outras frutas; o bem amassado e cozido pão, não só de trigo, como de milho; os gostosos bolos, rosas e bolachas doces; as verduras de toda a espécie, e até miudezas de amarinho! Carne alguma, pois, ali nada nos faltava, nem mesmo os exercícios militares, feitos os marche-marche, que todas as manhãs e todas as tardes eram postos em prática, com exceção dos domingos e dias chuvosos; porém, como para uso há compensações, nos entretínhamos às vezes de dia e sempre nas noites de luar, reunidos muitos oficiais e cadetes, com adequados jogos de prendas, danças e outras diversões, mitigando ao

mesmo tempo as duras saudades, que nunca se desvaneciam, do lar doméstico e da querida pátria.

A 9ª Brigada recebeu ordem de marcha na manhã de 26 de abril, e pelas três horas da tarde levantamos acampamento.

Procedeu-se uma marcha de cerca de um quilometro, a Tropa fez alto num pequeno povoado, ensarilhou armas, dormindo ao relento. No dia 27 prosseguiu-se na marcha, após a primeira refeição fez-se alto num saladeiro à beira-mar, a fim de embarcar em um trapiche. Mas o embarque foi retardado e só realizou à boca da noite, por chegarem tarde os barcos transportes.

À canhoneira Ivaí coube a dita de receber a seu bordo o Corpo de Guarnição, com o qual entrou no Rio da Prata, por volta das nove horas da noite.

Resolvida a questão com o Uruguai, a 20 de fevereiro de 1865, Mena Barreto conseguia dispensa por problemas de saúde, assumindo o comando do Exército o Brigadeiro Manoel Luis Osório, que na campanha uruguaia comandara a 1.ª Brigada de Cavalaria. Decidido o governo Imperial a ir à guerra contra Solano Lopez, o exército em formação no Uruguai recebia contingentes de todas as partes do país. Em sua primeira Ordem do Dia, declarava Osório que em 27 de fevereiro foram incorporados ao seu Exército o 9.º Batalhão de Infantaria, o Corpo Policial do Rio de Janeiro (denominado 12.º Corpo de Voluntários da Pátria a 19/05) e o Corpo de Guarnição do Espírito Santo, que formaram a 9.º Brigada de Infantaria, sob o comando do Coronel João Guilherme Bruce.

V.I.I – Na Esquadra Imperial

A 27/04/1865, após a necessária autorização do Ministério da Guerra à solicitação do Almirante Tamandaré, o Exército cedia à Armada a 9.ª Brigada, ante a deficiência de fuzileiros para guarnecer os navios imperiais. O efetivo embarcou para Buenos Aires, num total de 862 homens, entre Oficiais e praças, contando-se dentre estes 04 Oficiais e 94 praças do Corpo de Guarnição do

Espírito Santo (DUARTE, volume 2, tomo II, 1981:118). Em 28/04, sob as ordens de Francisco Manoel Barroso da Silva, seguiram para Buenos Aires a fragata capitânia Amazonas, corveta Parnaíba e a canhoneira Ivaí, que se reuniram à 3.^a Divisão da Esquadra Imperial, sob o comando do Capitão de Mar e Guerra José Secundino Gomensoro.

Esta formação retomou aos paraguaios a cidade argentina de Corrientes, a 25 de maio, mas a guarnição de infantaria utilizada em apoio à Esquadra foi a do 9.º Batalhão de Infantaria, Corpo de Linha. As forças capixabas permaneceram fora de ação, juntamente com o Corpo Policial do Rio de Janeiro, “Corpos estes pouco experimentados em trabalhar em ordem extensa e outros desenvolvimentos no Teatro de Guerra” (DUARTE, 1981:)

No entanto, a presença da Esquadra brasileira no local representava um ameaça para Solano Lopez, que veio a Humaitá planejar pessoalmente a destruição das forças de Barroso. Este estava embarcado na Amazonas, sua nau capitânia. A força do Espírito Santo – já então 110 homens sob o comando do Major João Batista de Souza Braga - seguia junto a 178 homens da Armada e 36 homens do contingente do 1.º Batalhão de Artilharia na corveta Beberibe. Total da guarnição desta nau, 324 homens, sob o comando do Capitão-Tenente Bonifácio de Sant’ Ana e 08 Oficiais (DUARTE, idem, 1981:126).

VI.II – Riachuelo

Ferindo-se a batalha naval de Riachuelo a 11/06, a Beberibe foi a segunda nau a romper o fogo inimigo da bateria de 32 peças colocada na barranca do rio e com a cobertura dos vasos de guerra paraguaios. Infligida, a final, a derrota à Esquadra paraguaia, a coluna do General paraguaio Robles retirou-se de Corrientes e estabeleceu-se no Passo da Pátria, margem norte do Rio Paraná. O

balanço da batalha foi o seguinte: nove navios da Marinha, com 59 canhões e 2.287 homens, dos quais 1.113 dos Corpos da Marinha e 1.174 do Exército. Baixas: 247 mortos, feridos e extraviados, sendo 123 da Armada e 124 do Exército. Os paraguaios perderam em Riachuelo mais de 1.000 homens, 4 vapores e 6 baterias flutuantes (DUARTE, idem, 1981:136).

Os comandantes das naus presentes à batalha deram suas partes ao comando geral. Sobre a força do Espírito Santo assim se manifestou o Comandante da Beberibe, Capitão-Tenente Bonifácio Joaquim de Sant'Ana:

As praças do Corpo da Guarnição do Espírito Santo, que estão destacadas neste vapor, também merecem ser louvadas, por terem seguido o exemplo do seu bravo comandante, o veterano Major João Batista de Souza Braga, que esteve em seu posto de honra todo o tempo que durou o combate. Baixas do Corpo de Guarnição do Espírito Santo: morto o soldado Antônio Pinto da Silva; feridos o Tenente Manoel Francisco Imperial e 3 soldados." (DUARTE, idem, 1981:138).

Na manhã de 18/06, a Esquadra Imperial, formada pelos mesmos navios que venceram Riachuelo, menos a Jequitinhonha, que fora substituída pela Itajaí, forçou passagem em Mercedes sobre 36 canhões paraguaios, e sob vivo fogo de artilharia de parte a parte transpôs o passo, contando-se entre as 14 baixas o comandante da Beberibe, Capitão-Tenente Joaquim Bonifácio de Sant'Ana, falecido dois dias depois em virtude dos ferimentos que recebeu em seu posto de combate.

Após romperem também a passagem de Cuevas, com pesadas baixas, a Esquadra fundeou no Rincón Del Soto, onde permaneceu por muitos meses. A 21/02/1866, assumiu o Vice-Almirante Tamandaré o comando da Força Naval, e a 16/04 o Exército aliado operou o desembarque. No dia 18/04 os brasileiros ocupam o Forte Itapiru, e a 24/05 derrotam o Exército paraguaio em Tuiuti, não tendo

o 12.º Corpo de Voluntários tomado parte na batalha por encontrar-se, ainda, guarnecendo os navios da Esquadra.

V.II – Segue a Força Policial

Durante o desenrolar dos acontecimentos acima, seguiram para a Corte, a bordo do vapor Diligente, efetivos da Força Policial do Espírito Santo, acrescido de voluntários. A partida deste contingente se deu em 05/12/1865, sob o comando do 2.º Tenente João Antunes Barbosa Brandão. Chegados à Corte a 06/12, embarcaram a 12 do mesmo mês, desembarcando em Montevideú a 18 de dezembro.

A 04/01/1866, receberam do Comandante da Praça ordem de mobilização, tendo seguido juntamente ao Corpo Policial da Província do Rio Grande do Sul para Corrientes, na Argentina, aonde chegaram a 20/01. Em 12/02, seguiram com o mencionado corpo policial para Lagoa Brava, onde estava estacionado o Exército. A 18/02, seguiram para Tala-Corá e de Tala-Corá para o Passo da Pátria, a 31/03. Em 01/04 todo o Exército já se encontrava acampado em Tala-Corá, na margem do Rio Paraná, fazendo a passagem do rio no dia 16 de abril. A 16 e 17/04 feriram-se combates para o avanço das forças brasileiras, sendo que em 18/04 assegnorearam-se do Forte de Itapiru - como registrado na seção anterior, permanecendo o Corpo da Guarnição do Espírito Santo embarcado. Desde 27/04 estavam os aliados de posse do acampamento entrincheirado do Passo da Pátria, cobertos na direção do inimigo pela Vanguarda do Brigadeiro Flores.

V.II.I – Estero Bellaco

A 02/05, cerca de meio dia, os paraguaios caíram de surpresa sobre a Vanguarda, repelindo as unidades da frente e penetrando no campo defendido pelo Brigadeiro Flores. Houve necessidade de reforço, e ainda assim o inimigo arrebatou quatro bocas de fogo. As

perdas foram terríveis: do lado dos Aliados, 1.551 combatentes, sendo 1.102 brasileiros, 400 uruguaiois (quase metade de suas forças) e 49 argentinos. No entanto o Exército permaneceu acampado por dezoito dias na região de Estero Bellaco, onde se dera o combate de 02/05, só se movimentando a 20/05 em direção a Tuiuti. Desde 22/05 as forças aliadas vinham-se dispondo na ocupação do sítio. Lá, na direção do norte, o inimigo esperava o ataque aliado, visando a esmagar definitivamente a ofensiva.

VII.II – Tuiuti

O comandante capixaba João Antunes Barbosa Brandão fora nomeado a 09/05 escrivão da repartição. Deputado do quartel mestre general junto ao Comando em Chefe, tomou parte na batalha de Tuiuti, em 24 de maio (ASSIS, 1919:100). Naquela quinta-feira o Marechal paraguaio Lopez lançou contra as posições aliadas quatro colunas. Envolvendo, inicialmente, o Exército de Vanguarda de D. Venâncio Flores, o inimigo, desorientado taticamente, choca sua Cavalaria contra a coluna de Artilharia do General Mallet, o que representou o início da derrota guarani. O Brigadeiro Sampaio, à frente da sua Divisão Couraçada, repele a agressão, tendo saído gravemente ferido de combate.

VII.III – João Antunes Barbosa Brandão

Derrotados os paraguaiois em Tuiuti, João Antunes Barbosa Brandão foi elogiado na ordem do dia do Comando em Chefe de 28/05, pela coragem e sangue frio com que se portou durante a ação. Por Decreto de 18/07 foi nomeado Cavaleiro da Ordem da Rosa, pelos serviços prestados nos combates de 16 e 17/04, 02 e 24/05.

Dos assentamentos de João Antunes Barbosa Brandão extraiu ASSIS, a partir deste ponto, as notas seguintes:

Assistiu aos combates de 16 e 18 de Julho e o bombardeamento feito ao inimigo no dia 14 de Junho tudo de 1866. Por ordem do dia do comando em chefe de 15 de Março do 1896, foi nomeado ajudante do almoxarife dos hospitais militares e de Corrientes com exercício no de Saladero em cujo emprego esteve até a extinção desse hospital em 14 de Setembro do dito ano. Embarcou de Saladero com destino ao Exército em 4 do mesmo mês e a 5 apresentou-se ao quartel general do 2.º Corpo do Exército que se achava acampado em Humaitá passado em virtude da lembrança do mesmo quartel general de igual data a servir no corpo de contorneiros do qual foi desligado a 22 do referido mês por passar na mesma qualidade de adido a servir no terceiro batalhão de artilharia de pé. Por ordem do dia do quartel general do 2.º corpo do Exército de 23 de Novembro foi nomeado ajudante de ordens do comandante da 8.ª brigada de infantaria e pela extinção dessa brigada a 18 de Outubro seguinte passou a servir junto ao comandante da praça da guarnição brasileira em Humaitá, sendo por ofício do deputado do ajudante do general de 19 de Janeiro de 1896 (sic) [1887] determinado ao comandante da praça do Humaitá que o fizesse seguir para o exército e a 23 do mesmo mês dispensado do emprego que exercia junto ao comando e no mesmo dia seguiu para o exercito, onde se apresentou a 24 tudo do referido mês de Janeiro por ordem do comando em chefe sob o numero 4 datado de 26 do mencionado mês; foi nomeado para servir na repartição de deputados e de ajudante general junto ao comando em chefe seguiu com o exército de Assunção a 5 de Abril e acampou em Lage a 5 do mesmo mês por ordem do dia do comando em chefe datado de 24 do dito mês de Abril foi nomeado para servir no corpo de voluntários continuando porém no emprego em que se achava no quartel general marchou com o quartel general no dia 22 de Maio acampando em Piraju "a 5 do mesmo mês assistiu aos reconhecimentos feitos as posições dos inimigos em Serre Leon a 3 em Escurras" a 12 tudo de Junho. Por lembrança do quartel general do comando em chefe de 2 de Julho foi dispensado do emprego que no mesmo quartel general exercia a fim de reunir ao seu corpo passando a 24 de Setembro, em virtude da lembrança do comando da guarnição de Assunção de 22 do dito mês a ficar adido no terceiro batalhão de artilharia a pé por se achar empregado no quartel general do dito comando de cujo batalhão foi desligado a 21 de Abril de 1870 por ter sido mandado seguir para o Humaitá com o primeiro batalhão de infantaria. Da guia passada pelo coronel comandante desse batalhão consta que por ordem verbal desse comando das forças do sul do Manduvira, foi mandado adir ao dito batalhão para com ele partir para o Brasil a 21 de Abril seguiu com o batalhão da cidade de Assunção para o acampamento de Humaitá, a 24 do mesmo mês embarcou com o referido batalhão no transporte San José com destino a Corte a 16 de Maio

desembarcou na Província de Santa Catarina a 28 do dito mês e reembarcou a 7 de Junho chegando a Corte a 9 do mesmo mês. Em virtude da ordem do tenente-general ajudante general no exército transmitida no ofício do secretário do mesmo comando sob numero 10135 de 16 do referido mês, foi desligado do mesmo batalhão e apresentou-se a presidência dessa província em 22 de Setembro do referido mês e ano de 1870, como conta do visto lançado na sua fé de ofício do dia em que se apresentou. Foi nesse mesmo ano nomeado comandante da força deste Estado, até a data de 1883, em que foi reformado.” (1919:100/102)

VI – O Fim da Guerra

A 16/08/1869 travou-se a última batalha da Guerra, a de Campo Grande, em que as tropas paraguaias foram reforçadas por jovens de 14 e 15 anos de idade. A mortandade foi total: os paraguaios perderam 2.000 homens, sendo 1.200 feitos prisioneiros; além disto, 23 canhões e 42 carretas de munição. Os aliados, 62 mortos e 389 feridos. Foi a batalha responsável pela má fama da campanha do Paraguai no Brasil, pela qualidade das tropas paraguaias postas em combate. No âmbito da campanha, foi a que aniquilou completamente as pretensões paraguaias.

Faltava, apenas, a eliminação do comandante: Solano Lopez foi alcançado pelas tropas brasileiras em Cerro Corá, a 01/03/1870, ferido a lançaços pelo Cabo Francisco Lacerda e morto por outro soldado por um tiro de fuzil. A 20/06/1870 o Governo provisório do Paraguai assinou protocolo com os aliados aceitando os termos do Tratado da Tríplice Aliança.

VI.I – Balanço final

Muito se comenta sobre a redução da população paraguaia, após os estudos revisionistas levados a efeito na década de 70 do século XX. No entanto, um viajante estrangeiro em visita ao Paraguai em 1869, discutindo as várias estimativas, concluiu que a população do país imediatamente antes do conflito era de 400.000

a 450.000 habitantes, número este já reabilitado pelos estudos mais modernos e isentos (DORATIOTO, 2002:456)¹⁴. Hoje sabe-se que a drástica redução da população masculina paraguaia na período deveu-se também, além da guerra, pela mortandade causada pelas doenças e pela migração para os países vizinhos, fugindo do conflito.

Somente em voluntários, descontado, aí, o Exército profissional e a Armada, o Brasil mobilizou em torno de 139.000 homens, de um total de pouco mais de 1.000.000 de habitantes, ou seja, 1,5% (um e meio por cento) da população (DORATIOTO, 2002, 458). Como já referido, o Espírito Santo contribuiu, ao final, com 966 homens nas mesmas condições.

VI.II – Em Vitória

Chegada ao Espírito Santo a notícia do término da Guerra, pela morte de Solano Lopez, a população encheu-se de júbilo. O Jornal “Correio da Vitória” de 09/04/1870 noticiou os festejos havidos na Capital: um solene Te Deum na Capela Nacional, celebrado pelo Padre Francisco Antunes de Siqueira em ação de graças pelo fim das hostilidades; a realização de uma passeata comemorativa pelas ruas da cidade, ao som de Banda de Música (DEMONER, 1985:72). A referida autora transcreve, ainda, das páginas do Jornal “Correio da Vitória” de 25/03/1870, poema de autoria de Luiz Alves da Silva Castilho, louvando a bravura do soldado capixaba no conflito:

*“Da guerra o termo soou!
Dessa luta tão sangrenta
Que os brios de Brasileiros
A mil Heróis despertou,
Um a um foram com garbo,
Para o Brasil colher glórias,
E bradou por fim – Vitória!”*

“O Cabo Chico-Diabo”.

*Travou-se leal combate
Entre forças que lutavam,
E as hostes brasileiras
Como sempre triunfaram.
- Ob! Pátria mãe, vai morrer
Quem de ti fez menos Cabo! –
Disse um bravo de um só golpe
“Do Chico-Diabo deu Cabo”.*

VI.III: Honras aos capixabas

O Espírito Santo soube honrar seus filhos que estiveram em campos paraguaios. Dos destinos que já se levantou, citem-se os seguintes:

Por sua atuação no conflito, que serviu de exemplo à força policial capixaba lá em operação, e também pelo fato de ter comandado por três vezes a Força Policial, passou o Capitão **João Antunes Barbosa Brandão**, Tenente Coronel Honorário do Exército, a Patrono da Polícia Militar do Espírito Santo, pelo Decreto n.º 07, de 06 de agosto de 1947 (DEMONER, 1985:73).

O **Cabo de Esquadra Francisco de Araújo**, de alcunha **“Chico Princesa”**, que se destacou em ação, chegando ao Posto de Tenente em Comissão. “Chico Princesa”, morto ao içar a bandeira brasileira em Tuiuti, deixou à sua genitora uma pensão concedida pelo Imperador, tendo sido dado seu nome pela Assembléia Legislativa a um das ruas da Capital da Província (DAEMON, 1879:215).

O Cadete **Luiz Vieira Machado**, que, promovido a Alferes, comandou um Corpo de Voluntários da Pátria. Ao término da Guerra foi promovido a Capitão (DEMONER, 1985:73).

Antônio Nunes Sales, da mesma forma promovido por bravura a Alferes e a Tenente, e ao Posto de Capitão, ao retornar, com o término da Guerra (DEMONER, 1985:74).

A mesma autora registra ainda, como tendo merecido promoções por atos de bravura, o Alferes **José Francisco Pinto Ribeiro**, **Manoel Augusto da Silva**, o 2.º Cadete **Alexandre de Alvarenga Sales**, o Alferes **Francisco Pinheiro Passos**, **Antônio Pires de Oliveira**, **Pedro Jaime Lisboa**, **Manoel dos Passos Ferreira Júnior**, **Inácio Correia dos Reis**, **Pedro José Ribeiro** e **José Ribeiro da Silva Laranja** (idem).

Praia da Costa, novembro de 2006

NOTAS

¹ Como efetivos de primeira e segunda linha estão incluídos, respectivamente, os militares profissionais, pagos pela Coroa, e os integrantes das Milícias, homens de qualidade, que prestavam serviço militar obrigatório e não remunerado, e excluídos a terceira linha – os Corpos de Ordenanças, que incorporavam quase todo o restante da população masculina na época colonial, dentro de uma lógica de “nação armada”.

² No Governo de Pereira de Barros (OLIVEIRA, 1975:360).

³ Ambas as instituições têm sua origem no período regencial. A Lei de 10/10/1831 determinava a organização do Corpo de Guardas Municipais na Corte e nas Províncias. Integrada por voluntários, era organizada nas armas de Cavalaria e Infantaria e destinava-se a manter a ordem pública e auxiliar a Justiça. A Guarda Nacional foi instituída em 18/08/1831, sendo Ministro da Justiça o Pe. Diogo Antônio Feijó. Mista de civis e militares, foi criada para fazer frente às constantes quarteladas que se verificavam na Corte e pelas províncias durante os anos de menoridade de D. Pedro II. Foi reorganizada pelo Imperador por meio da Lei nº 602, de 19/09;1850 e instituída por municípios. Essa corporação permaneceu até à Primeira

Guerra Mundial, quando foi absorvida como 2ª linha do Exército no Governo de Wenceslau Braz.

⁴ De fato, trabalhou-se por muito tempo com este número, referente à população paraguaia. Estudos mais recentes, citados por DORATIOTO (2002:457) e levando em conta métodos de demografia histórica, apontam para um total aproximado de 450.000 almas logo antes da Guerra.

⁵ Este Conselho de Ministros era presidido pelo Ministro da Justiça, Senador Francisco José Furtado, estando na Pasta do Império o Deputado José Liberato Barroso; Estrangeiros, Senador João Pedro Dias Vieira; Marinha, o Deputado Francisco Xavier Pinto Lima; Guerra, o General Henrique de Beaurepaire Rohan; Agricultura, Deputado Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá e Fazenda, Senador Carlos Carneiro de Campos.

⁶ “Castro Alves: obra completa”. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004, p. 204.

⁷ Reorganizada em 1850 pela Lei n. 602, de 19 de setembro, era instituição permanente e presente em todo o Império, por municípios, que constituíam o seu âmbito de atuação. Eram alistados os cidadãos filhos de famílias com idade entre 18 e 50 anos, ainda que sem renda própria, desde que as de seus pais, dividida, representasse uma renda de duzentos mil réis a cada um. Não seriam alistados aqueles a quem não coubesse essa quantia. As exceções legais eram os portadores de moléstias graves, os Senadores, Ministros e Conselheiros de Estado e Presidentes de Província; os oficiais e praças efetivos do Exército e da Armada, dos Corpos de Polícia pagos e da Imperial Guarda de Arqueiros; clérigos de ordens sacras e os religiosos de todas as ordens; os magistrados perpétuos, os carcereiros e seus ajudantes e os indivíduos matriculados nas Capitânias dos Portos, na forma dos Regulamentos pertinentes.

⁸ A distribuição de efetivos determinada pela referida Lei, por províncias, foi a seguinte: Corte, 300; Rio de Janeiro, 1.384; Bahia, 2.440; Pernambuco, 2.424; Maranhão, 1.060; Sergipe, 644; Piauí, 1.160; Paraíba, 624; Ceará, 1.060; Rio Grande do Norte, 624; Alagoas, 484; Espírito Santo, 208; Pará, 1.040; Amazonas, 230; Paraná, 416; Goiás, 490; Santa Catarina, 208. Já as províncias de São Paulo e Minas Gerais suportaram um maior esforço,

pela formação de fortes contingentes que se dirigiram a guarnecer o Mato Grosso: 3.000 homens em São Paulo e 6.000 em Minas Gerais (Decretos 3.381 e 3.382, respectivamente). Duarte informa que na verdade a Força advinda da expedição de ambos Decretos não foi além de pouco mais de $\frac{1}{4}$ do efetivo desejado.

⁹ Apud OLIVEIRA (1975:361).

¹⁰ Relatório do Presidente Francisco Ferreira Correia, de 1871, *apud* OLIVEIRA (1975:366).

¹¹ Vide nota 8.

¹² Em DAEMON (1879:160/161); OLIVEIRA (1975:285).

¹³ A Guerra da Cisplatina deu-se de 1825 a 1828, entre Brasil e Argentina, pela posse do território da Província Cisplatina, o atual Uruguai, incorporado pelo Brasil em 1821.

¹⁴ Vide nota 4.

REFERÊNCIAS:

- ASSIS, Francisco Eugênio. Almanak Histórico do Corpo Militar de Polícia: Anno de 1919. Vitória: Artes Graphics, 1919.
- DAEMON, Basílio Carvalho. Província do Espírito Santo: Sua Descoberta, Historia, Chronologica, Synopsis e Estatistica. Vitória: Typographia do Espírito-Santense, 1879.
- DEMONER, Sonia Maria. História da Polícia Militar do Espírito Santo: 1835-1985. Vitória: s/n, 1985.
- DORATIOTO, Francisco. Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DUARTE, Paulo de Queiroz. Vol.1, Vol. 2, tomos I e II. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.
- FLORO, Leozitor. Manual de História Militar Geral e do Brasil. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972.

IZECKSOHN, Vitor. “Recrutamento Militar durante a Guerra do Paraguai”. In: CASTRO, Celso & IZECKSOHN, Vitor (orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, pp. 179/208.

NEVES, Guilherme Santos. *Romanceiro Capixaba*. Vitória: FCAA, 1983.

NOVAES, Maria Stella. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, s/d

OLIVEIRA, José Teixeira. *História do Estado do Espírito Santo*. 2.^a ed. Vitória: FCES, 1975.

ROCHA, Levy. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Rev. Continente/Brasília: INL, 1980.

O SÉCULO DO DESCOBRIMENTO: suas profundas raízes

Yvonne Amorim

Associada Efetiva do IHIGES

Houve um tempo em que navegar era um desafio, mesmo para os mais corajosos.

No século XV, os conhecimentos geográficos dos europeus, ainda eram muito precários e a Europa, a única parte do mundo, cuja forma e extensão conheciam com maior segurança. Ignoravam a América e a Austrália. E embora a Ásia e a África fossem conhecidas como continentes, os seus contornos não eram definidos.

Uma certeza, porém, lhes era dado a conhecer: a de que as águas do Oceano Atlântico se comunicavam com as do Oceano Índico, banhando as costas africanas.

Além do fascínio do desconhecido - os mares nunca dantes navegados - o desejo de aventuras e conhecimentos, de interesses como a formação de um grupo mercantil no litoral e a ambição de Portugal e da Espanha pelo comércio com o oriente, monopolizado pelas cidades italianas e pelos árabes, impulsionaram o plano de alcançar as Índias por mar, costeando a África.

- a) Portugal era a nação indicada para o feito por influência de vários fatores: situação geográfica privilegiada, voltada para o Atlântico.
- b) Ambiente de paz, enquanto a Espanha lutava contra os mouros e a nobreza europeia se destruía na guerra dos cem anos.
- c) Nacionalismo precoce do povo, aparecimento da

burguesia que se aliou ao rei, porque ambos tinham um inimigo comum - a nobreza. E em troca do apoio político mercantil daria ao rei ajuda econômica.

A história data seu início em 1415, no reinado de D. João I de Portugal, que pretendeu estender o seu pequeno reino, por meio de conquistas sobre os infiéis, expulsando-os de Ceuta, na África do Norte. A região era reduto dos árabes, marcando um centro comercial, favorável à agricultura. Além disso, como ponto estratégico entre o Mediterrâneo e o Atlântico.

Decorridos três anos depois, os lusos começaram a ocupar o arquipélago na Ilha da Madeira. E, como consequência, os navegadores de várias nacionalidades já trabalhavam para o Governo de Lisboa, por empenho do Infante D. Henrique, filho de D. João I e com o propósito de obter o rendoso comércio das especiarias. Além disso, objetivava a extensão territorial, como único e importante caminho para a evolução da Pátria, tão exigua territorialmente. Para isso, fundou em 1416, a Escola Naval de Sagres com estaleiros e arsenais.

Com essas medidas, reuniu os maiores geógrafos, astrônomos e cartógrafos da época, preparando os grandes descobrimentos no século XV. E em viagens parceladas tomaram posse da Ilha da Madeira, Açores, Cabo Bojador e Ilhas de Cabo Verde. Nessa época passaram a utilizar a caravela - embarcação ligeira de pequeno calado, objetivando aproximar-se da terra sem maior perigo.

Em 1488, já no governo de D. João II, Bartolomeu Dias dobrou no Sul da África o cabo das tormentas. Simbolicamente, D. João II mudou o nome para Boa Esperança. Com essas medidas, estava aberta a porta do Oceano Índico - rota das Índias. Seu sucessor D. Manoel o Venturoso, prosseguiu no intento.

Em 1498 entregou a Vasco da Gama uma esquadra de três navios e este navegante conseguiu chegar às Índias.

Em 1500, o governo português organizou outra esquadra, desta vez com treze navios, para fundar os entrepostos que Vasco da Gama não pudera estabelecer nas Índias. Comandava-a Pedro Álvares Cabral.

Descobrimiento do Brasil - Organização e objetivos da expedição de Cabral

Na introdução deste trabalho situamos, de um modo geral, Portugal no contexto sócio-econômico e político à época dos grandes descobrimentos. Vimos a ambição de Portugal e Espanha pelo comércio com o oriente, a expansão da burguesia; as invenções técnicas; o aparecimento das monarquias nacionais fortes; e o desejo de propagar o cristianismo, foram as determinantes que possibilitaram uma série de acontecimentos entre os quais está o descobrimento do Brasil.

A história tem continuidade com D. Manoel - o Venturoso. Foi preparada uma esquadra com treze embarcações que “em artilharia, munições, aparelhos e mantimentos levava o máximo e o melhor que era possível naquele tempo.” Estava no seu comando Pedro Alvares Cabral. Com ele seguiam Mestre João, Duarte Pacheco, Frei Henrique de Coimbra, Pero Vaz de Caminha, João de Sá, Nicolau Coelho, Bartolomeu Dias e outros. Partiram de Portugal a 9 de março de 1500.

As instruções do Capitão Mor, das quais chegaram até nós alguns trechos, revelam, tanto pela vasta concepção do plano, quanto pelo ordenar dos mínimos detalhes e previsão

de acidentes, “uma perfeita segurança e plenitude de método e esforço aplicados ao objetivo a realizar”.

Começam essas instruções por “determinar o alarde da partida e, a seguir, a maneira que se deveria ter na vigia do fogo, no regimento dos mantimentos, com as chaves dos paióis, na repartição do vinho aos marinheiros, com as salvas e os sinais para frota, durante toda a viagem e depois a direção de acidentes possíveis, concluindo com **“os objetivos da expedição, definidos e esmiuçados com previsão inexcedível.”**

As instruções davam a entender, ainda, o caráter da expedição em relação à Índia!

Como objetivos principais estavam em um lado, a aliança com o povo e a sua melhor cristianização e, por outro, a guerra aos mouros infiéis, para obter a exclusividade no comércio com o oriente.

As duas finalidades, a religiosa e a econômica, apareciam irmanadas nas figuras de Frei Henrique e Aires Correia, “encarnação soldaria da grei, aportando às praias da Índia com a cruz numa das mãos e a balança na outra. E a balança, mais do que a cruz, era, naquele tempo, um símbolo de paz. Ao comércio se deve em toda a história uma grande parte dos descobrimentos geográficos.

“Ireis, recomenda o rei a Pedro Álvares Cabral, ancorar em Calecut com vossas naus juntas e metidas em grande ordem assim bem arrumadas, como de vossas bandeiras e estandartes e o mais louçãs que puderdes.”

Ali chegados e encontrando naus de Moca que elas fossem, “não fareis nenhum nojo, antes as salvareis, e lhes mostrareis todo bom rosto e sinal de paz e boa vontade, dando de comer e beber e fazendo todo outro bom trato a todos

aqueles que às nossas ditas naus vierem...”. E depois de recomendar toda cautela no ajuste de preços, as instruções terminam: “E parecendo-vos que o dito rei de Calecut neste caso se pejo em alguma maneira, e vos parecer que não sai a isso assim bem, que espereis que nisso se apreweitara, em tal caso não sai a isso assim bem. Em tal caso não cureis de insistir e não lhe falareis mais nisso... por não lhe parecer que para isto levais cousa determinada...”. Estas são as instruções referentes à Índia.

Quanto à missão de Cabral, aportando ao Brasil, foi envolvida pela política de sigilo e não há nada para elucidar sobre as instruções que levava a tal respeito. Dessa lacuna de informações surgiu a controvérsia - foi casual ou intencional o Descobrimento do Brasil?

Para quem defende a tese da casualidade, Cabral ter-se-ia afastado das costas da África para evitar as calmarias e teria sido arrastado por uma tempestade ou por correntes marítimas.

São inúmeras as críticas formuladas a esta hipótese:

a) Os portugueses como hábeis navegantes que eram, não poderiam ter-se desviado tanto de sua rota, a ponto de atravessarem o Atlântico.

b) Os documentos que pormenorizadamente descrevem a viagem, não se referem a tempestades ou correntes marítimas;

c) No caso de se admitir o efeito das correntes, a esquadra teria se arrastado para as Antilhas.

A intencionalidade do descobrimento do Brasil é hoje, a hipótese aceita geralmente, tantos são os fatos que a documentam:

a) Os portugueses eram mestres na arte de navegação e Cabral viajava com pessoal experiente, que já havia feito o mesmo caminho em outras viagens. Referimo-nos em especial,

à presença de Duarte Pacheco, antecessor de Cabral na viagem à América, “Cosmógrafo e negociador de Tordesilhas”, o homem rígido que estava nos segredos transcendentes do Estado; o futuro executante de tão altas missões, por agora sem capitania de nau ou expressa função, numa “aparente obscuridade tal que a carta de Caminha não a cita.”

“Torna-se evidente agora, que ele representava até o elo secreto e forte que ligava a expedição ao plano nacional e o guia daquela parte da viagem, em nome da obra realizada.”

b) A insistência de D. João II para que se fixasse em 370 léguas e não a oeste de Cabo Verde, a linha que deveria separar os domínios de Portugal e Espanha, depois do descobrimento da América.

c) a falta de surpresa na Carta de Caminha.

A carta de Pero Vaz de Caminha

Pero Vaz de Caminha era o escrivão da Armada. Sua carta ao rei D. Manoel, datada de primeiro de maio de 1500, esteve ignorada pelos historiadores por muito tempo. Encontrada na Torre do Tombo em Lisboa, foi publicada em 1817 no livro “Corografia Brasilica”, do Padre Aires Casal. Trata-se do primeiro documento da História do Brasil. Há dois outros documentos de testemunhas presenciais da escala de Cabral em 1500. A carta do bacharel mestre João, para D. Manoel tem a mesma data da anterior. E a relação chamada “piloto anônimo”, narrando a viagem de ida e volta de Cabral à Índia, foi publicada pela primeira vez, em 1507.

A carta de Caminha descreve a viagem, os indígenas e refere-se à fertilidade do solo e ausência de riquezas minerais, contribuindo para a correção de dois erros relativos à história do descobrimento.

A data - Como os portugueses tinham o hábito de dar aos acidentes geográficos, o nome da festa religiosa do dia -, acreditou-se que o Brasil tivesse sido descoberto a 3 de maio, dia de Santa Cruz. Essa carta não deixou dúvidas quanto à descoberta do Monte Pascoal a 22 de abril.

O lugar onde aportou Cabral

Segundo a narrativa de Caminha, Cabral teria aportado na baía de Santa Cruz. Traçando-se um roteiro que tem início com o aparecimento de terra a 22 de abril e termina no último ancoradouro a 24, colocaremos as questões que se referem à esta última etapa da viagem de Cabral.

Tudo tem início com a expressão “Terra a vista”, que assim é relatada na carta quinhentista.

E assim seguimos nosso caminho, por este mar de longo, até que terça-feira das oitavas de Páscoa, que foram 21 (vinte e um) dias de abril, topamos alguns sinais de terra... E quarta-feira seguinte, pela manhã topamos aves a que se chamam “furabuchos”.

Nesse mesmo dia, a horas de véspera, houvemos vista de terra! A saber, primeiramente de um grande monte, muito alto e redondo; e de outras serras mais baixas ao sul dele; e da terra chã, com grandes arvoredos; ao qual monte alto, o capitão pôs o nome de Monte Pascoal e à terra, a terra de Vera Cruz.

Onde se encontrava precisamente a esquadra ao visitar o Monte Pascoal? Sobre isso não existe um dado definitivo. Os historiadores tomam como base, a coordenada traçada por Mestre João, em sua carta da latitude aproximada de 17 sul achada em terra; e desconhece-se o resultado obtido pelos pilotos no cálculo da altura do sol, cerca de três horas daquela hora de véspera.

“a História da Colonização Portuguesa do Brasil” - pgs 118 e 119 - volume 11.

Segunda Ancoragem - dia 23

É quinta-feira, pela manhã, fizemos vela e seguimos em direitura à terra, indo os navios pequenos diante - por dezessete, dezesseis, quinze, catorze, doze, nove braças - até meia légua da terra, onde todos lançamos âncoras, em frente à boca de um rio. E chegaríamos a esta ancoragem às dez horas, pouco mais ou menos.

Por este texto, entendemos que a segunda ancoragem ocorreu junto à foz de um rio. “E chegaríamos a esta ancoragem às 10 (dez) horas, pouco mais ou menos.” e por este que a segunda ancoragem ocorreu junto à foz de um rio; e aqui, as opiniões divergem. O Rio Frade? O Caraminuan? O Cahy? O Buranhém?

Na carta de Pero Vaz de Caminha não existe dados de referências às latitudes das ancoragens de 22 e 23. Mas ele calculou em 10 (dez) léguas, a distância entre o ancoradouro de 23 e o Porto Seguro de Vera Cruz, descoberto na tarde de 24.

Por este dado, fica controvertida a hipótese da ancoragem na foz do Buranhern.

Segundo a “História da Colonização Portuguesa do Brasil”, vol. 11, pág. 124, não foi no lugar do atual Porto Seguro, a 16° 35' de latitude, que ancorou, ao abrigo do Sueste, a Armada de Cabral, na manhã de 25 (vinte e cinco). Tão pouco, ali fundeou, no dia 23. De acordo com a mesma fonte, pgs 125, 126, 127 e 128, as opiniões que sustentam ser o frade (Aires de Casal e Ernest Mouchez) ou o caraminuan, também não resistiram a certas comprovações. Do rio Frade à enseada da Coroa Vermelha (16° 21' 22" lat), a distância não ultrapassa 5 (cinco) léguas.

Outros detalhes geográficos e históricos, são citados por Beaurepoire Roham, ao combater tal tese. Para ele é o Cahy, o rio de que fala Caminha.

Ancoragem do dia 24

Sexta-feira, pela manhã, às 8 horas, pouco mais ou menos, por conselhos dos pilotos, mandou o capitão levantar âncoras e fazer vela. E fomos ao longo da costa, com os batéis e esquifes, amarrados na popa, em direção norte, para ver se achávamos alguma abrigada e bom pouso, onde nós ficássemos, para abastecer de água e lenha[...]. “E velejando nós pela costa, na distância de dez léguas no sítio - onde tínhamos levantado ferro, acharam os ditos navios pequenos - um recife com um porto dentro, muito bom e muito seguro, com uma mui larga entrada. E meteram-se dentro e amainaram. E as naus foram-se chegando atrás deles. E um pouco antes do sol posto, amainaram também, talvez a uma légua do recife, ancorando a onze braças.

Caminha continua em outro parágrafo:

Sábado, pela manhã, mandou o capitão fazer vela, demandar a entrada, a qual era mui larga e tinha seis a sete braços de fundo. E entraram todas as naus dentro e ancoraram em cinco ou seis - no ancoradouro que é tão grande, tão formoso de dentro e seguro que podem nele atracar mais de duzentos navios e naus.” “Neste trecho da carta, Caminha descreve sua ida em terra. Fala de um “rio que por aí corre, de água doce, de muita água...” E, mais adiante: “E saíram três ou quatro homens de nossos batéis e encheram não sei quantos barris de água que nós levávamos.

É com base na História da Colonização do Brasil - pág. 123 - que colhemos a seguinte informação: o ponto da costa diante do qual, “obra de 6 léguas da terra”, ao “sol posto”, de quarta-feira, 22 de abril, a primeira ancoragem da esquadra, com cerca de dez (10) léguas ao sul do porto de “bom abrigo”, onde poderiam ancorar cerca de 200 (duzentos) navios. Este

“porto seguro”, **mencionado por Caminha é a mesma enseada que Aires de Cabral cita na Corografia**, com estudos geográficos e hidrográficos, sobre os litorais do Brasil, a que chamaram “Baía Cabrália, **para designarem a reentrância formada pelo recife da Coroa Vermelha.**” E a costa **em frente ao Rio Mutary - antigo Itacumirim**, no extremo meridional da baía de Santa Cruz, onde a frota de Cabral ancorou acossado pelo Sueste.

Retornando à carta de Caminha, registramos outras referências ao rio que corre junto ao ponto de desembarque:

Andamos por aí vendo o ribeiro, o qual é de muita água boa. Ao longo dele há muitas palmeiras, não muito altas; e muitos bons palmitos. Colhemos e comemos muitos deles... Depois tornou-se o Capitão para baixo para a boca do rio onde tínhamos desembarcado. Então o capitão passou o rio com todos nós, e fomos pela praia, de longo, ao passo que os batéis iam rentes à terra. E chegamos a uma grande lagoa de água doce que está perto da praia, porque toda aquela ribeira do mar, é apanhada por cima e sai água por muitos lugares.

Foi o capitão com alguns de nós, um pedaço por este arvoredo alcançando um ribeiro grande e de muita água, que ao nosso entender é o mesmo que vem a ter à praia em que nós tomamos água.

E ainda a “História da Colonização Portuguesa do Brasil”, vol. II, pag. 123 - que afirma que Porto Seguro ficou como denominação da vila fundada em 1535, na coluna adjacente ao Rio Buranhém. O nome de Santa Cruz foi dado à povoação edificada em 1536, à margem do rio João de Tiba na baía em que fundeara, de 24 para 25, a Armada de Cabral.

Basta a designação de Santa Cruz, dada pelo fundador à pequena vila para testemunhar que ali, e não no logamar de Buranhém, onde o Donatário Campos Tourinho desembarcou e estivera a esquadra de Cabral em 1500.

A Vila de Santa Cruz foi, porém, diversas vezes atacada pelos índios Aymorés, motivo pelo qual não se desenvolveu como Porto-Seguro, que sendo a sede da Capitania, usurpou a denominação dada por Cabral à baía onde ancorou.

O livro 1, da “História Geral do Brasil”, de F. A. de Varnhagem, na seção XI - Crônica Primitiva das seis Capitânias - pág. 178, informa: o donatário de Porto Seguro embarcando de Viana para o Brasil, *“foi demandar o mesmo Porto Seguro, onde a Armada de Cabral entrara sete lustros antes.”* **Segundo a tradição, o próprio monte onde Cabral deixara plantado a Cruz, foi o que Pedro de Campos Tourinho escolheu para assentar a primeira vila que fundou em seus Estados.**

Iniciou, pois, a povoação na chapada de um monte, situado entre dois rios caudais; e tão extensa era a chapada, que pudera e si admitir, para o futuro, uma grande cidade (Cardim - Narrativa Epistolar, Lisboa, 1847).

Gabriel Soares de Souza no Tratado Descritivo do Brasil em 1587, (Cap. XXXIV), já havia afirmado: “Neste Porto de Santa Cruz, entram naus da Índia de todo o porte, as quais entram com a proa a oeste e surgem em uma enseada como concha onde estão bem seguros de todo o tempo. Este rio de Santa Cruz, está em dezesseis graus e meio e corre-se a costa do Rio Grande até esta de Santa Cruz, nordeste, Sudoeste, o que se há de fazer afastado da terra duas léguas por mar dos baixos.

“Neste porto de Santa Cruz esteve Pedro Alvares Cabral quando ia para a Índia e descobriu esta terra, e aqui tomou posse dela donde esteve a Vila de Santa Cruz.”

O ilustre professor e saudoso Jaime Cortesão, referindo-se às duas primitivas povoações de Santa Cruz, escreveu:

Regressemos agora à baía de Cabralia. Examinado a carta de Teixeira, não resta a menos dúvida de que o rio, à margem do qual assentam as duas povoações de Santa Cruz, a Velha e a Nova é o Mutari, ao qual Gabriel Soares e, provavelmente, Luiz Teixeira chamaram Rio Santa Cruz[...] (Cabral e as origens do Brasil).

“De Porto Seguro para o norte está o famoso Porto Velho de Santa Cruz, donde toda a província tomou o nome e onde ancoraram as primeiras naus que aí chegaram, indo para a Índia...”. (Razão do Estado do Brasil - Cardim).

“O porto a que Cabral chamou de “Bom Abrigo” ou Seguro e onde ancorou a sua frota, foi a baía de Santa Cruz, o melhor porto depois de Camamu...” (Almte. Mochez - Revista do Instituto Histórico da Bahia - volume VI).

A baía de Cabralia é formada enorme curva, da costa, desde a ponta de Sto. Antônio, ao norte, até à Coroa Vermelha, ao Sul pelos arrecifes Sequarativa, Itassepanema, Alagados, Baixinha da Coroa Vermelha e a rocha da mesma coroa.

A foz do Mutari confronta com a Coroa Vermelha. Nessa Coroa Vermelha foi celebrada a primeira missa de domingo de Páscoa num ilhéu, que está dentro da enseada à vista de um grande número de indígenas, que estavam na praia firme; a segunda foi celebrada a 1^o de maio, ao pé de uma grande cruz, que na mesma manhã tinha sido colocada junto à praia, com as armas e divisas de El-Rei, o senhor D. Manoel...” (Notícia do Brasil), pág. 326 (MEC).

Vejamos como Caminha narra em sua carta, o local da primeira missa.

À tarde saiu o Capitão-mór em seu batel com todos nós, outros Capitães das naus em seus batéis a folgar pela baía, perto da praia. Mas ninguém saiu em terra, por o Capitão o não querer, apesar de ninguém estar nela. Apenas saiu ele como os nós - em um ilhéu

grande que está na baía, o qual, quando baixa mar, fica mui vazio. Contudo, está de todas as partes cercado de água, de sorte que ninguém lá pode ir a não ser de barco ou a nado[...]

E continua: *Ao domingo de Pascoela pela manhã, determinou o Capitão, ir ouvir missa e sermão naquele ilhéu.*

E determinou todos o capitães que se arranjassem nos batéis e fossem com ele. E assim foi feito. Mandou armar um pavilhão naquele ilhéu...” A narrativa prossegue:

“E hoje que é sexta-feira, primeiro dia de maio, pela manhã, saímos em terra com nossa bandeira, e fomos desembarcar rio acima, contra o sul, onde nos pareceu que seria melhor arvorar a cruz, para melhor ser vista. E ali o Capitão marcou onde haviam de fazer a cova para fincar. E enquanto iam abrindo, ele com todos nós outros fomos pela cruz, rio abaixo onde ela estava[...]

Passamos o rio ao longo da praia e fomos colocá-la onde havia de ficar, que será obra de dois tiros de besta. (distante do Rio).

O que se pode considerar apurado, é que no dia 24, ao sol posto, as naus fundearam à vista da Coroa Vermelha, em cuja enseada entraram no dia 25.

A ancoragem no logamar de Porto Seguro, defendida por Varnhagem, sofre as críticas de historiadores, como ficou expresso no decorrer deste trabalho de pesquisa. Gandavo, Anchieta, Gabriel Soares, Cardim (o autor da “Razão de Estado do Brasil” - Roberto Southey, o piloto-mór Pimentel, Ayres de Casal e Mouchez escreveram e defenderam suas teses. Basearam-se nos dados descritivos orográficos e hidrográficos, de espaço e tempo, contidos na carta quinhentista e na geografia física da região.

A questão ainda é atual, exatamente quando todos se viram para o desenvolvimento econômico de vital importância para toda aquela região.

Mas as divergências são mais um problema de nomenclatura geográfica e de medidas e triangulações que os estudiosos buscam com maior certeza, justapor às informações pouco esclarecedoras da carta de Caminha.

Certo, porém, é que se pode fixar o limite máximo da última etapa da viagem de descobrimento, 23 a 25 de abril entre o rio Cahy e a enseada da Coroa Vermelha. Na verdade, essa suposição não corresponde exatamente às dez léguas citadas por Caminha, mas é uma estimativa bastante aproximada da verdade, pois não cogita nem consegue anular tantas outras circunstâncias essenciais que descrevem e envolvem o episódio que marcou o século do descobrimento do Brasil.

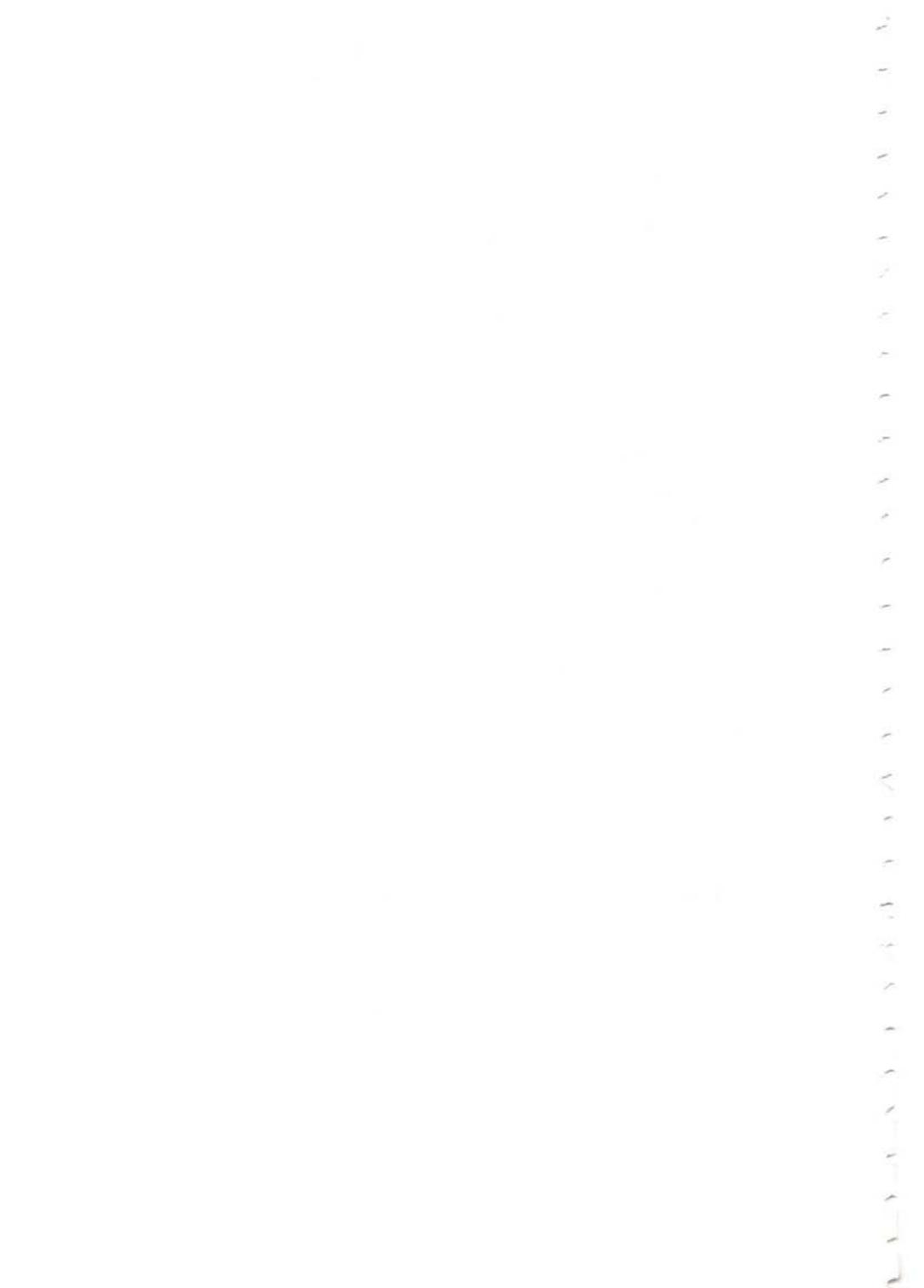
REFERÊNCIAS

CORTESÃO, Jayme. **História da Colonização Portuguesa do Brasil**. (Volume II).

LOBO, Costa. **História da Sociedade em Portugal no século XV** (cap. I e II).

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587** _____ **Notícia do Brasil** (Edição comentada do MEC). (cap.XXXIV).

VARNHAGEM, Francisco Adolphe, **História do Brasil**, (vol. I)
Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia - Volume VI



DA “CASA DA MEMÓRIA” AO MUSEU “QUARTEL DO MOSCOSO”, DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Gelson Loiola

Cel. Da Reserva da PMES

Pesquisador

Bacharel e Professor em Direito

Especialista em Ensino Superior

INTRODUÇÃO

A história da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo (PMES), segundo Rubim (1840) e Daemon (1879), começa a se delinear a partir da nomeação do Capitão de Fragata, Antônio Pires da Silva Pontes [pais Lemes e Camargo], natural da cidade de Mariana – MG, pelo Príncipe Regente, D. João através do Decreto de Lisboa, datado de 11 de setembro de 1797 (Ape, es, cx.05, doc.46), para governar a Capitania Capixaba.

Somente no dia 29 de março de 1800, é que o Governador Antônio Pontes assume o governo da Capitania do Espírito Santo e com base na Carta Régia, de 12 de março de 1798, de D. Rodrigo de Souza Coutinho, (Secretário de Estado de Marinha e Negócios Ultramarinhos), cria em 4 de abril de 1800, o Corpo de Pedestres com 300 soldados, em do Porto do Souza, distrito de Rio Doce, (Linhares-ES), para fiscalizar e combater roubos e ataques indígenas ao longo das vias fluviais da Capitania, única via de transporte da época, pois não havia estradas. Surge assim, o “embrião” da PMES, que atua até a Constituição Imperial de 1824, quando são implantadas as milícias cívicas.

As instituições policiais são reorganizadas por ocasião do período regencial, em 1831, com a criação da Guarda Nacional e em 1834, quando ocorre a concessão de maior autonomia às províncias. Então, o governador Manoel José Pires da Silva Pontes, que governou a província do Espírito Santo, no período de 1832 a 1835, ao sancionar a Lei Provincial nº 9, de 06 de abril de 1835, aprovada pela Assembléia Provincial, que diz:

Art. 1º - Criar-se-há [sic] uma companhia com o título de guarda de polícia provincial, composta de três oficiais subalternos, um primeiro sargento, dois segundos sargentos, hum furriel, seis cabos, dois cornetas e cem soldados." [...] Dada no Palácio do Governo da Província do Espírito Santo aos seis de abril de mil oitocentos e trinta e cinco, décimo quarto da Independência e do Império. (Livro das Leis da Província, APE-ES, 1835

Faz nascer à gloriosa Policia Militar do Estado do Espírito Santo, Guardiã da Sociedade Capixaba durante toda a sua existência, para orgulho de todos os seus integrantes, com a denominação de Guarda de Policia Provincial (GPP).

1. A CASA DA MEMÓRIA DA PMES

Somente, a partir de 1984, 149 anos depois de sua criação, é que surge a idéia de montar um local para colocar o acervo histórico da PMES, visando a prepará-lo para inauguração por ocasião das comemorações do Sesquicentenário da Corporação Capixaba, no ano seguinte. O arquivo começou a ser coletado mediante doações por parte

de Policiais Militares da Ativa, da Reserva Remunerada, de reformados, de familiares de PMs falecidos, das entidades de classes (PMs da reserva, Oficiais, Sub Ten e Sgt, Cb e Sd), das Unidades e Subunidades da Instituição e outros seguimentos sociais.

No dia 6 de abril de 1985, quando a PMES completou seu Sesquicentenário (150 anos), o Cel PM Wlamir Coelho da Silva, Cmt Geral da Corporação por ocasião da solenidade, com a presença de diversas autoridades, inaugura a obra com o seguinte ato:

3,4 INAUGURAÇÕES:

3.4.2 CASA DA MEMÓRIA, DESTINADA A GUARDAR O ACERVO DA HISTÓRIA DA Polícia Militar, através de documentos, fotos, fardamentos, equipamentos, armamentos, mobiliários e outros objetos que relembrem o passado da nossa Corporação. Está localizada no pavilhão do CPC, neste QCG. (PMES – Boletim Especial n° 004, de 6.04.1985)

A solenidade de inauguração contou com a presença do governador do Estado, Gerson Camata (1983 a 1986), ficando a “Casa da Memória” da PMES instalada no lado direito da parte inferior do pavimento que abrigava o Comando de Policiamento da Capital (CPC), atual Comando de Policiamento Ostensivo Metropolitano (CPOM), e almoxarifado Geral, no pavimento ao lado esquerdo do prédio principal, no Quartel do Comando Geral, situado a Av. Maruípe, 2111, bairro de Maruípe, Vitória – ES.

Esta Casa da memória permaneceu ativada e recebia muitos visitantes, principalmente, os provenientes das Escolas

Estaduais e Municipais da área da Grande Vitória (Vitória – Capital, Viana, Serra, Vila Velha e Cariacica), e recebia especial atenção do saudoso Sgt PM RR Carioca que se dedicava à manutenção e a pesquisas sobre a corporação. Aos poucos a “Casa da Memória” foi caindo no esquecimento até ser desativada na década de 90. Todo o seu acervo foi colocado sem nenhum cuidado em uma pequena sala ao lado do Presídio Militar do Quartel do Comando Geral, em Maruípe, Vitória-ES.

2. O MUSEU “QUARTEL DO MOSCOSO” DA PMES

Em 13 de setembro de 2000, assume o Comando do Centro de Formação e Aperfeiçoamento o Ten Cel PM Gelson Loiola, com apoio dos Maj PM Tolentino e do Cap PM Januir, após aval do Cel PM João Carlos Batista, Cmt Geral da PMES, resolve recolher e catalogar todo o acervo que se encontrava no QCG e transportá-lo para as Instalações do Centro de Formação e Aperfeiçoamento da PMES, Órgão de Execução do Ensino na Corporação, composto pelas Escolas de Formação de Oficiais (EsFO) e a Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (EsFAP).

A princípio, várias peças de fardamento e outros materiais que haviam sido deteriorados, face ao local inadequado em que foram acondicionados, são restaurados com recursos próprios através do Fundo Cooperativista do CFA (FUNCOOP), enquanto é reformada uma sala com 83 m², do antigo alojamento de recrutas, pela equipe de manutenção do CFA para reestruturação e arrumação do acervo, o qual passou a ser organizado pelo Cmt do CFA (Ten Cel PM Loiola), pelo SubCmt (Maj PM Tolentino) pelo Oficial encarregado (Cap PM Januir), pelos Sgt PM Campos, Wildson e Ana Merizio, os Cb PM Júlio e o pessoal da equipe de manutenção do CFA.

Objetivos da criação do Museu foram o de reunir, reconstruir, restaurar e catalogar todo o acervo referente à memória histórica da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo, visando expor para visitação e contribuir para a divulgação da história da briosa Corporação Capixaba, criada pela Lei nº 9, de 6 de abril de 1835, com o nome de Guarda de Polícia Provincial, pelo então, presidente da Província, Manoel José Pires da Silva Pontes (1832 a 1835).

Em 9 de agosto de 2002, assume o Comando do CFA o Ten Cel PM Adilson Silva Tolentino e resolve transformar a primeira sala de aulas construída em 1974, em um Museu da PMES, e projeta a sua construção tendo como modelo o Primeiro Quartel da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo, construído a partir de 1892, inaugurado em 1896, na Praça Misael Pena, Parque Moscoso, Centro de Vitória, Capital do ES, demolido em 1957, conhecido como Quartel do Moscoso.

Os recursos financeiros para execução da obra são disponibilizados pela Associação dos Policiais Militares da Reserva e Reformados (ASPOMIRES), presidida pelo Cap PM RR Nailson Pedro Tolentino, apoiado pelo Conselho Fiscal da entidade, e com mão de obra executada pelo pessoal da equipe de manutenção do CFA, 3º Sgt Alvarenga, 3º Sgt PM Jovalino Ferreira dos Santos, Cb João Fidelis Meneguel e os Sds PM Marcos Antônio Rodrigues e Carlos Alberto Ferreira, que a conclui em tempo hábil para inauguração prevista para as comemorações dos 79 anos de aniversário da Companhia Escola, criada no dia 23 de agosto de 1924.

Após a conclusão da obra, ato Oficial de criação do Museu é publicado da seguinte maneira:

3.5.1 – MUSEU DA PMES

PORTARIA N° 362-r, de 07 de agosto de 2003

Institui o Museu da Polícia Militar do Espírito Santo.

O CORONEL PM COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III Art. 2° do RCGPM, aprovado pelo Decreto n° 3.666-N, de 17.03.1994,

RESOLVE:

Art. 1° - Instituir o Museu da Polícia Militar do Espírito Santo, com localização no Centro de Formação e Aperfeiçoamento (CFA).

Parágrafo único – O Museu da Polícia Militar do Espírito Santo será denominado “Quartel do Moscoso”.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

(PMES – Boletim do Comando Geral (BCG) n° 032, de 07.08.2003)

Assim, em 21 de agosto de 2003, por ocasião das comemorações dos 79 anos da Companhia Escola inaugura-se o Museu “Quartel do Moscoso”, o qual passa a ser administrado pelo Ten Cel PM Tolentino, 1° Ten PM QOA José Raimundo de Jesus a 2° Sgt PM Fem Merizio e o 3° Sgt PM Júlio Guilherme Loureiro, que apesar de modesto, até a presente data recebeu desde sua inauguração, conforme o Livro de Registros, em 5.110 (cinco mil e cento e dez) visitantes. Parte do acervo catalogado do museu permanece na primeira sala construída (antigo alojamento), em virtude de não existir espaço no prédio principal

Localiza-se no Centro de Formação e Aperfeiçoamento da PMES (CFA), na Rodovia José Sette, Km 4,5, no Bairro de Santana, no Município de Cariacica – ES. CEP: 29.154-200, Telefax: 0xx – 27. 33364533.E-Mail: ste.cfa@ pm.es.gov.br, site na Internet: www.pm.es.gov.br.

Consiste em uma instituição de caráter público, vinculada ao Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo (PMES), subordinada à Diretoria de Ensino e Instrução (DEI), e administrada pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento (CFA), com a estrutura técnica administrativa composta por um Diretor (Cmt do CFA), uma Seção de Expediente (Ten ou Sub Ten PM, da Administração) e uma Subseção de Acervo (Sgt PM ou Cb PM, auxiliar do Almojarifado), e uma Recepção (funcionária civil da ASPOMIRES) para o atendimento nos dias e horários de expediente do CFA.

Os Servidores Públicos Militares que exercem as atividades por encargo, possuem funções técnicas no que diz respeito à catalogação e controle de materiais (almojarifado), porém, em face do pequeno acervo, tem procurado conhecer e se capacitar, desenvolvendo um bom trabalho no setor.

A área da construção é de 83 m², instalado na área do CFA que se localiza na parte central em uma área de 441.533,41 m² e perímetro de 3.257,42 m, cercado, com um grande pátio de estacionamento para uso de visitantes em geral, sendo que toda área é administrada pelo Comando local, o seu espaço está totalmente ocupado por: móveis, utensílios, manequins, vitrines quadros e painéis,

Possui uma área lateral coberta (tipo garagem) com uma viatura Jipe 1966, do antigo Plano de Equipamento e Reequipamento das Polícias Militares (PERPM), do Exército

Brasileiro, em perfeito estado de conservação e funcionamento.

O acervo do Museu “Quartel do Moscoso” compõe-se de diversos tipos de uniformes (em manequins), utilizados em boa parte da história da Corporação Capixaba, todos os tipos de coberturas (capacetes, quepes, gorros, boinas etc.), máquinas e equipamentos, divisas e platinas, armas, fotografias, quadros, bustos esculpidos em gesso, estatuetas, instrumentos musicais antigos da banda PM, documentos, livros, mobiliários, mimos, troféus, material de campanha, medalhas, diplomas, material de comunicações, estandartes e bandeiras, equipamentos de tropa choque, distintivos e florões e veículos (Jeep 1966 em exposição, ônibus Mercedes Bens 1966 “O fofão” na garagem do CFA), ambos em perfeito estado e funcionamento.

Possui aproximadamente 600 (seiscentos) objetos e 960 (novecentos e sessenta) fotografias no museu e no anexo existente no CFA, encontram-se em exposição 40% (quarenta por cento) dos objetos e 10% (dez por cento) das fotografias.

O CFA possui ainda, a Biblioteca “Cel PM Francisco Eujênio de Assis”, com área de 80 m² para o acervo e outra sala anexa com 80 m², com mesas para manuseio e pesquisa do acervo, totalizando 160 m², fica situada na mesma área do CFA, a 100 metros do Museu “Quartel do Moscoso”, com um acervo contendo obras de Técnica Policial Militar, Defesa Civil e Bombeiros, livros e códigos de todos os ramos do Direito, Legislação Policial Militar, História Universal, do Brasil e do Estado, das Forças Armadas, das Policiais e Corpos de Bombeiros Militares, literatura universal e nacional, monografias dos Cursos de Aperfeiçoamento de Oficiais e de Formação de Oficiais, trabalhos dos Cursos de Aperfeiçoamento e especialização, jornais e revistas do ano em curso.

São cerca de 3000 (três mil) exemplares em exposição, cerca 300 (trezentas) monografias e trabalhos sobre assuntos policiais militares, 350 (trezentos e cinquenta) periódicos (revistas e jornais de 2005) e 50 fitas de vídeo, com acesso livre a todos os pesquisadores em geral, e concessão de empréstimos mediante registro em livro de protocolo, com exceção de obras específicas e de exemplar único.

Quanto ao acervo histórico escrito, existe ainda, no Quartel do Comando Geral, situado a Av. Maruípe, 2111, bairro de Maruípe, Vitória-ES, administrado pela Diretoria de Pessoal (DP), em face da necessidade constante de pesquisa por parte da DP/1 visando dar andamento aos processos, localizado a 10 Km do Centro de Formação e Aperfeiçoamento (CFA), situado na parte inferior no pavimento do lado direito do prédio principal, um Arquivo Geral com cerca de 100 m² onde se encontram acondicionados em cerca de 3000 caixas arquivo, todos os processos e fichas individuais dos inativos, todos os Boletins Diários da PMES de 1914 a 2005, Aditamentos (DP/DE/DS), Boletins Internos das Unidades PM, cerca de 1600 fichas financeiras, relatórios operacionais e outros documentos, e uma sala com 12 m² onde se encontram cerca de 250 livros grandes manuscritos de registros de alterações de Oficiais e Praças da Corporação desde 1930 a 1980, com 100% (cem por cento) das obras disponíveis para consulta, com acesso permitido e controlado ao público em geral para pesquisas, com permissão para extração de cópia reprográfica em área externa, mediante retirada registrada em livro de protocolo da seção (DP/1).

O próximo passo é a reconstrução do histórico “Barracão”, no mesmo local onde fora construído, para abrigar o restante do material que se encontra na primeira sala reformada onde funcionou o Museu.

Esperamos que a Corporação capixaba tome a iniciativa, pois como disse o saudoso Coronel da PMES, Comandante Sidronílio Firmino, falecido no início de novembro deste ano, com 101 anos de idade, “Tudo é em vão, só a memória é eterna”.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A História da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo é muito interessante, principalmente por suas atuações na Guerra do Paraguai, em 1865, nas revoluções de 1924, 1930 e 1932, na 2ª Guerra Mundial, nos conflitos da Zona do Contestado, com Minas Gerais, ocorridos na região noroeste nas décadas de 40, 50 e 60, na guerrilha do Caparaó, em 1967, em situações emergências, como nas enchentes de 1979, e em muitos outros conflitos.

Infelizmente, existem poucas obras sobre os 171 anos de existência da PMES, e não existe uma equipe de pesquisa, destinada a levantar a sua história. Atualmente este autor, desde 2002, vem desenvolvendo pesquisas, algumas conclusas e outras em fase de conclusão, que são: “A Formação de Oficiais da PMES”, “As Instituições de Ensino da PMES”, “a Caixa Beneficente da PMES”, “O Primeiro Batalhão de Polícia da PMES”, “A participação da PMES nos conflitos limítrofes entre o Estado do Espírito Santo e Minas Gerais: Região do Contestado”, “O doutor Coronel, Comandante Sidronílio Firmino”, e a “Evolução Histórica da PMES”, as quais, temos a pretensão de publicá-las.

REFERÊNCIAS

DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito Santo: Sua descoberta, história chonológica, synopsis e estatística.** Vitória: Typographia Espírito-Santense, 1879.

RUBIM, Francisco Alberto. **Memórias e breve notícia estatística da Capitania do Espírito Santo.** Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1840.

ESPÍRITO SANTO (Policia Militar), **Boletins Diários: PMES/ CFA, 1985, 2001 a 2005.** Vitória: Arquivo Geral da PMES, Quartel do Comando Geral.

LIVRO das leis da Província do Espírito Santo. Vitória: Typographia Capitânea, 1856, (APE-ES).



A ESCRAVIDÃO E SUAS CONSEQÜÊNCIAS

*Anaelisa Aarão Marques
Bacharel e Licenciada em História
Associada Efetiva do IHGES*

Introdução

Quando, em 1883, Joaquim Nabuco publicou **O Abolicionismo** a escravidão no Brasil já agonizava, porém foi com essa obra que se teorizou e se deu subsídios à arrancada final para o fim de tão nefasta instituição. A mobilização contrária à Abolição não teve forças para suportar a avalanche do movimento liberal que se fazia cada vez mais forte na construção de um novo modelo de sociedade moderna e que acompanhasse a evolução pela qual passavam, sobretudo a Europa e os Estados Unidos, aonde a extinção da escravidão foi acompanhada pela fundação de um novo modelo, com base na indústria manufatureira.

Joaquim Nabuco, jornalista, diplomata, pensador, escritor e advogado competente e arguto, soube usar, como poucos, além da escrita, a retórica, expondo em palanques seu idealismo e suas idéias de mudanças, no intuito de apontar novos rumos de desenvolvimento estrutural na formação de uma sociedade progressista e justa, que pudesse ser a alavanca do surgimento do Brasil como nação no mais lato sentido.

A abolição da escravidão, para Joaquim Nabuco, era o ponto de partida para a transformação da sociedade brasileira, incluindo aí o resgate da cidadania plena, com direitos e deveres para todos os indivíduos, sem distinção de classe, de raça ou de credo religioso.

O caráter suprapartidário do Abolicionismo é descrito por Nabuco se vê no trecho abaixo:

O Abolicionismo é, por ora, uma agitação, e é cedo ainda para se dizer se será algum dia um partido. Nós o vemos desagregando fortemente os partidos existentes, e até certo ponto constituindo uma igreja à parte composta dos cismáticos de todas as outras. No Partido Liberal a corrente conseguiu, pelo menos, pôr a descoberto os alicerces mentirosos do liberalismo entre nós. Quanto ao Partido Conservador, devemos esperar a prova da passagem pelo poder que desmoralizou os seus adversários, para sabermos que ação o Abolicionismo exercerá sobre ele. Uma nova Dissidência, com a mesma bandeira de 1871 - Joaquim Nabuco se refere ao movimento que levou a Câmara e o Senado a aprovar a Lei do Ventre Livre, mesmo contra os interesses dos senhores donos de escravos - valeria um exército para a nossa causa. Restam os Republicanos.

Principalmente, desejo pontuar na análise que faço do trabalho de Joaquim Nabuco em *O Abolicionismo* as consequências maléficas da escravidão para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. A partir daí, é que o discurso de Nabuco ganha maior densidade, pois mostra com clarividência o erro estrutural em que caíram as nossas elites na construção de uma economia centralizada nas mãos de poucos e que corroía o Brasil pelos alicerces, fazendo sucumbir até mesmo alguns grandes proprietários que acreditaram na peregrinação do enriquecimento fácil.

2 “Uma só idéia”

A obstinação de Joaquim Nabuco pela causa abolicionista levou-o a se auto-intitular de “homem de uma só idéia”, e disso não fazia mistério: “Sou um homem de uma só idéia, mas não me envergonho dessa estreiteza mental porque essa idéia é o centro e a circunferência do progresso brasilei-

ro” (carta do barão de Penedo. Cartas a Amigos, vol. I, p. 73). Nessa época, Nabuco encontrava-se em Londres em trabalho diplomático. Longe do Brasil, tinha condições e tempo para escrever. Assim, no segundo semestre de 1882, começou a escrever **O Abolicionismo**, que já no ano seguinte estava impresso e fartamente distribuído aos formadores de opinião, uma elite de intelectuais, políticos e até mesmo proprietários rurais de mente mais aberta. A intenção, claro, era a de arregimentar o maior número possível de simpatizantes à causa abolicionista e de dar consequência a um novo modelo de sociedade pós-escravatura.

Nabuco, com sua idéia fixa nos ideais não só da abolição, mas do surgimento de uma nova nação, despontava como a principal figura no Brasil de uma teoria que ganhava espaço na Europa e nos Estados Unidos, a de que, com a eliminação da nefasta instituição escravocrata, o Brasil pudesse, com aqueles países, alcançar o desenvolvimento social nos moldes modernos de produção incentivada.

O trabalho servil não produzia em quem o executava a chama de ambição e de progresso própria do desenvolvimento humano, o que logicamente tornara-se um entrave na produtividade dos elementos necessários ao crescimento e alinhamento do Brasil aos países mais desenvolvidos. Trezentos anos de escravidão geraram na índole do trabalhador escravizado não só a revolta individual e calada, mas uma acomodação própria dos sem-esperanças. As exceções ficam por conta das fugas de escravos do jugo de seus senhores, e que formavam verdadeiros estados nos moldes africanos, sendo o mais notório o Quilombo dos Palmares, no interior de Alagoas.

3 Os ingênuos

A abolição da escravidão no Brasil foi um processo lento, gradual e nada seguro. Começou com a promulgação, em 1831, no início da Regência Provisória, da lei que concedia liberdade, a partir de então, aos escravos importados e aos seus descendentes. O artigo 1º diz o seguinte: “Todos os escravos que entraram no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficaram livres”. Esta lei faz parte d enorme galeria das leis-que-não-pegam em nosso país. Ninguém, nenhum escravo, foi por ela beneficiado. Foi uma lei feita para dar satisfação às pressões internas e externas. Foi uma lei tão de fachada que ficou esquecida nos escaninhos da história e não faz parte da cronologia da Abolição.

Além disso, o tráfico não cessou. Ao contrário, teve seus dias de “glória”: “O tráfico, mais ativo do que nunca, trouxe aos engenhos e às fazendas cerca de 700 mil africanos entre 1830 e 1850. As autoridades faziam vista grossa à pirataria que facultava o transporte de carne humana, formalmente ilegal desde o acordo com a Inglaterra em 1826 e a lei regencial de 7 de novembro de 1831” (Bosi, Alfredo, *Dialética da Colonização*, 4. ed. P. 196. Ed. Companhia das Letras, 2001.).

Somente em 28 de setembro de 1871, portanto quarenta anos depois, é que nova lei foi promulgada, a Lei do Ventre Livre, ou Lei Rio Branco, que dava liberdade aos filhos de escravas nascidos a partir daquela data. “Ninguém mais nasce escravo” era o seu princípio, porém os *ingênuos* – apelido pelo qual ficaram conhecidas as crianças beneficiárias da lei – só se emancipavam aos vinte um anos de idade, ficando na companhia da mãe escrava e, em consequência, também escravizados. É certo lembrar que a lei previa que a criança fica-

ria em poder do senhor da escrava até os oito anos de idade, “com o direito do senhor da escrava à indenização de uma apólice de 600\$000 pela criança de oito anos que não deixou morrer”. (Nabuco, Joaquim, *O Abolicionismo*, 6 ed., p. 67 e 68. ed. Vozes, 2000. Ed. Original, 1833.)

Essa lei, apesar de ter sido mais avançada que a de 1831, guarda também suas imperfeições como acabamos de ver. Para onde iria a criança quando não mais na companhia da mãe. O Estado não dispunha de instituições que a educasse e a preparasse para vida cidadã; não subsidiava sua educação; não tinha elementos de controle sobre o modo de vida que levava. Se continuasse aonde nasceu, que garantia teria, mesmo após sua emancipação aos vinte um anos de idade, de um trabalho remunerado? Se, após a emancipação, o liberto fosse viver outro tipo de vida, qual a qualificação que teria para ingressar no mercado de trabalho?

A abolição para Joaquim Nabuco e seus seguidores teria que ter a liberdade total como pressuposto, garantindo ao liberto o direito de cidadania plena.

Não são os escravos somente que não se contentam com a liberdade dos seus filhos e querem também ser livres; somos nós todos que pretendemos ver o Brasil desembaraçado e purificado da escravidão, e não nos contentamos com a certeza de que as gerações futuras hão de ter esse privilégio. A lei de 28 de setembro, ao dizer aos escravos: “Os vossos filhos d’ora em diante nascerão livres, e chegando à idade da emancipação civil serão cidadãos”, esqueçamos por enquanto os serviços, disse implicitamente a todos os brasileiros: “Os vossos filhos, ou os vossos netos, hão de pertencer a um país regenerador.” Essa promessa dupla poderia parecer final aos escravos, não porém aos livres. O efeito dessa perspectiva de

uma pátria respeitada e honesta para os que vierem depois de nós, não podia ser outro senão o de despertar em nós mesmos a ambição de pertencer-lhe. Quando um Estado qualquer aumenta para o futuro a honra e a dignidade dos seus nacionais, nada mais natural do que reclamarem contra esse adiamento os que se vêem na posse do título diminuído. Não é provável que os escravos tenham inveja da sorte dos seus filhos; mas que outro sentimento nos pode causar, a nós cidadãos de um país de escravos, a certeza de que a geração futura há de possuir essa mesma pátria moralmente engrandecida - por ter a escravidão de menos? (Nabuco, Joaquim, *O Abolicionismo*, 6 ed., p. 67 e 68. ed. Vozes, 2000. Ed. Original, 1833.)

A forma lenta e aos pedaços da condução da libertação dos escravos não agradava aos abolicionistas. Trezentos anos de escravidão excediam os limites de qualquer nação dita civilizada. Abolição, já! É o grito que ecoa da tese defendida por Joaquim Nabuco.

4 O horror da escravidão

Os navios que transportavam os escravos eram chamados de túmulos flutuantes, funileiros ou tumbeiros. O espetáculo dantesco do interior dessas embarcações-masmorras descrito por historiadores faz arrepiar o mais vil carcereiro de nossos presídios superlotados. Não havia necessidade de fugir à verdade para das cores mais fortes às narrativas, o horror era mais horrível que qualquer matéria de ficção.

Antonio Frederico de Castro Alves, também um abolicionista ferrenho, descreve em seus poemas sobre os escravos o horror que leva ao desespero, com a ajuda da metáfora, ele sacode os sentimentos humanos com

estrofes como esta:

Desce do espaço imenso, ó águia do oceano! / Desce mais... inda mais... não pode olhar humano / Como o teu mergulhar no brigue voador! / Mas que vejo eu aí... Que quadro d'amargura! / E canto funeral... Que tétricas!... / Que cena infame e vil...Meu Deus! Meu Deus! Que horror!.

Ao desembarcar, a vida na senzala e o chicote do capataz se encarregavam de tornar a vida do escravo o mais infame possível. O bom e humanitário senhor de escravos era raridade.

Uma vez desembarcados, os esqueletos vivos eram conduzidos para o eito das fazendas, para o meio dos cafezais. O tráfico tinha completado a sua obra, começava a da escravidão. (Nabuco, Joaquim. Obra citada)

5 Conseqüências étnicas

A população brasileira, segundo o recenseamento de 1876, era de 12 milhões, constituída na maior parte de descendentes de escravos. O espírito de emigração ainda não estava desenvolvido em Portugal, principalmente na época do Brasil Colônia. Não tinha o português a mesma índole de outros colonizadores que buscavam nas colônias ao progresso e a fortuna. Poucos foram os que se aventuram nos ermos das florestas tropicais, com destemor e prontos para enfrentar os percalços da colonização, na sua maioria cristãos novos – judeus convertidos ao cristianismo.

Os africanos e seus descendentes constituíram o primeiro elemento étnico para a formação do povo brasileiro. So no final do século XIX, e principalmente no início do século XX, outros imi-

grantes aportaram no Brasil, na sua maioria italianos, alemães e árabes. Durante a primeira metade do século XX, intensificou-se a imigração de outros povos, além dos já citados, em consequência de guerras e más condições de vida em suas terras. Além disso, o governo brasileiro apressou a vinda de imigrantes com medidas incentivadoras ao cultivo de terras.

6 Café sem açúcar

O açúcar do nordeste deu lugar ao café produzido nas fazendas principalmente de São Paulo e do Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro. O nordeste, após a riqueza apoiada unicamente na produção de açúcar, entrou em decadência. A monocultura teimosa e sem alternativas fez do nordeste um deserto econômico. A única riqueza que ainda sobrava aos coronéis nordestinos era o patrimônio humano representado pelos escravos, que como qualquer outra mercadoria foram vendidos aos fazendeiros do sul, como mão-de-obra importante para a cultura do café.

Nas fazendas de café, o escravo foi o primeiro trabalhador a impulsionar a produção deste produto, a fonte de divisas mais importante na pauta de exportações. É emblemático o dito da época: “O Brasil é o café. E o café é o negro”.

Com a queda da produção de açúcar, o nordeste via suas cidades interioranas virarem ruínas, levadas e levadas de nordestinos migraram para o sudeste, a região mais próspera do país, fugindo de uma vida que já era miserável mesmo na época rica dos coronéis. Estes, com raras exceções, de credores passaram a devedores, deixando a pobreza como herança aos descendentes.

“A fortuna passou das mãos dos que a fundaram às dos credores; poucos são os netos de agricultores que se conser-

vam à frente das propriedades que seus pais herdaram; o adágio ‘pai rico, filho nobre, neto pobre’ expressa a longa experiência popular dos hábitos da escravidão, que dissiparam todas as riquezas, não raro no exterior e, como temos visto, em grande parte, eliminaram da reserva nacional o capital acumulado naquele regime.” (Nabuco, Joaquim. Obra citada)

7 Conclusão

A tese defendida por Joaquim Nabuco em **O Abolicionismo** relaciona a escravidão com o atraso do Brasil na economia, na cultura e na sociedade.

Na economia, os produtores viciaram-se no descompromisso com a mão-de-obra barata e farta do escravo, que só tinha obrigações e nenhum direito. Por sua parte, o escravo não via horizonte para o seu progresso, e se limitava ao cumprimento forçado de suas obrigações, fator de atraso na produtividade e na abertura de novos empreendimentos.

A cultura do proprietário de escravos era, em geral, a de que o trabalho era “coisa de negro”. A riqueza proporcionada pelo trabalho dos outros lhe dava a condição de uma vida perdulária e de ostentação.

A sociedade brasileira da época sentia a ausência da classe média. O cidadão médio era aquele que se empoleirava no serviço público, o maior empregador. A maior parte da população vivia de expedientes e bicos, sem um emprego formal, o que deu origem ao lumpesinato a vaguar na marginalidade das principais cidades.

Por fim, há a comparação de nossos colonizadores com os de outros países, principalmente Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia, países constituídos nos moldes do capitalismo moderno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- 2 CALDEIRA, Jorge. **A Nação Mercantilista**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 1999.
- 3 CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravidão e Abolição no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- 4 FREIRA, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. 43. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- 5 **INTERNET. Biografias**: Castro Alves
- 6 NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

130 ANOS DE ESPÍRITO SANTO

Rogério Frigerio Piva

Graduado em História pela UFES

Associado efetivo do IHGES

Em 26 de outubro de 1876, aportou no antigo cais do Porto dos Padres na outrora rua do Comércio (trecho da Av. Florentino Avidos entre a Rua General Osório e a Av. República, onde hoje se localiza o Supermercado São José), na “cidade da Victória” capital da antiga “Província” do Espírito Santo, o navio de guerra da Marinha brasileira “WERNECK”, que, procedendo do Rio de Janeiro, trazia a bordo, cerca de 744 colonos italianos, vênets e lombardos, que se destinavam a Colônia de Santa Leopoldina, mais precisamente ao Núcleo do Timbuhy (hoje município de Santa Teresa), que havia sido “oficialmente” criado em 1875.

Dentre os colonos trazidos pelo vapor Werneck, estavam Vittorio PIVA, filho de Giovanni Piva e Rosa Dalla Battista, de 21 anos, natural de Castel d’Ario, Província de Mântova, Região da Lombardia, na Itália e sua esposa Rosa BENATTI, filha de Giuseppe Benatti e Angélica Bellini, de 22 anos, natural de Villimpenta, também na Província de Mântova. Casados a menos de um ano, vinham acompanhados somente por um irmão da Rosa, de nome Francesco Benatti. Todos os seus filhos nasceram no Brasil. No dia 30 de agosto de 1876, Vittorio havia retirado o seu passaporte em Mântova para poder viajar ao Brasil. Em 15 de setembro já se encontravam em Gênova recebendo o visto do Consulado Brasileiro.

Finalmente em 20 de setembro de 1876 embarcaram no navio a vapor italiano “COLOMBIA”, com destino ao Rio de Janeiro onde aportaram em 22 de outubro, de lá, a Inspetoria Geral de Terras e Colonização os remeteu para a Agência de Colonização em Vitória, onde ficaram alojados provisoriamente em algum sobrado no final da antiga rua do Comércio que funcionava como hospedaria improvisada.

Dentro de alguns dias foram transportados em canoas pelo rio Santa Maria da Vitória até o Porto do Cachoeiro de Santa Leopoldina, de onde seguiriam a pé, vencendo a serra, para chegar ao seu destino final, o Núcleo do Timbuhy, cuja sede era o povoado de “Santa Tereza do Timbuhy” que começava a se formar.

Chegando no Timbuhy, provisoriamente foram alojados num rústico barracão em meio a exuberante mata. Tempos depois Vittorio recebeu a Designação Provisória do seu Lote de Terra, que ficava não muito distante da sede do Núcleo, onde se encontrava a Diretoria.

Mais tarde, depois de ter morado nas localidades de Santo Antônio e em Rio Cinco de Novembro, se transferiram para Nova Valsugana, ainda em Santa Teresa, onde nasceria o restante da sua prole. Lá no lote n.º 1018, produzia café e em pequena quantidade, milho. Entre 1902-1903 doou dois sacos de milho e 21 arrobas de café para a construção da Igreja de São Luís Gonzaga em Nova Valsugana. Em 1912, mudou-se para Baixo Rio Baunilha em Linhares (entre Santo Antônio de Baunilha, antigo, “Barracão” e a “Estação de Baunilha” atualmente no município de Colatina) e vendeu o terreno em Nova Valsugana que havia adquirido do Governo por compra em novembro de 1893, para compra de outro em Baunilha, aonde chegou a manter um alambique.

Com idade avançada e com todos os seus filhos e filhas adultos e casados faleceu em sua residência, situada às margens do rio Baunilha, aos 28 dias de setembro de 1922, deixando viúva sua esposa Rosa Benatti que faleceu pouco depois, em 1º de janeiro de 1924.

Tiveram os seguintes filhos: **João Batispta Piva** (1878) morto na flor da idade em uma epidemia de varíola no ano de 1904; **José Piva** (1879) casado com Maria ANGELI; **Fortunato Piva** (1881) casado com Gioconda COSTA; **Anunziata Piva** (1884) casada com Francisco GASPERAZZO; **Cândida Piva** (1885) casada com André COSTA; **Clotilde Piva** (1887) casada com Giovanni TOSO; **Maria Piva** (1888) casada com Cyrillo COSTA; **Aristide Piva** (1890), que, supõe-se ter morrido ainda criança; **Luiz Piva** (1893) casado com Carolina Maria MARTINELLI; **Angélica Piva** (1894?) e **Catarina Piva** (1898) casada com Antônio ROSSI.

No dia 26 de outubro de 2006, comemoramos os 130 anos da chegada deste casal no Espírito Santo. Como descendente, realizo desde 1993, vasta e intensa pesquisa no sentido de construir a genealogia da família (descendência e ascendência) de Vittorio PIVA e Rosa BENATTI, e se você é descendente de algum de seus filhos ou filhas citados acima, entre em contato conosco (Tel.: (0xx27) 3241-3903 // 9921-8856 ou E-mail: rogerpiva@yahoo.com.br) para enriquecer o Banco de Dados Genealógicos que estou organizando sobre a família.

Serra (ES), 08 de Novembro de 2006.

É regra conhecida, e acreditamos já do conhecimento de todos os colaboradores da REVISTA do IHGES, que as matérias são aceitas como revisadas pelos Autores.

Esta Revista foi composta com as fontes Garamond Book Cond. e Garamond Light Cond. tamanho 13,5. O miolo foi impresso em papel AP 75g/m² e a capa em papel SUPREMO 250g/m², com tiragem de 500 exemplares em dezembro de 2006..